



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA
1ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TRÊS RIOS NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO – DRA. ABBY ILHARCO MAGALHÃES**

Ação Penal nº. 5002390-75.2022.4.02.5113

ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO,

devidamente qualificado nos autos do Processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados adiante assinados¹, tempestivamente, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal e nos artigos 581, inciso IV e 588, ambos do Código de Processo Penal, apresentar suas

RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Contra a R. Sentença prolatada na data de **13.09.2023** (Cf. Evento 443 – SENT1, Página 1-12 destes autos), que pronunciou o ora Recorrente, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, a fim de que seja submetido a Julgamento em Plenário pelo Tribunal do Júri, como incurso nos injustos penais previstos no artigo 121, §2º, incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II (04 vezes), todos do Código Penal; artigo 329, §1º, do Código Penal; artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei nº. 10.826/2003; e o artigo 16, §1º, incisos III e VI, da Lei nº. 10.826/2003, requerendo desde já, o seu recebimento, bem como a reconsideração da Sentença recorrida, nos termos dos argumentos a seguir aduzidos.

Todavia, caso Vossa Excelência mantenha a Sentença vergastada, requer seja o Processo encaminhado ao E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para que aprecie as razões fáticas e jurídicas a seguir

¹ Procuração acostada no Evento 43 – PROC1 destes autos.



FRANÇA DAVID
& BARRETO

ADVOGADOS

delineadas, a fim de dar provimento ao Recurso, consoante os argumentos a seguir demonstrados.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2023.


JOÃO PEDRO BARRETO
OAB/RJ n^o 210.903


JULIANA FRANÇA DAVID
OAB/RJ n^o 216.323



RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
EM FAVOR DE
ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO

Sumário

I. DO BREVE CENÁRIO FÁTICO	4
II. DA NECESSIDADE DE REFORMA DA R. SENTENÇA RECORRIDA	20
II.1. Da manifesta ausência de dolo eventual por parte do ora Recorrente. Da necessidade de desclassificação da conduta. Da impossibilidade de submetê-lo ao Tribunal do Júri	20
III. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS	128

Eminentes Desembargadores Federais,

Colenda Turma Especializada,

1. Em que pese o indiscutível saber jurdico do MM. Juízo *a quo*, impõe-se a reforma da R. Sentença prolatada em **13.09.2023** (Cf. Evento 443 – SENT1, Página 1-12 dos autos originários), que pronunciou o ora Recorrente, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, a fim de que seja submetido a Julgamento em Plenário pelo Tribunal do Júri, como incurso nos injustos penais previstos no artigo 121, 2, incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II (04 vezes), todos do Código Penal; artigo 329, 1, do Código Penal; artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei n. 10.826/2003; e o artigo 16, 1, incisos III e VI, da Lei n. 10.826/2003, pelas razões fáticas e jurdicas a seguir expostas:

I. DO BREVE CENÁRIO FÁTICO

2. Trata-se de Ação Penal, na origem, ajuizada em face de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, ora Recorrente, pela suposta prática de delitos ocorridos na data de **23.10.2022**, consubstanciados em 04 (quatro) tentativas de homicídio com dolo eventual (1 fato – artigo 121, 2, incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II, na forma do artigo 69, *caput*, todos do Código Penal), resistência armada (2 fato – artigo 329, 1, do Código Penal), posse irregular de arma de fogo de uso permitido e posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (3 fato – artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei n. 10.826/2003, na forma do artigo 70, *caput*, 1 parte, do Código Penal) e posse de artefatos explosivos sem autorização e adulterados (4 fato – artigo 16, 1, incisos III e VI, da Lei n. 10.826/2003)².

² Cf. Evento 397, ADITDEN1, Página 1-2 dos autos originários; e Evento 397, ANEXO2, Página 1-21 dos autos originários.



3. Consta dos autos originários que em **23.10.2022**, entre o horário das 12hrs e 14hrs, em sua residência localizada na Rua Marcelino Ferreira Marinho, n 9, Bairro Gulf, Comendador Levy Gasparian – RJ, o ora Recorrente, dolosamente e consciente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas (dolo eventual), com emprego de explosivo, que resultou em perigo comum e, ainda, com a utilização de arma de fogo de uso restrito e mediante recurso que dificultou a defesa de autoridade e de agentes no exercício da função descritos no artigo 144, da Constituição Federal, assumiu o risco de matar 04 (quatro) Polciais Federais, cujos resultados (mortes) não se consumaram por circunstâncias alheias à sua vontade, o que encontra enquadramento tpico no disposto no artigo 121, 2, incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II, na forma do artigo 69, *caput*, (04 vezes), todos do Código Penal, segundo a tica ministerial.

4. Nas mesmas circunstâncias de tempo e local inicialmente citadas, o ora Recorrente, dolosa e conscientemente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, opôs-se  execução de ato legal (Mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão), mediante violência direcionada às autoridades policiais competentes para executá-lo, o qual, em razão da referida resistência, não foi executado, o que configura a prática do delito previsto no artigo 329, 1, do Código Penal, de acordo com o Ministério Público Federal.

5. Consta, igualmente, nos autos originários que em período que se protraiu até o dia **23.10.2022**, em seu imóvel residencial, o ora Recorrente, dolosa e conscientemente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, possuía 01 (uma) arma de fogo de uso restrito (carabina da marca *Smith & Wesson* dos EUA, modelo M&P-15 PISTOL CALIBRE 5,56x45mm, número de série TR82385, e dois carregadores, objeto do Termo de Apreensão n. 4037230/2022, constante do Evento 45, INQ1, Página 18-19 do Inquérito Polcial n. 5081864-34.2022.4.02.5101, analisados no Laudo de Perícia Criminal Federal n. 3530/2022-INC/DITEC/PF – Balística, do Evento 31, LAUDO7, Página 1-21) e 8.332 (oito mil, trezentos e trinta e duas) munições de



uso restrito e permitido, em desacordo com determinação regulamentar (de calibres diversos e objeto do Termo de Apreensão não. 4031549/2022, do Evento 45, INQ1, Página 26-30 do Inquérito Policial não. 5081864-34.2022.4.02.5101, descritas mais adiante e objeto dos Laudos de Perícia Criminal Federal (Balística) não. 115/2023-SETEC/DR/PF/RJ; não. 126/2023-SETEC/DR/PF/RJ; não. 153/2023-SETEC/DR/PF/RJ; não. 184/2023-SETEC/DR/PF/RJ; não. 233/2023-SETEC/DR/PF/RJ; não. 284/2023-SETEC/DR/PF/RJ; e não. 328/2023-SETEC/DR/PF/RJ), o que configura, em tese, a prática dos delitos previstos no artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei não. 10.826/2003, na forma do artigo 70, *caput*, 1a parte, do Código Penal, para o rgo Acusatório.

6. Consta, por último, que em período que se protraiu ate o dia **23.10.2022**, em seu imóvel residencial, o ora Recorrente, dolosamente e consciente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, possuia 03 (trs) artefatos explosivos (granadas), sem autorização e adulterados, o que configura, em tese, a prática do delito previsto no artigo 16, 1o, incisos III e VI, da Lei não. 10.826/2003, para o Ministério Público Federal.

7. Impo observar que a Denúncia se embasou nos elementos de prova coligidos nos autos do Inquérito Policial, autuado sob o não. 5081864-34.2022.4.02.5101.

8. A Denúncia foi recebida na data de **09.12.2022**, nos termos da Decisão Interlocutória constante do Evento 3, DESPADEC1, Página 1-4 dos autos originários.

9. O ora Recorrente foi devidamente citado em **15.12.2022**, conforme Certidão constante do Evento 13, CERT1, Página 1 dos autos originários.

10. No Evento 14, DESPADEC1, Página 1-8 dos autos originários, consta Decisão Interlocutória proferida no bojo do Inquérito Policial

n°. 5081864-34.2022.4.02.5101, na qual o D. Juízo *a quo* decidiu pela manuteno da prisão preventiva do ora Recorrente.

11. No Evento 20, PET1, Página 1-21 dos autos originários, esta Defesa Técnica requereu a suspensão do prazo para apresentao da peça de Resposta  Acusao até a juntada da integralidade dos Laudos Periciais, sendo que o D. Juízo *a quo* dilatou o prazo para apresentao da peça de Resposta  Acusao até o prazo final concedido para a regularizao da representao processual (Cf. Evento 23, DESPADEC1, Página 1-3 dos autos originários).

12. Por meio do Oficio n°. 285508/2023 – SIR/SR/PF/RJ expedido na data de **24.01.2023**, a Autoridade Policial Federal encaminhou ao MM. Juízo *a quo* os Laudos Periciais n°. 2783/2022, 2810/2022, 2838/2022, 2834/2022, 3482/2022, 3530/2022, 115/2023, 043/2023 e 3186/2022 (Cf. Evento 31, OFIC1, Página 1 dos autos originários).

13. O Laudo Pericial n°. 126/2023 foi anexado no Evento 37, AUTO1, Página 1-5 dos autos originários.

14. A Resposta  Acusao foi apresentada por esta Defesa Técnica no Evento 55, DEFESA PRVIA1, Página 1-126 dos autos originários, acompanhada dos requerimentos de diligências e documentos anexados constantes do Evento 55, COMP2, Página 1-98 dos autos originários; Evento 55, COMP3, Página 1-2 dos autos originários; Evento 55, COMP4, Página 1-2 dos autos originários; Evento 55, COMP5, Página 1-4 dos autos originários; Evento 55, COMP6, Página 1-2 dos autos originários; Evento 55, COMP7, Página 1-10 dos autos originários; Evento 55, COMP8, Página 1-3 dos autos originários; Evento 55, COMP9, Página 1-11 dos autos originários; Evento 55, COMP10, Página 1-5 dos autos originários; e Evento 55, COMP11, Página 1-5 dos autos originários.



15. O 3rg3o Ministerial se manifestou acerca das preliminares e documentos na forma do artigo 409, do C3digo de Processo Penal, consoante Promo3o constante do Evento 58, PROMO33O1, P3gina 1-19 dos autos origin3rios.

16. No Evento 59, LAUDO1, P3gina 1-5 dos autos origin3rios; Evento 59, LAUDO2, P3gina 1-3 dos autos origin3rios; Evento 59, LAUDO 3, P3gina 1-3 dos autos origin3rios; Evento 59, Laudo 4, P3gina 1-6 dos autos origin3rios; Evento 59, LAUDO 6, P3gina 1-5 dos autos origin3rios, foram anexados os Laudos Periciais n3. 126/2023, 153/2023, 184/2023, 233/2023 e 284/2023.

17. Pela R. Decis3o Interlocut3ria constante do Evento 61, DESPADEC1, P3gina 1-11 dos autos origin3rios, o D. Ju3zo *a quo* manteve o recebimento da Den3ncia, tendo rejeitado as preliminares arguidas por esta Defesa T3cnica, e deferiu, em parte, as dilig3ncias requeridas, especialmente: (i) a apresentao de Relat3rio ou Registros de Ocorr3ncia (R.O.'s) da Pol3cia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Pol3cia Rodovi3ria Federal, com base em informao constante do Evento 31, LAUDO10, fl. 6, caso tenham sido redigidos; (ii) a complementao do Laudo n3. 3186/2022-SETEC/SR/PF/RJ (Cf. Evento 31, LAUDO10 e Evento 31, LAUDO11), para que a Per3cia de Local da Pol3cia Federal respondesse aos itens "a" a "z" e 4 a 8, fls. 120-124 da Resposta 3 Acusao (Cf. Evento 55, DEFESA PR3VIA1 dos autos origin3rios); (iii) o requerimento para que a Pol3cia Federal disponibilizasse em seu Setor T3cnico Cient3fico no Rio de Janeiro (SETEC-RJ) os vest3gios listados pela Defesa T3cnica para a avaliao do Assistente T3cnico; e (iv) a apresentao dos Laudos de an3lise de material indicados por esta Defesa T3cnica (Cf. Evento 55, fl. 125, itens 10, 11 e 12 dos autos origin3rios).

18. Na mesma oportunidade, o D. Ju3zo *a quo* designou Audi3ncia de Instruo e Julgamento, realizada na forma do artigo 411, do C3digo de Processo penal, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2023.



19. Nos Eventos 75, 157 e 158 dos autos originarios foram anexados os Laudos Periciais n. 174/2023, 796/2023, 797/2023 e 328/2023, sendo que os três últimos foram juntados novamente no Evento 188.

20. Tendo em vista os Laudos Periciais anexados, foi praticado Ato Ordinatorio constante do Evento 160, ATOORD1, Página 1 dos autos originarios, conferindo prazo a esta Defesa Técnica para que, querendo, complementasse a sua Resposta  Acusação.

21. No Evento 200, ANEXO2, Página 1-4 dos autos originarios, constou a Certidão de feitos criminais distribuídos em desfavor do ora Recorrente.

22. Consta no Oficio CI. PMERJ/BOPE n. 010/2023, anexado no Evento 212, RESPOSTA1, Página 1-2 dos autos originarios, a informação de que a atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polcia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE), em relação aos fatos ocorridos no dia **23.10.2022**, narrados na exordial acusatória, deu-se de forma indireta, uma vez que a negociação principal ficou a cargo da Polcia Federal, não tendo trazido aos autos Registro de Ocorrência acerca dos fatos.

23. No Evento 231, LAUDO1, Página 1-13 dos autos originarios, foi anexado o Laudo de Perícia Criminal Federal n. 880/2023-SETEC/SR/PF/RJ (Local de Crime).

24. Por meio do Oficio n. 115/2023/NAT-RJ/SUPEX-RJ/SRPF-RJ, anexado no Evento 232, EMAIL1, Página 1-5 dos autos originarios, a Polcia Rodoviária Federal encaminha o documento nominado “Parte Diária Operacional” PD n. 283705 (Página 3-5) com anotações acerca da ocorrência de **23.10.2022**.

25. Pela Certidão constante do Evento 253, CERT1, Página 1 dos autos originarios, foi anotada a entrega, na Secretaria do D. Juízo *a quo*,

pela Polia Federal da mdia (DVD-R) com a inscrio “ANEXO AO LAUDO 880/2023 RJ”.

26. Pela R. Decisão Interlocutória constante do Evento 255, DESPADEC1, Página 1-4 dos autos originários, foi oportunizado novo prazo para que o ora Recorrente se manifestasse acerca dos elementos de prova complementares trazidos aos autos.

27. No Evento 297, OFIC1, Página 1 dos autos originários, a Autoridade Policial Federal anexou a manifestao do ora Recorrente, prestada no âmbito do Inquérito Policial (autos n. 5081864-34.2022.4.02.5101) com a informao segundo a qual “o sistema de câmeras de sua residência estava configurado para tão somente transmitir imagens ao vivo, razão pela qual, inexistem gravaoes de imagens de circuito interno mantidas em mdias físicas e/ou nuvens” (Cf. Evento 297, PET2, Página 1 dos autos originários).

28. No Evento 332, INF1, Página 1-2 dos autos originários, consta o Termo de Vistoria de Material Acautelado – Ocorrência n. 143/2023-NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ – pelo Assistente Técnico do ora Recorrente.

29. A Audiência de Instruo e Julgamento foi realizada em 24, 25 e 26 de maio de 2023, conforme assentada refletida tripartida no Evento 346, TERMOAUD1, Página 1-2 dos autos originários; Evento 347, TERMOAUD1, Página 1-2 dos autos originários; e Evento 348, TERMOAUD1, Página 1-2 dos autos originários, da seguinte forma:

(i) No primeiro dia, em **24.05.2023** (quarta-feira), foram ouvidas as vítimas MARCELO ANDRÉ CORTS VILLELA, DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA, HERON COSTA PEIXOTO e KARINA LINO MIRANDA DE OLIVEIRA, bem como as testemunhas de acusao (VINÍCIUS DE MOURA SEGUNDO, ANA PAULA SEIXAS PEDROSO e MARCELO NOVAES);



(ii) No segundo dia, na data de **25.05.2023** (quinta-feira), foram ouvidas as testemunhas arroladas pela Defesa Técnica, a saber: DANIEL LCIO DA SILVEIRA, FRANKLIN CARDOZO WANDERLEY, MARCEL COSTA DE SOUZA, ANDERSON MEDEIROS, EDSON DA SILVA SOARES ANA LÚCIA NOVAES MONTEIRO FRANCISCO, CRISTINA SERRAT NOVAES SANTANA e JUCELINO NOGUEIRA JÚNIOR;

(iii) No terceiro dia, em **26.05.2023** (sexta-feira), foi ouvido o Assistente Técnico do ora Recorrente, JEFFERSON EVANGELISTA CORRÊA, bem como foi realizado o Interrogatório do ora Recorrente, presente na sede do D. Juízo *a quo*.

30. No Evento 352, TERMO1, Página 1 dos autos originários, consta o Termo de Acautelamento das cápsulas apresentadas pela depoente ANA LÚCIA NOVAES MONTEIRO FRANCISCO em Audiência de Instrução de Julgamento, no dia 25 de maio de 2023.

31. Esta Defesa Técnica apresentou Aditamento de Resposta  Acusação no Evento 342, PET1, Página 1-9 dos autos originários, requerendo fosse feita a identificação genética do material n. 4499/2022 - SETEC/SR/PF/RJ, mediante confronto com o perfil genético de material colhido do Delegado Federal pela Perícia (Material n. 4411/2022-SETEC/SR/PF/RJ – Material de referência coletado do Delegado Federal Marcelo André Cortes Villela – TC-DNA n. 009/2022-NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ); fosse reconhecida a insegurança da cadeia de custódia antes da entrega do material pelo Delegado Federal Marcelo na Delegacia; fosse expedido Ofício ao Hospital, em que a Polcial Federal Karina recebeu atendimentos iniciais, para que fornecesse as imagens em formato digital na melhor resolução possível (mostra-se importante que a imagem radiológica da pelve da Polcial Federal Karina, e também da cabeça dela, estivessem disponíveis em BOA RESOLUÇÃO para posterior manifestação defensiva); fosse feita a identificação genética de resíduos biológicos a serem coletados do material n. 4500/2022-SETEC/SR/PF/RJ, mediante confronto com o perfil genético de material colhido da Polcial Federal pela Perícia



(Materiais n.º. 742 e 743/2022-NUTEC/DPF/JPA/MG – Material de referência coletado da mucosa oral das bochechas da Policial Federal Karina Lino Miranda de Oliveira – TC-DNA n.º. 017/2022-NUTEC/DPF/JPA/MG); fosse reconhecida a insegurança da cadeia de custódia antes da entrega do material pela Policial Federal Karina na Delegacia; com base na fragilidade da cadeia de custódia, a identificaao de vestígios genéticos da Policial Federal Karina no material; por fim, a digitalizaao da mdia recentemente acautelada, anexada ao Laudo Pericial n.º. 880/2023 – SETEC/SR/PF/RJ, para posterior manifestaao defensiva.

32. A manifestaao do Ministério Público Federal veio no Evento 360, PARECER1, Página 1-8 dos autos originários.

33. Nos Eventos 363 e 368 dos autos originários, sobreveio a R. Decisao Interlocutória quanto aos requerimentos de provas formulados pelas partes, abrindo-se o prazo para as partes se manifestarem em Alegações Finais, a começar pelo Ministério Público Federal.

34. No Evento 387, LAUDO1, Página 1-12 dos autos originários; Evento 387, LAUDO2, Página 1-5 dos autos originários; Evento 387, INF3, Página 1-3 dos autos originários; Evento 387, LAUDO4, Página 1-11 dos autos originários, ocorre a juntada dos Laudos Periciais n.º. 880/2023, 1719/2023 e 1620/2023 e da Informaao n.º. 022/2023.

35. Por meio da petiao constante do Evento 388, PET1, Página 1-2 dos autos originários, o Ministério Público Federal ofereceu Aditamento substitutivo  Denúncia, nos termos da exordial consolidada na peça constante do Evento 388, ADITDEN2, Página 1-21 dos autos originários, alterando o dolo no crime de tentativa de homicídio, para dolo eventual (artigo 18, inciso I, do Código Penal), o horário do fato delituoso, assim como a descriao dos fatos num mesmo contexto.



36. Por meio do despacho constante do Evento 391, DESPADEC1, Página 1 dos autos originários, o D. Juízo *a quo* determinou a intimação desta Defesa Técnica para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 411, 3, c/c o artigo 384, 2, todos do Código de Processo Penal.

37. Consta no Evento 394, OFIC1, Página 1 dos autos originários, o Ofício n. 501/2023, do Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição, de **10.07.2023**, segundo o qual as imagens dos exames de Raio-x realizados em KARINA LINO MIRANDA DE OLIVEIRA foram entregues diretamente ao acompanhante da referida, não restando cópia no dito Hospital. Ainda por meio do Ofício anteriormente mencionado, foram apresentadas cópias das imagens do exame de tomografia computadorizada (TC) realizada em KARINA LINO.

38. No Evento 396, LAUDO2, Página 1-4 dos autos originários, foi anexado o Laudo de Lesões Corporais n. 78.597/2023, de **17.07.2023**, referente às lesões de KARINA LINO MIRANDA DE OLIVEIRA.

39. Registrou-se ao final da R. Decisão constante do Evento 399, DESPADEC1, Página 1-3 dos autos originários, que restava pendente de apresentação pelo SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLCIA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO os Laudos Periciais referentes aos itens 2 e 3 do Ofício n. 510010735382 (Cf. Evento 371, OFIC1 dos autos originários), os quais deveriam ser juntados aos autos até o dia **29.07.2023** (Cf. Evento 381, CERT1 dos autos originários).

40.  vista do Aditamento  Denúncia promovido pelo Ministério Público Federal, esta Defesa Técnica manifestou-se no Evento 406, PET1, Página 1-16 dos autos originários, expondo, sinteticamente que: (i) o ora Recorrente não teria praticado os supostos injustos penais de tentativa de homicídio com dolo eventual, mas sim, com culpa consciente; (ii) que os fatos configuram lesão corporal culposa (leve) em relação ao Delegado de Polcia



Federal MARCELO e a Policial Federal Karina, bem como dano ao patrim4nio p4blico, no que tange  viatura policial alvejada e, ainda, resist4ncia ao cumprimento do Mandado de Pris4o Preventiva expedido pelo Ministro Alexandre de Moraes.

41. Consta no Evento 408, LAUDO1, Página 3-6 dos autos originários, o Laudo de Perícia Criminal Federal n. 2148/2023-INC/DITEC/PF (Genética Forense), de **28.07.2023**, referente a 2 (dois) fragmentos metlicos expelidos naturalmente do corpo do Delegado Federal Marcelo André Corts Villela (item 1 do Termo de Apreensão n. 4168197/2022) e 1 (um) fragmento metlico que foi expelido naturalmente do corpo da Agente de Polcia Federal Karina Lino Miranda de Oliveira (item 1 do Termo de Apreensão n. 4165070/2022).

42. Consta no Evento 409, TERMO1, Página 1 dos autos originários, o Termo de Acautelamento n. 203, referente a 01 (um) dispositivo de armazenamento computacional (mdia tica) entregue na Vara Federal no dia **11.07.2023**, contendo as imagens dos exames realizados na Policial Federal Karina Lino Miranda de Oliveira, relativas ao seu atendimento realizado na data de **23.10.2022**, requeridas por esta Defesa Técnica e fornecidas pelo Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceio.

43. Consta no Evento 410, TERMO1, Página 1 dos autos originários, o Termo de Acautelamento n. 204, referente a 01 (um) dispositivo de armazenamento computacional (mdia tica) entregue na Vara Federal na data de **17.07.2023**, contendo 800 (oitocentos) megabytes de áudio e textos relativos ao Laudo n. 1719/2023 – SETEC/SR/PF/RJ (anexado ao Evento 387, LAUDO2 dos autos originários).

44. No bojo da R. Decisão Interlocutória constante do Evento 411, DESPADEC1, Página 1-4 dos autos originários, o D. Juízo *a quo* recebeu o Aditamento substitutivo  Denúncia, ratificando todos os atos processuais praticados desde a citao constante do Evento 3 dos autos originários,



abrindo-se vista às partes para o oferecimento das Alegações Finais, por Memoriais, a começar pelo Ministério Público Federal. Ainda, nos termos da referida Decisão, foram apreciados os requerimentos defensivos de abertura de conta judicial para que o ora Recorrente depositasse os valores referentes aos danos causados, de designao de data e horário para a entrega das armas de fogo registradas em seu nome, para encaminhamento ao Comando do Exército e, por fim, de acesso às mdias acauteladas na Secretaria do D. Juízo *a quo*.

45. Não obstante o até aqui alegado, o ora Recorrente e a sua Defesa Técnica se fizeram presentes a todos os atos processuais, não tendo nenhuma testemunha sido capaz de afirmar de que o acusado teria concorrido para a prática dos fatos aqui narrados.

46. Fundamental registrar, nesse sentido, que tais fatos, objeto da Ao Penal originária, foram, de forma espontânea, esclarecidos pelo ora Recorrente, em seu Interrogatório Judicial, conduzido pelo D. Juízo *a quo*, sendo certo que os eventos que, na realidade empírica, possuam moldura penal, foram negados pelo Recorrente.

47. Na oportunidade, o ora Recorrente abdicou de seu direito ao silêncio, no bojo do seu Interrogatório Judicial.

48. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público Federal requereu (i) fosse o ora Recorrente pronunciado, na forma do artigo 413, do Código de Processo Penal, declarando-o, na forma do §1º do mesmo dispositivo, como incurso nos dispositivos legais do artigo 121, §2º, incisos II, III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II, na forma do artigo 69, *caput*, todos do Código Penal (04 tentativas de homicídio – 1º fato), para que seja submetido ao Julgamento em Plenário, perante o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri e, ao final, julgada procedente a pretensão punitiva estatal para condená-lo pela prática de todos os delitos constantes da Denúncia; (ii) bem assim, fosse declarada a conexidade dos demais delitos imputados na Denúncia, para que sejam levados ao Tribunal do Júri, por consequência, também dos delitos



conexos do artigo 329, §1º do C3digo Penal (resist4ncia armada – 2º fato), artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei n.º. 10.826/2003, na forma do artigo 70, *caput*, 1ª parte, do C3digo Penal (posse irregular de arma de fogo de uso permitido e posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito – 3º fato), artigo 16, §1º, incisos III e VI, da Lei n.º. 10.826/2003 (posse de artefatos explosivos sem autoriza3o e adulterados – 4º fato) e artigo 163, par3grafo 3nico, incisos I, II e III, do C3digo Penal (dano qualificado), com a sua condena3o na repara3o dos danos causados, nos termos da Den3ncia (artigo 387, inciso IV, do C3digo de Processo Penal); e (iii) por fim, ap3s a prola3o pelo D. Ju3zo *a quo* da Sentença de Pron3ncia, a manuten3o da pris3o do ora Recorrente, nos termos do artigo 413, §3º, do C3digo de Processo Penal (Cf. Evento 418, PET1, P3gina 1-56 dos autos origin3rios).

49. Por sua vez, esta Defesa T3cnica apresentou Alega3es Finais no Evento 439, ALEGA33ES, P3gina 1-174 dos autos origin3rios, demonstrando de forma concreta que a prova dos autos origin3rios foi incapaz de trazer qualquer elemento capaz de afirmar que o ora Recorrente teria cometido os injustos penais de tentativa de homic3dio na forma qualificada (mediante dolo eventual), tendo requerido, em apertada s3ntese: (i) Preliminarmente, seja reconhecida a ilicitude das provas mencionadas, bem como a ilicitude de todas as provas derivadas destas. Caso n3o seja esse o entendimento do D. Ju3zo *a quo*, pleiteia pelo reconhecimento da ilicitude por deriva3o de todas as provas provenientes das mesmas, em estrita aplica3o da Teoria da Quebra da Cadeia de Cust3dia de Provas, tendo em vista a impossibilidade de autenticidade das mesmas, o que acaba por configurar claro cerceamento de defesa, em conson3ncia com o entendimento pacificado pela jurisprud4ncia e pela doutrina; (ii) O reconhecimento da ilicitude das provas mencionadas, bem como a ilicitude de todas as provas derivadas destas (pelo cerceamento de defesa pelas informa3es e documentos terem sido omitidos pela Pol3cia Federal desde o in3cio da A3o Penal origin3ria, com a juntada de elementos probat3rios unilaterais); (iii) Resta evidente a manifesta ilegalidade e conseq3ente nulidade do ato praticado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da Rep3blica no Estado do Rio de Janeiro, Dr. S3rgio Luiz Pinel Dias, assim



como todos os demais atos praticados pelos Procuradores Regionais da República, com atuao irregular desde a sua essência, violando direitos fundamentais e causando danos ao ora Recorrente, conforme demonstrado nas Alegaoes Finais, restando evidente a violao ao Princípio do Promotor Natural, ao que se requer a nulidade de todos os atos processuais provenientes de tal fato, bem como seu desentranhamento dos autos originários; (iv) Caso assim não entenda, o que se admite a título de argumentao, a rejeio da Denúncia ante a sua inépcia e carência de elementos id neos que demonstrem o dolo específico na conduta do acusado, não havendo justa causa que justifique a instaurao da Ao Penal originária, nos termos do artigo 395, incisos I e III, do Código de Processo Penal; (v) Restando comprovada a inexistência de dolo direto ou eventual, não há possibilidade de pronunciar o ora Recorrente (na forma do artigo 414, do Código de Processo Penal), devendo a conduta ser desclassificada para lesão corporal leve e/ou para o crime de dano ao patrim nio público (na forma qualificada), determinando-se, por consequência, o afastamento da competência do Tribunal do Júri; (vi) Por fim, a revogao do Mandado de Prisão Preventiva expedido em desfavor do acusado e, subsequentemente, a expedio de alvará de soltura, uma vez que não mais subsistem os fundamentos previstos nos artigos 312 ao 316, todos do Código de Processo Penal.

50. No dia **13.09.2023**, o D. Juízo a quo proferiu Sentença, que pronunciou o ora Recorrente, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, a fim de que seja submetido a Julgamento em Plenário pelo Tribunal do Júri, como incurso nos injustos penais previstos no artigo 121,  2 , incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II (04 vezes), todos do Código Penal; artigo 329,  1 , do Código Penal; artigo 16, *caput*, c/c o artigo 12, ambos da Lei n . 10.826/2003; e o artigo 16,  1 , incisos III e VI, da Lei n . 10.826/2003 (Cf. Evento 443 – SENT1, Página 1-12 dos autos originários), nos seguintes termos:



Esse o relato necessário. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A fundamentação da decisão na fase de pronúncia há de se limitar  **avaliação sumária** acerca da materialidade do fato e de indícios suficientes de autoria ou participação, aliada  delimitação tpica da(s) conduta(s), nos termos do que dispo o art. 413 do Código de Processo Penal:

Art. 413

"O juiz, fundamentadamente, pronunciar o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. (Redação dada pela Lei n 11.689, de 2008)

 1o A fundamentação da pronúncia limitar-se-  indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena. (Incluído pela Lei n 11.689, de 2008)"

Caso positivo o juízo de admissibilidade, o julgamento do mérito da causa caberá ao Tribunal do Júri, constitucionalmente competente para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida e aqueles eventualmente conexos, por atração.

PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO. DOLO EVENTUAL E CULPA CONSCIENTE. EVENTUAL DVIDA QUANTO AO ELEMENTO SUBJETIVO DEVE SER DIRIMIDA PELOS JURADOS.

A desclassificação ao final da primeira fase do júri ocorre quando o juízo puder se convencer da existência de um crime que não seja doloso contra a vida e, nos termos do art. 419 do Código de Processo Penal, implica na remessa dos autos ao juízo competente.

No caso, a defesa discorre sobre as diferenças entre dolo eventual e culpa consciente, para sustentar a ausência de dolo eventual por parte do réu ROBERTO JEFFERSON em relação ao primeiro fato da denúncia. Pugna, assim, pela desclassificação da conduta de tentativa de homicídio qualificado para lesão corporal leve e dano ao patrimnio público, com o conseqüente afastamento da competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos fatos.

Sobre a **distinção entre dolo eventual e culpa consciente**, é certo que ambos comportam a previsão do resultado, de forma que a antevisão do resultado naturalístico não  nota distintiva entre os institutos. O que difere o dolo eventual da culpa consciente  uma percepção subjetiva do agente em relação ao resultado.

Haverá dolo eventual nas hipóteses em que o agente assumir o risco da produção do resultado (art. 18, I, parte final, do CP), e culpa consciente quando, apesar da capacidade de prever o resultado, o agente sinceramente acreditar na sua não ocorrência. Sobre o tema, registro as lições doutrinárias de Cezar Roberto Bitencourt:

"Haverá dolo eventual quando o agente não quiser diretamente a realização do tipo, mas aceitar como possível ou até provável, assumindo o risco da produção do resultado (art. 18, I, in fine, do CP). No dolo eventual o agente prevê o resultado como provável ou, ao menos, como possível, mas, apesar de prevê-lo, age aceitando o risco de produzi-lo. Como afirmava Hungria, assumir o risco  alguma coisa a mais do que ter consciência de correr o risco:  consentir previamente no resultado, caso este venha a ocorrer" (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal, Parte Geral 1. 14 ed. São Paulo, Saraiva, 2009, fls. 289/290)

"Há culpa consciente, também chamada culpa com previsão, quando o agente, deixando de observar a diligência a que estava obrigado, prevê um resultado, previsível, mas confia convictamente que ele não ocorra. Quando o agente, embora prevendo o resultado, espera sinceramente que este não se verifique, estar-se-á diante de culpa consciente e não de dolo eventual. Na culpa consciente, pontificava Assis Toledo, o agente não quer o resultado nem assume deliberadamente o risco de produzi-lo. A despeito de sab-lo possível, acredita piamente que pode evitá-lo, o que só não consegue por erro de cálculo ou por erro na execução." (ibidem, pg. 307).

No mesmo sentido, Fernando Galvão escreve:



"Não se pode confundir a culpa consciente com o dolo eventual. A distino essencial entre a conduta dolosa e a culposa reside na postura psicológica do sujeito em relao  produo do resultado lesivo. O dolo eventual pressupõe que o agente tenha previsto o resultado e, ainda, que tenha consentido com a sua ocorrência. O dolo eventual caracteriza-se justamente pela postura subjetiva de assumir o risco de que a situao de risco se transforme em resultado lesivo. Na culpa consciente, o autor, embora preveja a possibilidade da ocorrência do resultado lesivo, com este não concorda (não assume o risco de produzi-lo)." (GALVÃO, Fernando. Direito Penal Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2013. pg. 252).

Enquanto a distino teórica entre dolo eventual e culpa consciente seja perfeitamente compreensível, a precisa identificao de um ou outra em um caso prático pode se revelar uma tarefa extremamente árdua. Longe do maniqueísmo dos exemplos de sala de aula, a impossibilidade de saber o que se passa na mente do agente agrava a dificuldade de identificao do elemento subjetivo da conduta.

No caso dos autos, apesar dos argumentos da Defesa, tenho que não  possível reconhecer com grau de certeza a existência da culpa consciente em detrimento do dolo eventual para fins de exclusão da ocorrência de crime doloso contra a vida.

Por um lado, **pesa em favor da defesa a alegada habilidade do réu ROBERTO JEFFERSON como atirador** e sua familiaridade com o armamento utilizado, conforme fora relatado por testemunhas e pelo próprio réu em interrogatório. Sob essas premissas, o réu não teria agido com o intuito de atingir os policiais federais ou assumido o risco de matá-los.

Entretanto, cabe destacar a existência de **elementos exteriores que são compatíveis com a tese acusatória de dolo eventual**, tais como: i) o elevado número de disparos efetuados pelo réu ROBERTO JEFFERSON (cerca de sessenta disparos); ii) a letalidade do armamento utilizado (Carabina Smith & Wesson, calibre 5.56x45mm⁹) e sua superioridade em relao ao armamento utilizado pelos policiais federais (pistolas calibre 9mm).

Considero como circunstância neutra o fato de que o réu não tinha qualquer relao prévia entre as partes (seja relao de parentesco, afinidade, ou inimizade). Por sua vez, deixo de valorar a palavra das vítimas e suas impressões em relao ao dolo do agente, ainda que indissociáveis dos fatos, para que não seja aprofundada a análise de mérito no atual momento processual.

Em síntese, tal como reconhecido por este juízo desde o recebimento da denúncia, será considerado que houve por parte do réu ao menos a assuno do risco de resultado(s) morte, caracterizando-se assim a modalidade dolosa para fins de delimitao da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri.

Tal cenário não se modificou após a instruo nesta primeira fase, sendo certo que a divergência de versões entre a declarao das vítimas e a palavra do réu e de testemunhas deverá ser esclarecida em plenário.

Afinal, qualquer dúvida acerca do dolo do agente somente poderá ser solucionada após o encaminhamento ao plenário do Tribunal do Júri, possibilitando-se o julgamento por quem, por força da Constituio, constitui o juiz natural da causa.

Não se trata da utilizao irrefletida ou indistinta do brocardo '*in dubio pro societate*', mas do reconhecimento de que, nas circunstâncias dos autos, deve-se privilegiar o julgamento pelo Tribunal do Júri em razão de existirem elementos probatórios mínimos capazes de convergir com a tese de dolo eventual.

Por fim, **não  incompatível o crime de homicídio tentado com o dolo eventual**, conforme a iterativa jurisprudência da Corte da Cidadania (STJ, HC 503.796/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, Desembargador Convocado do TJ/PE, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019).

Por essas razões, **REJEITO** o pleito de **DESCLASSIFICAO** da conduta e reafirmo a competência do Tribunal do Júri para o processamento e julgamento do feito.

Passo, assim, a analisar os elementos de prova relacionados aos crimes imputados ao réu, bem como suas respectivas qualificadoras e/ou causas de aumento.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no artigo 413 do Código de Processo Penal, **PRONUNCIO** o acusado **ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO**, a fim de que seja submetido a julgamento em Plenário pelo Tribunal do Júri, como incurso nos delitos previstos no artigo 121, §2º, III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, II, (04 vezes), todos do Código Penal; artigo 329, §1º, do Código Penal; artigo 16, caput, c/c o artigo 12, ambos da Lei nº 10.826/2003; e artigo 16, §1º, III e VI, da Lei nº 10.826/2003.

Abstenho-me de qualquer referência (s) modalidade(s) de **concurso de crimes** entre os delitos, uma vez que as regras acerca do concurso de delitos são normas de aplicao da pena.



51. Em face dessa R. Sentença se interpos Recurso em Sentido Estrito, nos termos dos artigos 581, inciso IV e 586, ambos do Codigo de Processo Penal (Cf. Evento 458, PET1, Pagina 1 dos autos originarios), eis que a Sentença deve ser reformada consoante os argumentos faticos e juridicos a seguir demonstrados.

II. DA NECESSIDADE DE REFORMA DA R. SENTENÇA RECORRIDA

II.1. Da manifesta ausencia de dolo eventual por parte do ora Recorrente. Da necessidade de desclassificaao da conduta. Da impossibilidade de submete-lo ao Tribunal do Juri

52. Inicialmente, cabe mencionar no que tange ao sistema da intima convicao e o controle das decisoes do Tribunal do Juri, que como afirma Michele Taruffo tres sao as condioes para que uma decisao judicial possa ser considerada justa: a) acertada verificaao sobre os fatos ocorridos; b) correta aplicaao do direito as premissas faticas estabelecidas e c) respeito as garantias do devido processo legal (TARUFFO, Michele. *Idee per una Teoria della Decisione Giusta. In: Sui Confini: Scritti sulla Giustizia Civile*. Bologna: Il Mulino, 2002, p. 224-225). A acurada reconstruao historica dos fatos nao e, portanto, o unico nem o mais importante escopo do Processo, mas e um dos pressupostos necessarios para que se possa considerar adequada a prestaao jurisdiccional, dentro das balizas juridicas estabelecidas pelo Ordenamento.

53. Uma vez que a veracidade do juizo fatico se faz essencial, tambem adquire fundamental relevancia – a fim de evitar o arbitrio em um Estado Democratico de Direito – a possibilidade de exercer controle sobre tal juizo; e a garantia da motivaao das decisoes judiciais (artigo 93, inciso IX, da Constituiao Federal) assume papel central como instrumento para permitir essa fiscalizaao, sobretudo, porque “a justificaao do juizo de fato e, na motivaao, nao menos importante do que a justificaao do juizo de direito” (TARUFFO, Michele. *Il significato costituzionale dell'obbligo di motivazione. In:*



Participao e processo, Coord. Ada P. Grinover et al. São Paulo: RT, 1988, p. 45).

54. Como bem ensina Antnio Magalhães Gomes Filho – saudoso mestre das Arcadas –, a motivao exerce quer uma funo política, quer uma garantia processual. Como funo política, a motivao das decisões judiciais “transcende o âmbito próprio do Processo” (*A motivao das decisões penais*. São Paulo: RT, 2001, p. 80), alcançando o próprio povo em nome do qual a Decisão  tomada, o que a legitima como ato tpico de um regime democrático. Como garantia processual, dirige-se  dinâmica interna ou  técnica do Processo, assegurando às partes um mecanismo formal de controle dos atos judiciais decisórios, de modo a “atender a certas necessidades de racionalizao e eficiência da atividade jurisdiccional” (*op. cit.*, p. 95).

55. Presta-se, assim, a motivao das decisões jurisdicionais, a servir de controle, da sociedade e das partes, sobre a atividade intelectual do julgador, para que verifiquem se este, ao decidir, considerou todos os argumentos e as provas produzidas e se bem aplicou o direito ao caso concreto. Serve, ainda, para “atuar preventivamente sobre o raciocínio probatório: ciente que deve justificar a decisão adotada sob parâmetros válidos, o julgador  impelido a orientar a atividade valorativa por bases racionais” (NARDELLI, Marcella Mascarenhas. *Perspectivas para uma valorao racional da prova no Juízo por jurados*. In: Denis Sampaio. (Org.). *Manual do Tribunal do Júri: a reserva democrática da Justiça brasileira*. 1^a ed. Florianópolis: Emais, 2021, v. 1, p. 319-326).

56. Di a ser chamada por Luigi Ferrajoli de garantia instrumental, garantia de segundo grau ou garantia das garantias, porquanto, permite saber, pelo exame das razões indicadas na Decisão, se os demais direitos e garantias do acusado (as garantias primárias) foram observados (*Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. Traduo coletiva. São Paulo: RT, 2002, p. 492).



57. É justamente na instituiao mais democrática do sistema de Justiça, porém, que se instala um paradoxo aparentemente antidemocrático: formado por representantes da sociedade civil das mais diversas origens, o Tribunal do Júri – no exame fático que incumbe aos jurados – não motiva suas Decisões. Deveras, em que pese a discussao sobre a constitucionalidade do sistema da íntima convicao no Júri, à luz do artigo 93, inciso IX, da Constituiao Federal, segundo o qual “todos os julgamentos dos órgaos do Poder Judiciário serao públicos, e fundamentadas todas as decisoes, sob pena de nulidade [...]” – objeto de candentes debates na doutrina –, fato é que na atual estrutura conferida ao Júri pelo Código de Processo Penal, os jurados não motivam expressamente seu veredito.

58. É necessário, contudo, a despeito disso, buscar conferir o máximo de racionalidade ao procedimento por meio dos mecanismos atualmente existentes, pois, se, por um lado, a ausência de motivaao dificulta o controle epistêmico das Decisões do Júri, por outro, não o inviabiliza por completo (NARDELLI, Marcella Mascarenhas. *A Garantia da Motivaao das Decisões Judiciais à Luz do Direito ao Processo Justo e da Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos*. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 15, p. 349-376, 2015).

59. Para isso, um dos instrumentos mais importantes – que exerce controle prévio sobre o juízo de fato imotivado do Tribunal do Júri – é a Sentença de Pronúncia, da qual se passa a tratar doravante.

60. A Constituiao Federal determinou ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e os delitos a eles conexos, conferindo-lhe a soberania de seus vereditos.

61. Entretanto, a fim de reduzir o erro judiciário (artigo 5º, inciso LXXV, da Constituiao Federal), seja para absolver, seja para condenar, exige-se uma prévia instruao, sob o crivo do contraditório e com a garantia da ampla defesa, perante o juiz togado, que encerra a primeira etapa do



procedimento previsto no C3digo de Processo Penal, com a finalidade de submeter a julgamento no Tribunal do J3ri somente os casos em que se verifiquem a comprovao da materialidade e a exist3ncia de ind3cios suficientes de autoria, nos termos do artigo 413, *caput* e § 1º, do C3digo de Processo Penal.

62. Assim, tem essa fase inicial do procedimento bif3sico do Tribunal do J3ri o objetivo de avaliar a sufici3ncia ou n3o de raz3es para levar o acusado ao seu Ju3zo Natural. O ju3zo da acusao (*judicium accusationis*) funciona como um importante filtro pelo qual devem passar somente as acusaes fundadas, vi3veis, plaus3veis e id3neas a serem objeto de Decis3o pelo ju3zo da causa (*judicium causae*).

63. A Pron3ncia consubstancia, dessa forma, um Ju3zo de admissibilidade da acusao, raz3o pela qual, o juiz precisa estar “**convencido da materialidade do fato e da exist3ncia de ind3cios suficientes de autoria ou de participao**” (artigo 413, *caput*, do C3digo de Processo Penal).

64. A leitura do referido dispositivo legal permite extrair dois *standards* probat3rios distintos: um para a materialidade, outro para a autoria e a participao. **Ao usar a express3o “convencido da materialidade”, o legislador imp3s, nesse ponto, a certeza de que o fato existiu; j3 em relao 3 autoria e 3 participao, esse convencimento diz respeito apenas 3 presença de ind3cios suficientes, n3o 3 sua demonstrao plena**, exame que competir3 somente aos jurados.

65. A desnecessidade de prova cabal da autoria para a Pron3ncia levou parte da doutrina – acolhida durante tempo consider3vel pela jurisprud3ncia – a defender a exist3ncia do *in dubio pro societate*, princ3pio que alegadamente se aplicaria a essa fase processual. A prop3sito:

“[...] em primeiro lugar, embora n3o se trate de princ3pio expl3cito, o *in dubio pro societate* decorre da pr3pria formulao dos requisitos m3nimos para a Pron3ncia. O art. 413, do CPP estabelece, afinal, que o juiz pronunciar3 o



acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participao. Se  possível se contentar com a existência de indícios suficientes – e não de prova razoável – da autoria,  óbvio que esta fórmula traz consigo a possibilidade de haver uma parcela razoável de dúvida que, não obstante, não  capaz de impedir o prosseguimento do Processo para julgamento no Tribunal do Júri. Se nesta fase preponderasse o *in dubio pro reo*, a Pronúncia jamais poderia se fundamentar em indícios suficientes da autoria; o texto legal deveria fazer referência  existência de prova da autoria. , ademais, perigoso opor um óbice dessa magnitude já no juízo de instruo preliminar, estruturado apenas para garantir que o crime de fato ocorreu e que há elementos mínimos sobre a autoria. Não se pode exigir, neste momento, que a prova existente esteja além da dúvida razoável, pois, isso traria  fase de instruo preliminar um peso que jamais lhe foi conferido historicamente.  bom lembrar que prova da materialidade e indícios de autoria são os mesmos requisitos para o próprio oferecimento da Denúncia, momento em que também não vigora o *in dubio pro reo*, servindo a primeira fase do procedimento do Júri para confirmar, agora sob o manto da ampla defesa e do contraditório – com maior segurança, portanto –, os elementos mínimos angariados na investigao. Não fosse bastante, o *in dubio pro societate* privilegia (assegurando) um princípio fundamental do Júri: a soberania dos vereditos. Por ele, somente os jurados podem decidir pela procedência ou não da imputao” (CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. *Tribunal do Júri: procedimento especial comentado por artigos*, Salvador: Ed. JusPodvim, 2021, p. 98, acrescentamos destaques ao original).

66. Compreendemos, todavia, respeitada essa vertente distinta de pensamento, **que o fato de não se exigir um juízo de certeza quanto  autoria nessa fase não significa legitimar a aplicao da máxima *in dubio pro societate* – que não tem amparo no Ordenamento Jurídico brasileiro – e admitir que toda e qualquer dúvida autorize uma Pronúncia.**

67. Aliás, **o próprio nome do suposto princípio parte de premissa equivocada, na medida em que nenhuma sociedade democrática se favorece pela possível condenao duvidosa e injusta de inocentes**



(DEOCLECIANO, Pedro Rafael Malveira; LOBO, Júlio César Matias; VIANA, Janile Lima. *A aplicao do princípio do dubio pro societate  luz da virada hermenêutica filosófica*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 186. ano 29. p. 259-281. São Paulo: Ed. RT, dez./ 2021).

68. E dizemos suposto princípio porque o *in dubio pro societate*, “**na verdade, não constitui princípio algum, tratando-se de critério que se mostra compatível com regimes de perfil autocrtico que absurdamente preconizam, como acima referido, o primado da ideia de que todos são culpados até prova em contrário (!?!), em absoluta desconformidade com a presuno de inocência [...]**” (Voto do Ministro Celso de Mello no ARE n. 1.067.392/AC, Rel. Ministro Gilmar Mendes, 2^a T., DJe 2/7/2020, grifamos).

69. Configura, a rigor, “**mero aforismo – não princípio de Direito**” (PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Pronúncia e o in dubio pro societate*. In: PIERANGELLI, José Henrique (coord.). *Direito Criminal*. V. 4. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 55) ou **simples brocardo jurídico** cuja aplicao “decorre apenas de mera praxe judicial e conta com certa conveniência, funcionando até como desculpa, pois , inegavelmente, mais cmodo remeter a dúvida ao Júri do que ter de resolvê-la, penetrando mais profundamente no conjunto de provas existentes no Processo” (BARTLI, Márcio Orlando. *O Princípio in dubio pro reo na Pronúncia*, Revista Brasileira de Ciências Criminais, Edio especial de lançamento, dezembro/1992, p. 132).

70. Não há se falar que a negativa de aplicao do *in dubio pro societate* na Pronúncia implicaria violao da soberania dos vereditos ou usurpao da competência dos jurados, a qual só se inaugura na segunda etapa do procedimento bifásico. Trata-se, apenas, de analisar os requisitos para a submissão do acusado ao Tribunal Popular sob o prisma dos **standards probatórios**, os quais representam, em breve síntese, “regras que determinam o grau de confirmao que uma hipótese deve ter, a partir das provas, para poder ser considerada provada para os fins de se adotar uma determinada



decisão” (FERRER BELTRÁN, Jordi. *Prueba sin convicci3n: estándares de prueba y debido proceso*. Madrid: Marcial Pons, 2021, p. 24, traduzimos) ou, nas palavras de Gustavo Badar3, “crit3rios que estabelecem o grau de confirmao probat3ria necessário para que o julgador considere um enunciado fático como provado, sendo aceito como verdadeiro” (BADAR3, Gustavo H. *Epistemologia judiciária e prova penal*. 2^a ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 241).

71. Segundo Ferrer-Beltrán, “**o grau de exig3ncia probat3ria dos distintos standards de prova para distintas fases do procedimento deve seguir uma tend3ncia ascendente**” (*op. cit.*, p. 102, traduzimos e grifamos), isto 3, progressiva, pois, como explica Caio Massena, “**não seria razoável, a t3tulo de exemplo, para o recebimento da Den3ncia – antes, portanto, da pr3pria instruo probat3ria, realizada em contradit3rio – exigir um standard de prova tão alto quanto aquele exigido para a condenao**” (MASSENA, Caio Badar3. *Prisão preventiva e standards de prova: propostas para o processo penal brasileiro*. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 7, n. 3, p. 1.631-1.668, set./dez. 2021, grifamos).

72. Essa tend3ncia geral ascendente e progressiva decorre, tamb3m, de uma importante funo pol3tica dos *standards* probat3rios, qual seja, a de distribuir os riscos de erro entre as partes (acuso e Defesa), erros estes que podem ser tanto falsos positivos (considerar provada uma hip3tese falsa, por exemplo: condenao de um inocente) quanto falsos negativos (considerar não provada uma hip3tese verdadeira, por exemplo: absolvio de um culpado) (FERRER-BELTRÁN, *op. cit.*, p. 115-137).

73. Deveras, quanto mais embrionária a etapa da persecuo penal e menos invasiva, restritiva e severa a medida ou Decisão a ser adotada, mais tolerável 3 o risco de um eventual falso positivo (atingir um inocente) e, portanto, 3 mais atribu3vel  Defesa suportar o risco desse erro; por outro lado, quanto mais se avança na persecuo penal e mais invasiva, restritiva e severa se torna a medida ou Decisão a ser adotada, menos tolerável 3 o risco de atingir

um inocente e, portanto, é mais atribuível   acusação suportar o risco desse erro.

74. Como esclarece Ravi Peixoto:

“Quanto maior a exigência probatória para um dado direito material, tem-se uma alteração esperada na distribuição dos erros, havendo um menor número de falsos positivos, mas, por outro lado, um maior número de falsos negativos. Por exemplo, uma maior exigência de suficiência probatória tende a aumentar o número de culpados materiais que serão absolvidos e diminuir o número de inocentes materiais que serão condenados”.

(PEIXOTO, Ravi. *Os standards probatórios e a busca de maior objetividade na decisão sobre os fatos*. Revista Eletrônica de Direito Processual, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 586-618, ago./ 2021. Quadrimestral)

75. Cabe mencionar aqui a ilustrativa metáfora criada por Janaína Matida e Alexandre Moraes da Rosa, segundo a qual os *standards* probatórios atuam como os “sarrafos” no salto com vara, de modo que, no processo penal, assim como no salto com vara, o sarrafo (*standard*) vai sendo elevado gradualmente ao longo da persecução: para o início da investigação, o sarrafo (*standard*)   baixo; para a Denúncia, um pouco superior; para a Pronúncia (nos crimes de competência do Tribunal do Júri),   maior do que para a Denúncia, mas ainda inferior ao que se impõe ao final na Sentença Condenatória (Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-20/limite-penal-entender-standards-probatorios-partir-salto-vara>. Acesso em: jul./2023).

76. É preciso, assim, levar em conta a gravidade do erro que pode decorrer de cada tipo de Decisão; ser alvo da abertura de uma investigação é menos grave para o indivíduo do que ter uma Denúncia recebida contra si, o que, por sua vez, é menos grave do que ser pronunciado e, por fim, do que ser condenado. Como a Pronúncia se situa na penúltima etapa (antes apenas da condenação) e se trata de medida consideravelmente danosa para o acusado –

que será submetido a julgamento imotivado por jurados leigos –, **o standard deve ser razoavelmente elevado e o risco de erro deve ser suportado mais pela acusação do que pela Defesa, ainda que não se exija um juízo de total certeza para submeter o reu ao Tribunal do Juri.**

77. Gustavo Badaro, sobre este ponto, leciona que:

“Não se exige, pois, que haja certeza de autoria. Bastara a existência de elementos de convicção que permitam ao juiz concluir, com bom grau de probabilidade, que foi o acusado o autor do delito. Isso não se confunde, obviamente, com o *in dubio pro societate*. Não se trata de uma regra de solução para o caso de duvıda, mas sim, de estabelecer requisitos que, do ponto de vista do convencimento judicial, não se identificam com a certeza, mas com a probabilidade. Quando a Lei exige para uma medida qualquer que existam ‘indícios de autoria’, não é preciso que haja certeza da autoria, mas  necessário que o juiz esteja convencido de que estes ‘indícios’ estão presentes. Se houver duvıda quanto  existência dos ‘indícios suficientes de autoria’, o juiz deve *impronunciar o acusado, como consequência inafastável do in dubio pro reo*”.

(BADARO, Gustavo. *nus da prova no processo penal*, São Paulo: RT, 2004. p. 390-391, destacamos)

78. O que Gustavo Badaro chama de “duvıda quanto  existência dos indícios suficientes de autoria” é denominado por Ferrer-Beltrán de “duvıda de segunda ordem”, isto é, uma duvıda que diz respeito ao próprio atingimento ou não do *standard* probatório necessário para justificar determinada Decisão e superar a respectiva etapa processual. **Essa duvıda de segunda ordem, se presente na fase de Pronúncia, deve levar à Impronúncia do acusado, em decorrência do *in dubio pro reo*.** Vale transcrever a passagem da obra de Ferrer-Beltrán:

“[...] sempre haverá a possibilidade de que um caso concreto caia na zona de vagueza e, portanto, que haja duvıdas sobre se se cumpre ou não o que



é requerido pelo *standard* de prova para se poder considerar provada a hipótese. Creio que esse é o espaço de aplicação de regras como o *in dubio pro reo* e o *in dubio pro operário* etc. Para um caso penal, por exemplo, sustentei que o *standard* de prova aplicável é o que determina quanta e que tipo de dúvida é compatível com a condenação do réu. **Entretanto, pode se apresentar uma dúvida de segunda ordem, é dizer, que depois de valorada a prova haja dúvida sobre se foi satisfeito ou não o *standard* probatório, o que deveria ser resolvido pela aplicação do *in dubio pro reo***”

(FERRER-BELTRÁN, Jordi. *Prueba sin convicción: estándares de prueba y debido proceso*. Madrid: Marcial Pons, 2021, p. 240, traduzimos e grifamos)

79. **Deve-se distinguir, portanto, a dúvida que recai sobre a autoria – a qual, se existentes indícios suficientes contra o acusado, só será dirimida ao final pelos jurados, porque, é deles a competência para o derradeiro juízo de fato da causa – da dúvida quanto à própria presença dos indícios suficientes de autoria (metadúvida, dúvida de segundo grau ou de segunda ordem), que deve ser resolvida em favor do réu pelo magistrado na fase de Pronúncia.**

80. Vale dizer, **também na Pronúncia – ainda que com contornos em certa medida distintos – tem aplicação o *in dubio pro reo*, consectário do princípio da presunção de inocência, pedra angular do devido processo legal**, pois “submeter a julgamento popular um acusado, mesmo quando há dúvidas da existência do crime ou de indícios suficientes de crimes, constitui uma temeridade. Isso porque, não apenas se viola flagrantemente os direitos e as garantias constitucionais, como também porque aumenta a possibilidade de erros judiciais, tendo em vista que a condenação do acusado poderá ocorrer mesmo se os parâmetros probatórios necessários para a condenação não sejam atingidos” (PEREIRA E SILVA, Rodrigo Faucz; KAVALLI, Priscilla. *Ainda sobre o in dubio pro societate x in dubio pro reo*. In: *Estudos em Homenagem aos 200 anos do Tribunal do Júri no Brasil*. Rodrigo Faucz e Daniel Avelar (Org.). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 311).



81. Foi nesse sentido importante Decisão da Segunda Turma do E. Supremo Tribunal Federal sobre o tema, ao ponderar: **“Ainda que se considere os elementos indicados para justificar a Pronúncia em segundo grau e se reconheça um estado de dúvida diante de um lastro probatório que contenha elementos incriminatrios e absolutórios, igualmente, a Impronúncia se impõe. Se houver uma dúvida sobre a preponderância de provas, deve então ser aplicado o *in dubio pro reo*, imposto nos termos constitucionais (art. 5º, LVII, CF), convencionais (art. 8.2, CADH) e legais (arts. 413 e 414, CPP) no Ordenamento brasileiro”** (ARE nº. 1.067.392/AC, Rel. Ministro Gilmar Mendes, 2ª T., DJe 2/7/2020, destacamos).

82. Vinícius Vasconcellos, na mesma linha, afirma:

“O *standard* para Pronúncia , inquestionavelmente, inferior àquele para condenao. Como exposto acima, sustenta-se a necessidade de ‘preponderância de provas’. Contudo, se houver dúvida em relao  existência de tal preponderância, ou seja, quanto ao cumprimento desse *standard* já inferior ao ‘além da dúvida razoável’ para condenao, pensa-se que deve vigorar o *in dubio pro reo* como critério para resoluo da dúvida em prol da presuno de inocência, mesmo no caso da decisão intermediária no procedimento do Júri”.

(VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. *Standard probatório para a decisão de Pronúncia ao Tribunal do Júri e a inadmissibilidade do *in dubio pro societate**. In: Denis Andrade Sampaio Junior. (Org.). *Manual do Tribunal do Júri: a reserva democrática da Justiça brasileira*. Florianópolis: EMais, 2021, p. 235-242, grifamos)

83. Firmada a premissa de que, embora não se exija juízo de plena certeza quanto  autoria no momento da Pronúncia, o *in dubio pro societate* não encontra respaldo no Ordenamento Jurídico brasileiro, cumpre definir qual  o *standard* probatório exigido para submeter o acusado a julgamento pelo Júri quanto  autoria e  participao, ou seja, **qual o grau**



necessário de confirmação da hipótese acusatória representado pela expressão “indícios suficientes de autoria ou de participação”, contida no artigo 413, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal.

84. No que tange ao *standard* probatório para a Sentença de Pronúncia quanto à autoria e à participação, é preciso esclarecer, inicialmente, que o termo “indícios”, no artigo 413, do Código de Processo Penal, não é empregado na acepção de “prova indireta”, tal como definido no artigo 239, do Código de Processo Penal, mas sim – da mesma forma que nos artigos 126 (determinação de sequestro de bens) e 312, do Código de Processo Penal (decretação de prisão preventiva) – como “elemento de prova de menor valor persuasivo ou prova semiplena, expressão herdada do velho sistema das provas legais” (GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro)*. In: *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*, São Paulo: DPJ Ed, 2005, p. 311.

85. Também nesse sentido:

“O segundo requisito legal refere-se à existência de indícios suficientes de autoria. O termo ‘suficientes’, retirado do caput do art. 413, significa aquilo que satisfaz, que basta, que é bastante. Significa que deve haver provas que indiquem que o acusado realmente foi o autor ou partícipe do delito. Perceba-se que não basta a existência de apenas um indício, vez que a legislação exige a existência de ‘indícios’, ou seja, mais de um, e que eles sejam ainda ‘suficientes’ (veementes) a indicar ser o acusado o provável autor ou partícipe do crime. Assim, para efeito da Pronúncia, ‘não são suficientes indícios duvidosos, vagos ou incertos, sem conexão com o fato e sua autoria’. A palavra ‘indício’ não foi utilizada pelo legislador quando da Pronúncia com o mesmo sentido empregado no artigo 239, do Código de Processo Penal (prova indireta). cremos que seja melhor interpretar a existência de elementos persuasivos da autoria ou da participação (prova semiplena), da mesma forma empregada nos artigos 126 e 312, ambos do Código de Processo Penal. Destarte, deve haver standards de prova consideravelmente seguros que apontem ao acusado como autor do crime. Portanto, as



inúmeras Decisões que pronunciam os acusados apenas baseando-se em constatações fictícias, palavras de testemunhas não presenciais do fato delitivo, elementos produzidos exclusivamente na fase investigativa, hearsay, indícios controversos, não podem servir de base para remeter o réu ao Plenário do Júri”.

(AVELAR, Daniel Ribeiro Surdi; SILVA, Rodrigo Faucz Pereira e. *Manual do Tribunal do Júri*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 238-239, destacamos)

86. Vale lembrar, ademais, que a Lei não fala em quaisquer indícios de autoria, mas sim em “**indícios suficientes**”, adjetivo que qualifica e reforça a exigência de demonstração, ainda que não cabal, da autoria ou da participação delitiva.

87. Esse juízo de suficiência sobre o nível de exigência probatória necessário para superar a etapa de Pronúncia no que se refere à autoria ou à participação, entre os autores que refutam a existência do *in dubio pro societate*, é objeto de duas correntes principais.

88. **A primeira foi encampada pela Segunda Turma do E. Supremo Tribunal Federal no mencionado ARE nº. 1.067.392/CE e propõe que “a Decisão de Pronúncia requer uma preponderância de provas, produzidas em Juízo, que sustentem a tese acusatória”.** Confira-se a ementa redigida para o julgado:

“1. Penal e Processual Penal. 2. Júri. 3. Pronúncia e standard probatório: a Decisão de Pronúncia requer uma preponderância de provas, produzidas em Juízo, que sustentem a tese acusatória, nos termos do art. 414, CPP. 4. Inadmissibilidade do *in dubio pro societate*: além de não possuir amparo normativo, tal preceito ocasiona equívocos e desfoca o critério sobre o standard probatório necessário para a Pronúncia. 5. Valoração racional da prova: embora inexistam critérios de valoração rigidamente definidos na lei, o juízo sobre fatos deve ser orientado por critérios de lógica e racionalidade, pois a valoração



racional da prova é imposta pelo direito à prova (art. 5 , LV, CF) e pelo dever de motivação das decisões judiciais (art. 93, IX, CF). 6. Critérios de valoração utilizados no caso concreto: em lugar de testemunhas presenciais que foram ouvidas em Juízo, deu-se maior valor a relato obtido somente na fase preliminar e a testemunha não presencial, que, não submetidos ao contraditório em Juízo, não podem ser considerados elementos com força probatória suficiente para atestar a preponderância de provas incriminatórias. 7. D vida e Impronúncia: diante de um estado de dúvida, em que há uma preponderância de provas no sentido da não participação dos acusados nas agressões e alguns elementos incriminat rios de menor força probatória, impõe-se a Impronúncia dos imputados, o que não impede a reabertura do processo em caso de provas novas (art. 414, parágrafo  nico, CPP). Primazia da presunção de inocência (art. 5 , LVII, CF e art. 8.2, CADH). 8. Função da Pronúncia: a primeira fase do procedimento do Júri consolida um filtro processual, que busca impedir o envio de casos sem um lastro probatório mínimo da acusação, de modo a se limitar o poder punitivo estatal em respeito aos direitos fundamentais. 9. Inexistência de violação à soberania dos veredictos: ainda que a Carta Magna preveja a existência do Tribunal do Júri e busque assegurar a efetividade de suas decisões, por exemplo ao limitar a sua possibilidade de alteração em recurso, a lógica do sistema bifásico é inerente   estruturação de um procedimento de júri compatível com o respeito aos direitos fundamentais e a um processo penal adequado às premissas do Estado Democrático de Direito. 10. Negativa de seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário. Habeas corpus concedido de ofício para restabelecer a Decisão de Impronúncia proferida pelo Juízo de primeiro grau, nos termos do voto do relator”.

(ARE n . 1.067.392/AC, Rel. Ministro Gilmar Mendes, 2  T., DJe 2/7/2020, grifamos)

89. É o que também defende Vinícius Vasconcellos, para quem esse *standard*, segundo o qual deve haver “**mais provas incriminatórias do que absolutórias**” [...], “diferenciaria tal etapa em relação   justa causa para recebimento da Denúncia, a qual se pauta por elementos colhidos na fase



investigativa com contradit3rio limitado”. Para o autor, exigir *standard* probat3rio mais rigoroso para a Pron3ncia seria incompat3vel com as limita3es cognitivas da etapa de Pron3ncia e com a previs3o constitucional da soberania dos vereditos (VASCONCELLOS, Vin3cius Gomes de. *Standard probat3rio para a Decis3o de Pron3ncia ao Tribunal do J3ri e a inadmissibilidade do in dubio pro societate*. In: Denis Andrade Sampaio Junior. (Org.). *Manual do Tribunal do J3ri: a reserva democr3tica da Justiça brasileira*. Florian3polis: EMais, 2021, p. 235-242, grifamos).

90. Em sentido similar 3 a li3o de Renato Brasileiro:

“3 muito comum na doutrina a assertiva de que o princ3pio aplic3vel 3 Decis3o de Pron3ncia 3 o *in dubio pro societate*, ou seja, na d3vida quanto 3 exist3ncia do crime ou em rela3o 3 autoria ou participa3o, deve o juiz sumariante pronunciar o acusado. A nosso ju3zo, referido entendimento interpreta o art. 413, do CPP de maneira equivocada. Referido dispositivo disp3e que, para que o acusado seja pronunciado, o juiz deve estar convencido da materialidade do fato e da exist3ncia de ind3cios suficientes de autoria ou de participa3o (CPP, art. 413, caput). [...] Por sua vez, quando a Lei imp3e a presença de ind3cios suficientes de autoria ou de participa3o, de modo algum est3 dizendo que o juiz deve pronunciar o acusado quando tiver d3vida acerca de sua concorr3ncia para a pr3tica delituosa. Na verdade, ao fazer uso da express3o ind3cios, referiu-se o legislador 3 prova semiplena, ou seja, 3 aquela prova de valor mais t3nue, de menor valor persuasivo. Dessa forma, conquanto n3o se exija certeza quanto 3 autoria para a Pron3ncia, tal qual se exige em rela3o 3 materialidade do crime, 3 necess3rio um conjunto de provas que autorizem um ju3zo de probabilidade de autoria ou de participa3o. 3 certo que, para a Pron3ncia, n3o se exige certeza al3m da d3vida razo3vel, diferentemente do que necess3rio para a condena3o. Contudo, a submiss3o de um acusado a julgamento pelo Tribunal do J3ri pressup3e a exist3ncia de lastro probat3rio consistente no sentido da tese acusat3ria, ou seja, requer-se um *standard* probat3rio um pouco inferior, mas, ainda assim, dependente da preponder3ncia de provas”



incriminat3rias. Logo, constatada a preponder4ncia de provas no sentido da n4o participa3o de determinado acusado na pr4tica de um crime doloso contra a vida, a Impron4ncia 4 de rigor. Ali4s, ainda que se reconheça a exist4ncia de estado de d4vida diante de lastro probat3rio que contenha elementos incriminat3rios e absolut3rios, igualmente a Impron4ncia se imp3e. Isso porque, se houver d4vida sobre a preponder4ncia de provas, deve ser aplicado o *in dubio pro reo*, e n4o o *in dubio pro societate*, cuja aplica3o n4o tem qualquer amparo constitucional ou legal, e tem o cond4o de acarretar o completo desvirtuamento das premissas racionais de valora3o da prova e desvirtuar o sistema bif4sico do procedimento do J4ri brasileiro, esvaziando a pr3pria fun3o da Decis4o de Pron4ncia”.

(LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*: Volume 4nico, Salvador: Juspodivm, 2020, p. 1.470, grifamos)

91. **Contraopondo-se a essa posi3o**, Rafael Fecury, em Disserta3o de Mestrado sobre o tema, sustenta ser aplic4vel, para que a Pron4ncia cumpra adequadamente sua importante fun3o de filtro contra poss4veis condena3es injustas, **um standard de elevada probabilidade**, representado pelo que se convencionou chamar no direito norte-americano de *clear and convincing evidence*, pois “ao operar entre a mera probabilidade e a certeza, o *standard* da prova clara e convincente reclama a alta probabilidade para a sua verifica3o, **estando na linha intermedi4ria entre a preponder4ncia da prova e a prova al4m da d4vida razo4vel**” (NOGUEIRA, Rafael Fecury. *Pron4ncia: valora3o da prova e limites 4 motiva3o*. Disserta3o (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de S4o Paulo, S4o Paulo, 2012, pp. 178-179, destacamos).

92. Trata-se de posi3o, em nosso sentir, mais adequada ao papel desempenhado pela Pron4ncia no procedimento escalonado do J4ri, por duas raz3es principais.



93. **Em primeiro lugar, a mera preponderância de provas incriminatórias sobre as absolutórias não implica incremento suficiente ao *standard* exigido para o recebimento da Denúncia, o que acarreta inobservância da tendência geral ascendente que deve nortear o estabelecimento de *standards* de prova ao longo da persecução penal.**

94. Deveras, ainda que a Denúncia seja embasada apenas em elementos informativos do Inquérito e, de acordo com a primeira corrente mencionada, a Pronúncia exija preponderância de provas judicializadas da autoria, o *standard*, a rigor, não se eleva: continua bastando simplesmente que a hipótese acusatória seja mais provável do que a absolutória, mesmo que isso não signifique efetiva solidez do acervo probatório produzido e que ambas sejam pouco prováveis.

95. Ademais, tal proposta incorre em problema ainda mais grave: uma vez que os jurados não fundamentam seu veredito, **o réu poderia ser condenado com base em mera preponderância de provas incriminatórias, *standard* francamente incompatível com a presunção de inocência que ilumina o processo penal.**

96. O raciocínio é similar ao que norteou a mudança de interpretação do artigo 155, do Código de Processo Penal na fase de Pronúncia para obstar a sua prolação com base apenas em elementos de informação do Inquérito (vide HC n.º. 560.552/RS, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., DJe 26/2/2021). Embora, ao estabelecer que o juiz não pode “fundamentar sua Decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação [...]”, o dispositivo legal se refira implicitamente à sentença condenatória, admitir a Pronúncia com amparo somente nesses elementos acarretaria, por via oblíqua, legitimar também a potencial condenação sem provas judicializadas, uma vez que a Decisão dos jurados é imotivada.

97. Há outro fundamento, ainda, para rechaçar a aplicação do *standard* da simples preponderância de provas na Pronúncia.



98. À luz da efetividade e da utilidade do Processo, é preciso, como regra, que toda Decisão que implique o prosseguimento do feito em desfavor do imputado, com início de nova etapa processual, realize dois juízos: um diagnóstico (retrospectivo) sobre a suficiência do que se produziu até aquele momento; outro prognóstico sobre o que se projeta para a próxima etapa, a fim de verificar se será viável superá-la.

99. No recebimento da Denúncia, por exemplo, o julgador deve verificar não somente a presença da prova da materialidade e dos indícios de autoria, mas também analisar, ainda que em cognição sumária, se as provas indicadas para colheita na instrução permitirão amparar a hipótese acusatória a ponto de ensejar a condenação. Isso porque, não raro, apesar da presença de elementos suficientes para preencher o *standard* de mera probabilidade da Denúncia, projeta-se na instrução processual somente a repetição judicial dos atos do Inquérito, a qual nem sempre bastará para superar o *standard* exigido para a condenação. Nessas hipóteses, o exercício de uma Ação Penal nitidamente fadada ao insucesso só se presta a abarrotar, ainda mais, os escaninhos do sistema de justiça criminal, além de causar indevido e alongado constrangimento ao imputado (Nesse sentido: MACHADO, Luís Henrique. *A fase de recebimento da Denúncia – críticas e perspectivas*. In: MADEIRA, Guilherme; BADARÓ, Gustavo; CRUZ, Rogerio Schietti (Org.). *Código de Processo Penal: estudos comemorativos aos 80 anos de vigência*. v. 2. São Paulo: Thomson Reuters, p. 403-421, 2021).

100. Veja-se, a respeito, a explicação de Gustavo Badaró:

“Tradicionalmente, a justa causa é analisada apenas sob a ótica retrospectiva, voltada para o passado, com vista a quais elementos de informação foram obtidos na investigação preliminar já realizada. Outro ponto de vista a partir do qual a justa causa também deve ser considerada sob uma ótica prospectiva. É preciso olhar para o futuro, com vista a instrução que irá ser realizada, e prognosticar se há viabilidade de algum incremento probatório que possa levar ao



fortalecimento do estado de simples probabilidade em que o julgador se encontra quando do recebimento da Denúncia. Isso porque, se os elementos do Inquérito Policial ou de outra forma de investigao preliminar demonstrarem apenas a probabilidade de que o réu seja o seu autor – ou mesmo a probabilidade do crime, para os quais se contentam com esse nível de prova para a admissibilidade da acusao – mas o exame das fontes de provas disponíveis colhidas na investigao já está esgotado e, não há nada a indicar que poderá haver o incremento do material cognitivo ao longo da instruao, não há sentido receber a Denúncia com o posterior desenvolvimento da instruao para, ao final, com base no *in dubio pro reo*, absolver o acusado”.

(BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 215, grifamos)

101. Na Pronúncia, esse juízo prognóstico sobre a etapa vindoura (julgamento em Plenário e condenao) seria ainda mais importante em virtude da ausência de fundamentao da Decisao dos jurados; ou seja, considerando que, na etapa final do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, o veredito  imotivado, adquire especial relevo o juízo prognóstico sobre a viabilidade da condenao. Isso esbarra, porém, em dois obstáculos impostos ao juiz togado: a) a impossibilidade de usurpar a competência constitucional dos jurados para o *judicium causae* e b) a necessidade de fundamentar de forma sucinta a Decisao, sob pena de incorrer em excesso de linguagem, a teor do artigo 413, § 1º, do Código de Processo Penal e influenciar negativamente os jurados contra o réu.

102. Diante desse impasse, a adoo de *standard de elevada probabilidade*, superior  mera preponderância de provas, mas inferior ao BARD (*beyond any reasonable doubt*) ou outro que se tenha como suficiente para a condenao final – a depender da concepo que se adote sobre o tema –, desponta como soluço possível para conciliar os interesses em disputa dentro das balizas do Ordenamento. Resguarda-se, assim, a funo primordial



de controle pr3vio da Pron3ncia sem invadir a compet3ncia dos jurados e sem permitir que o r3u seja condenado pelo simples fato de a hip3tese acusat3ria ser mais prov3vel do que a sua negativa.

103. Em outras palavras, **“Para a Pron3ncia 3 necess3ria uma prova ou mesmo um certo conjunto de prova que indique, com elevada probabilidade, a autoria, embora n3o se trate de certeza da autoria. Trata-se do que, na doutrina norte-americana, se identifica com o *standard* probat3rio da *clear and convincing evidence*”** (BADAR3, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Da impron3ncia e o ne bis in idem*. In: Renato de Mello Jorge Silveira. (Org.). *Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho*. S3o Paulo: LiberArs, 2014, v. 1, p. 177-181).

104. Assim, **o *standard* probat3rio para a Decis3o de Pron3ncia, quanto 3 autoria e 3 participao, situa-se entre o da simples preponder3ncia de provas incriminat3rias sobre as absolut3rias (mera probabilidade ou hip3tese acusat3ria mais prov3vel que a defensiva) – t3pico do recebimento da Den3ncia – e o da certeza al3m de qualquer d3vida razo3vel (BARD ou outro *standard* que se tenha por equivalente) – necess3rio somente para a condenao. Exige-se para a Pron3ncia, portanto, elevada probabilidade de que o r3u seja autor ou partcipe do delito a ele imputado.**

105. Como bem exorta Guilherme Nucci, “3 preciso cessar, de uma vez por todas, ao menos em nome do Estado Democr3tico de Direito, a atuao jurisdiccional fr3gil e insens3vel, que prefere pronunciar o acusado, sem provas firmes e livre de risco. Alguns magistrados, valendo-se do criativo brocardo *in d3bio pro societate*, remetem 3 apreciao do Tribunal do J3ri as mais infundadas causas – aquelas que, fosse ele o julgador, certamente, terminaria por absolver (NUCCI, Guilherme de Souza. *Tribunal do J3ri*. 2015, p. 87).



106. É dizer, não pode o juiz, na Pronúncia, “lavar as mãos” – tal qual Pncio Pilatos – e invocar o “*in dubio pro societate*” como escusa para eximir-se de sua responsabilidade de filtrar adequadamente a causa, submetendo ao Tribunal popular acusaes não fundadas em indícios sólidos e robustos de autoria delitiva (nesse sentido: REIS, Rodrigo Casimiro. *O descabimento de Pronúncia a la Pilatos e a necessidade da fixação de um standard probatório constitucional ao final da instrução preliminar do rito do Júri*. In: AKERMAN, William; REIS, Rodrigo Casimiro; MAIA, Maurílio. *Debates Contemporneos da Justiça Penal: estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca*. Brasília: Editora Sobredireito, 2023, p. 59-76).

107. Colhe-se dos autos originários que em relação ao injusto penal de tentativa de homicídio qualificada por emprego de explosivo e arma de fogo (mediante dolo eventual), a exordial acusatória se afigura manifestamente inepta, tanto do ponto de vista formal, quanto do ponto de vista material, eis que narra de forma superficial esse injusto e  omissa com relação  demonstração de indícios. Senão, vejamos:

108. Em primeiro lugar, segundo a Denúncia, consta dos autos ter sido preso em flagrante, no dia 23 de outubro de 2022, por volta das 19h15min, o ora Recorrente, em sua residência localizada na Rua Marcelino Ferreira Marinho, n 9, Bairro Gulf, Comendador Levy Gasparian-RJ, porque, dolosamente e consciente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, tentou matar 04 (quatro) policiais federais³, com emprego de explosivo e de meio de que resultou perigo comum, mediante recurso que dificultou a defesa de autoridade e agentes no exercício da função descritos no artigo 144, da Constituição Federal e com emprego de arma de fogo de uso restrito, cujos resultados (mortes) não se consumaram por circunstâncias alheias  sua vontade, o que encontra enquadramento tpico, em tese, no disposto no artigo 121, §2, incisos III, IV, VII e VIII, c/c o artigo 14, inciso II, na forma do artigo

³ O Delegado MARCELO ANDRÉ CORTS VILLELA, o Escrivão DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA e os Agentes HERON COSTA PEIXOTO e KARINA LINO MIRANDA DE OLIVEIRA.



69, *caput*, (04 vezes), todos do C3digo Penal (Cf. Evento 388, ADITDEN2, P3gina 1-21 dos autos origin3rios).

109. N3o s3o verdadeiros os fatos narrados na Den3ncia.

110. Em primeiro lugar, vejamos os depoimentos prestados pelos Policiais Federais:

(i) Depoimento prestado pela Policial Federal Karina Lino Miranda de Oliveira (Cf. Evento 1, INIC1, P3gina 2-3 dos autos do Inqu3rito Policial n3o. 5081864-34.2022.4.02.5101):

Em seguida o(a) **depoente** foi alertado do compromisso de dizer a verdade e, inquirido(a) a respeito dos fatos, RESPONDEU:
QUE 3 agente de pol3cia federal lotada na Superintend3ncia da Pol3cia Federal do Rio de Janeiro; QUE na data de hoje estava em dilig3ncia junto com a equipe do Setor de Intelig3ncia Policial para efetuar a pris3o preventiva e busca e apreens3o em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, n. 09, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, na PET 9.844/DF, por ordem do Relator Min. Alexandre de Moraes; QUE estava juntamente com o DPF MARCELO VILELA, EPF DANIEL e APF HERON; QUE estavam de viatura ostensiva e sua pistola Glock, G19; QUE chegaram na casa por volta das 12h; QUE quando chegou interfonaram e ningu3m atendeu; QUE sabendo que tinha c3mera na resid3ncia o APF Heron pulou o port3o; QUE o APF Heron estava mais pra frente da casa para tentar fazer o contato com a pessoa na casa; QUE de repente ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO apareceu em um ponto mais alto da edificao j3 logo falando “voc3s n3o v3o me levar” “eu n3o vou com voc3s”; QUE n3o visualizou as m3os neste momento; QUE o DPF MARCELO VILELA, com toda tranquilidade, disse que estavam l3 cumprindo uma ordem expedida pelo Ministro Alexandre de Moraes e que queria cumpria a decis3o da forma mais pac3fica poss3vel; QUE ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO ent3o levantou a m3o, mostrou a granada, tirou o pino e ficou com ela m3o; QUE ele disse que iria jogar dizendo que “voc3s est3o juntinhos ai v3o machucar”, que segundos depois ele jogou em direo a viatura da pol3cia federal; QUE foi o ROBERTO JEFFERSON quem iniciou a agress3o 3 equipe que fazia o cumprimento da medida judicial; QUE neste momento, os tr3s policiais que estavam do lado de fora correram para se abrigar; QUE escutou o ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO jogar granada; QUE logo depois ele começou a atirar; QUE no momento que estava quase abrigando começou a sentir alguma coisa na cabeça; QUE no momento que foi atingida n3o se recorda de ter ouvido granada; QUE j3 caiu no ch3o se abrigando; QUE logo depois que abrigou escutou mais duas granadas e tiros; QUE a arma portada por ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO tinha as caracter3sticas de um fuzil; QUE passou a sua arma acautelada para o EPF DANIEL, pois a arma dele deu pane; QUE o EPF DANIEL disparou com a arma da depoente revidando a agress3o injusta recebida; QUE o EPF DANIEL ajudou a depoente



no primeiro momento; QUE o EPF DANIEL ouviu o DPF MARCELO falando que tambem foi atingido; QUE o EPF DANIEL deu mais uns tiros para o DPF MARCELO aproximar com a depoente e com o EPF DANIEL; QUE momentos depois o APF HERON apareceu no abrigo; QUE entao comecaram a se distanciar do portao da residencia do ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO e chegou o veiculo dirigido pelo cunhado dele, cujo nome nao se recorda, e pegou a depoente e o DPF MARCELO para levar ao pronto socorro; QUE foram primeiro para um posto de saude em Levy Gasparian/RJ, mas nao tinha estrutura para os primeiros socorros, onde foram removidos de ambulancia para o Hospital de Clinicas Nossa Senhora da Conceicao em Tres Rios/RJ; QUE fizeram os exames e receberam alta no mesmo dia; QUE ficou constatada que a depoente foi atingida por estilhaço da granada ou fuzil na bacia, testa e braços; QUE ressalta que em nenhum momento ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO quis conversar;

Nada mais havendo, este Termo de Depoimento foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.

Karina Lima Mianha de Oliveira Mat. 21288
Testemunha

Documento eletrônico assinado em 23/10/2022, às 21h13, por BERNARDO ADAME ABRAHAO, Delegado de Policia Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpf.gov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: 1d1d07ae839fe2bdbae40249bd3b1666c0046374

(ii) Depoimento prestado pelo Delegado de Policia Federal Marcelo André Cortes Villela (Cf. Evento 1, INIC1, Página 6-7 dos autos do Inquérito Policial n.º. 5081864-34.2022.4.02.5101):



MARCELO ANDRÉ CORTES VILLELA

QUE é delegado de polícia federal lotado na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro; QUE na data de hoje estava em diligência junto com a equipe do Setor de Inteligência Policial para efetuar a prisão preventiva e busca e apreensão em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, n. 09, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, na PET 9.844/DF, por ordem do Relator Min. Alexandre de Moraes; QUE o depoente e os demais policiais de sobreaviso foram acionados na data de ontem, à noite, para fins de cumprimento de um mandado de prisão e de busca e apreensão em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO; QUE fora determinado que os policiais se apresentassem por volta das 08h00, nesta Superintendência Regional, aguardando que fossem exarados os respectivos mandados; QUE este setor já conhecia o endereço que seria objeto do cumprimento, em razão de levantamentos anteriores; QUE, inclusive, um dos policiais presentes conhecia o local; QUE, a equipe chegou nas proximidades da residência por volta das 12h00; QUE, segundo o policial que tinha feito o RECON anteriormente observou que havia um portão na Rua, fechando a passagem; QUE o portão tinha cadeado, motivo pelo qual o APF HERON pulou o portão enquanto a equipe interfonava para a casa de ROBERTO JEFFERSON; QUE demorou algum tempo até que ROBERTO JEFFERSON aparecesse na sacada da residência, que ficava em uma parte alta da casa; QUE o local onde ele apareceu era protegido por uma lateral e até a altura de seu abdômen; QUE ROBERTO JEFFERSON disse que não iria se entregar de jeito nenhum; QUE este subscritor ainda argumentou com ROBERTO JEFFERSON, dizendo eu tínhamos que cumprir o mandado; QUE, de forma dissimulada, ROBERTO JEFFERSON puxou um granada e a lançou na parte traseira da viatura; QUE, ato contínuo, ele puxou um fuzil que estava escondido (abaixo da visão do muro) e começou a atirar; QUE o declarante se abrigou na parte traseira da viatura, atrás da roda, juntamente com o EPF DANIEL; QUE ROBERTO JEFFERSON continuou atirando e jogando granada; QUE em determinado momento a APF KARINA gritou, dizendo que havia sido alvejada, ocasião na qual o declarante começou a atirar em direção de ROBERTO JEFFERSON, o que permitiu que o EPF DANIEL fosse em direção da APF KARINA para socorrê-la; QUE em determinado momento o declarante sentiu o sangue descer de sua cabeça; QUE em determinado momento a quantidade de sangue era muito grande, atrapalhando a visão do olho direito; QUE o declarante conseguiu sair de onde se encontrava indo em direção da APF KARINA e do EPF DANIEL; QUE A APF KARINA começou a perder os sentidos; QUE, então, apareceu um veículo que prestou auxílio, levando o declarante e a APF KARINA para o hospital mais próximo; QUE ao chegar ao hospital em Levy Gasparian, a APF KARINA foi atendida enquanto o declarante se limpava; QUE os atendentes solicitaram a



remoao da APF KARINA para um hospital em Três Rios/RJ, pois o hospital local não tinha estrutura para atendimento; QUE la foi possível ver que a APF KARINA tinha sido alvejada em cima do olho e na cintura; QUE a ambulância do SAMU levou a APF KARINA e o declarante até o Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceiao, no município de Três/Rios; QUE foram feitos exames de raio-x e tomografia na APF KARINA, que necessitou de pontos; QUE foram constatados alguns fragmentos na cintura da APF KARINA; QUE o declarante foi examinado e após o raio-x, constatou-se dois fragmentos, possivelmente de estilhaços, no crânio do declarante; QUE o declarante e a APF KARINA foram liberados pelos médicos que forneceram os documentos que apreseto neste momento; QUE foram fornecidos dois números de atendimento: 4330271 (KARINA) e 4330265 (DECLARANTE); QUE o Sargento da PMERJ, RESENDE (telefone 32 99906-3351) ficou de lavar uma ocorrência; QUE os indícios não deixam dvidas de que ROBERTO JEFFERSON aguardava a polcia federal e agiu de forma premeditada e com intenao de matar os policiais; QUE se recorda de ao menos três explosões de granada e muitos tiros;

Nada mais havendo, este Termo de Declaraes foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.

Declarante

Documento eletrônico assinado em 23/10/2022, às 23h11, por MARCELO ANDRE CORTES VILLELA, Delegado de Polcia Federal, na forma do artigo 1, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpf.gov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: 80f62b4e76c79ed3b31c8bb3934d86158838b756

(iii) Depoimento prestado pelo Policial Federal DANIEL QUEIROZ MENDES DA COSTA (Cf. Evento 1, INIC1, Página 8-9 dos autos do Inquérito Policial n. 5081864-34.2022.4.02.5101):



DANIEL QUEIROZ MENDES DA COSTA,

QUE é escritor de pol cia federal lotado na Superintendência da Pol cia Federal do Rio de Janeiro; QUE na data de hoje estava em diligência junto com a equipe do Setor de Inteligência Policial para efetuar a prisão preventiva e busca e apreensão em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, n. 09, Gulf, Comendador – Levy Gasparian/RJ, na PET 9.844/DF, por ordem do Relator Min. Alexandre de Moraes; QUE estava na viatura ostensiva juntamente com o DPF MARCELO, APF KARINA e APF HERON; Que estavam ostensivos; QUE a equipe chegou por volta das 12h do dia de hoje na residência citada/ QUE já tinha feito a diligência anterior na residência quando foram realizar outra busca há um ou dois anos atrás; QUE a residência estava diferente com um portão que não existia; QUE quando chegaram o portão estava trancado, tocaram o interfone e ninguém atendeu; QUE o APF HERON pulou o muro, tentou destravar o portão, mas não conseguiu, e foi até a porta residência, há uns 30 metros do portão, bater na porta na esperança de alguém atender; QUE de repente o ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO surgiu há uns três metros de altura acima da posio do depoente no portão em muro de conteno de barranco; QUE foi dialogado com ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO dizendo que estavam cumprindo um mandado judicial e tentaram convencê-lo a descer para o cumprimento; QUE então ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO mostrou uma granada para a equipe e disse que “não se entregaria de jeito nenhum”; QUE ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO tirou o pino, jogou a granada e começou a atirar com um fuzil que não tinha sido visualizado anteriormente pela equipe; QUE foi ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO quem iniciou a agressão contra o cumprimento da decisão judicial por parte da Pol cia Federal; QUE quando ele jogou a granada o depoente correu para se abrigar atrás da viatura; QUE houve muito tiro de fuzil na viatura na qual os policiais estavam abrigados; QUE foram lançadas pelo menos mais duas gradas, no total de 03; QUE foram efetuados disparos contra ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO visando cessar a violência; QUE ouviram a APF KARINA gritar “policial ferido”; QUE quando ouviram que acabou o primeiro carregado do fuzil de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, o DPF MARCELO, que estava abrigado junto com o depoente, realizou a conteno enquanto o depoente correu ver a APF KARINA; QUE correu e visualizou a APF KARINA com ferimento na cabeça, que parecia de rasp o, voltou e ficou atirando contra ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, quando ouvido o DPF MARCELO dizer que também estava ferido; QUE ficou abrigado atrás do muro atirando até o DPF MARCELO chegar junto com o depoente e a APF KARINA; QUE logo os tiros cessaram; QUE o APF Heron apareceu logo em seguida; QUE o depoente ajudou o DPF MARCELO e a APF KARINA, quando apareceu uma pessoa que dizia ser o cunhado do ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO e perguntou se eles precisavam de ajuda; QUE não se recorda do nome do cunhado de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO; QUE ficou no local da

busca junto com o APF HERON enquanto o DPF MARCELO, a APF KARINA e o cunhado de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO se dirigiram para um pronto socorro; QUE sabe que eles foram primeiro para um pronto socorro em Comendador Levy Gasparian/RJ, quando depois foram removidos para um hospital em Três Rios/RJ; QUE após uns 30 minutos de conteno da área, a Pol cia Militar chegou ao local para prestar apoio.

Documento eletrônico assinado em 23/10/2022, às 23h10, por DANIEL DE QUEIROZ MENDES DA COSTA, Escrivão de Pol cia Federal, na forma do artigo 1 , inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpfgov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: 2088b643ca5f68e95b9ae3dd8707933b2a0a45a1



(iv) Depoimento prestado pelo Policial Federal HERON COSTA PEIXOTO (Cf. Evento 1, INIC1, Página 10-11 dos autos do Inquérito Policial n. 5081864-34.2022.4.02.5101):

HERON COSTA PEIXOTO

QUE é agente de polcia federal lotado na Superintndncia da Polcia Federal do Rio de Janeiro; QUE na data de hoje estava em diligência junto com a equipe do Setor de Inteligência Policial para efetuar a prisão preventiva e busca e apreensão em desfavor de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO na Rua Marcelino Ferreira Marino, n. 09, Gulf, Comendador Levy Gasparian/RJ, na PET 9.844/DF, por ordem do Relator Min. Alexandre de Moraes; QUE estavam de viatura e uniforme da Polcia Federal; QUE chegaram na residência por volta das 12h; QUE tocaram o interfone e ninguém atendeu; QUE então resolveu pular a grade e tentar colocar o portão no manual para entrarem com a viatura; QUE não conseguiu colocar o portão manual porque estava travado; QUE então se dirigiu para tocar a campainha enquanto o DPF MARCELO, o EPF DANIEL e a APF KARINA ficaram do lado de fora da casa próximos à viatura da Polcia Federal; QUE quando tocou a campainha apareceu uma senhora perguntando o que queria, que então ela disse “vai embora”, “vai embora que vai dar merda” e ficou gritando “vai embora”; QUE logo na sequência visualizou a cabeça de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO distante do depoente; QUE ele falou alguma coisa com o resto da equipe que estava na rua; QUE o depoente continuou pedindo para a senhora que o atendeu para abrir o portão; QUE foi quando ouviu a explosão de uma granada, seguida de tiros que pareciam ser de fuzil em direo  viatura da Polcia Federal; QUE estava no meio da rua e saiu correndo para se abrigar em veículo que estava em frente a porta da casa; QUE ficou abrigado até cessarem os disparados; QUE quando cessou foi caminhando rente ao muro até pular para rua e ajudar o restante da equipe; QUE enquanto estava abrigado ouviu os policiais gritando “policial ferido” e depois ouviu algum colega o chamar; QUE não chegou a efetuar disparo de arma de fogo; QUE quando chegou junto com os colegas viu que o DPF MARCELO e a APF KARINA estavam feridos e com sangue; QUE a APF KARINA disse que iria desmaiar; QUE logo em seguida chegou um parente dizendo que iria ajudar e levou a APF KARINA e o DPF MARCELO para o hospital; QUE ficou juntamente com o EPF DANIEL próximo ao local para cerca o perímetro e não deixar ninguém entrar na casa ou no local; QUE a Polcia Militar chegou cerca de 30 minutos depois; QUE não acompanhou a prisão final;

Nada mais havendo, este Termo de Declaraes foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.

Documento eletrônico assinado em 23/10/2022, às 23h12, por HERON COSTA PEIXOTO, AGENTE DE POLCIA FEDERAL CLASSE ESPECIAL, na forma do artigo 1, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpf.gov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: 8e813b556df928eb1469d3ccd2f2c6bd7c8eebd4

111. Isto é, dos anexos depoimentos prestados em sede policial constata-se a seguinte dinâmica: (i) que os Policiais Federais estavam em diligência para efetuar Mandado de Prisão Preventiva e Busca e Apreensão domiciliar do ora Recorrente, por ordem exarada do Ministro Alexandre de



Moraes; (ii) que os Policiais Federais estavam em viatura ostensiva e portavam a arma de fogo Glock, G19; (iii) que o ora Recorrente informou que não aceitaria ser preso preventivamente, por se tratar de uma ordem ilegal; (iv) que o ora Recorrente mostrou uma granada, tirou o pino e ficou com ela na mão; (v) que o ora Recorrente ameaçou jogar a granada, caso a Polcia não saísse; (vi) que o ora Recorrente jogou uma primeira granada de efeito moral na viatura policial; (vii) que os Policiais Federais se abrigaram, quando o ora Recorrente jogou a primeira granada de efeito moral na viatura policial; (viii) que o ora Recorrente jogou uma segunda granada de efeito moral em direção da viatura policial, com os Policiais Federais devidamente abrigados; (ix) que nesse momento, o ora Recorrente começou a atirar em direção a viatura policial; (x) que a Policial Federal Karina e o Delegado de Polcia Federal Marcelo sofreram lesões corporais, não sabendo informar a origem.

112. Por oportuno, esclarece esta Defesa Técnica que tais fatos restaram confirmados em Juízo pelos Policiais Federais.

113. Como se viu da fase de instrução, o ora Recorrente não teria praticado os supostos injustos penais de tentativa de homicídio, com dolo eventual (artigo 18, inciso I, parte final do Código Penal). Senão, vejamos:

114. De acordo com a tica do ora Recorrente quando de seu Interrogatório Judicial, aduziu que estava ao telefone sentado no seu quarto, quando olhou pela televisão na câmera do portão quatro pessoas próximas; que saiu do quarto por cima e questionou o que eles queriam; que disse que não ia deixar a Polcia Federal fazer busca e apreensão e efetuar a sua prisão preventiva; que já foi humilhado três vezes anteriores com aes da Polcia Federal em cumprimento  Decisão do Ministro Alexandre de Moraes e do Ministro Edson Fachin; que olhou pelo CFTV no dia **23.10.2022**, e viu a equipe da Polcia Federal de pistola e sem colete; que disse que a Polcia Federal, nestas condies, não teria a menor condio de retirar o ora Recorrente da residência; que pegou uma granada e disse que não iria se render, que era para ir embora; que não atirou em nenhum Policial Federal para machucar, que atirou tudo no



carro; que deu aproximadamente 50 (cinquenta) tiros de 5,56mm, fuzil, de marca Smith Wesson, no carro; que disse “corre que vou jogar em vocês”; que jogou três granadas, uma na frente da viatura da Polícia Federal, uma atrás da viatura, quando os policiais saíram e uma dentro da casa, para assustar o Policial que estava dentro da residência; que ouviu os Policiais dizendo que havia “Policial ferido” após os tiros e jogar as granadas, mas que deve ter sido o estilhaço das granadas; que não atirou para matar em nenhum Policial Federal; que se quisesse, matava os Policiais, pois, estava em posição superior e com fuzil com mira; que teve os Policiais na mira do red dot; que o ora Recorrente disse que não seria preso e não iria com a Polícia Federal; que as granadas eram de efeito moral; que gostaria de deixar registrado o pedido de desculpas pelos feridos acidentalmente, pois, não atirou em ninguém com dolo.

115. Vejamos os exatos termos aduzidos pelo ora Recorrente em seu Interrogatório Judicial:

“VÍDEO 12 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00-02:06)

Juíza: A oportunidade que tu tens para prestar a sua versão dos fatos perante o Juízo, é a oportunidade do Interrogatório. Antes de começar, eu vou fazer todas as advertências legais. O Sr. teve a oportunidade de falar com a Defesa, tirar todas as suas dúvidas anteriormente?

Roberto Jefferson: Sim!

Juíza: Senhor Roberto Jefferson, eu vou confirmar alguns dados de qualificação que já estavam lá no seu depoimento policial; o seu último endereço né, que está como local dos fatos, o Sr. também informou a existência de três filhos, mas nenhum menor de 12, nenhum com condições de deficiência, especial, certo?

Roberto Jefferson: Assentiu com a cabeça.



Juíza: O Sr. já mencionou já ter sido preso anteriormente em 2 ocasiões, em 2012 e 2021. O senhor confirma?

Roberto Jefferson: Confirmando, Excelência.

Juíza: Algo que o Sr. queira acrescentar sobre seu meio de vida, profissão, né? Fora da política após o mandato ou dados familiares?

Roberto Jefferson: Não, nada quero acrescentar.

Juíza: Senhor Roberto, eu vou ler para o Sr. é a Denúncia, né? O Sr. tem o direito de acesso ao inteiro teor da acusação. Eu vou pedir que o João Paulo compartilhe também caso, as partes queiram acompanhar a Denúncia. Senhor Roberto, como é uma Denúncia extensa, aí eu vou omitir dados pessoais, como seu endereço, mas se for omitido qualquer dado que as partes entendam que seja importante a qualquer um pode...

Roberto Jefferson: Se a senhora quiser abrir mão da leitura Denúncia, pode, porque eu conheço a Denúncia.

Juíza: O Sr. tem inteiro conhecimento da sua Denúncia?

Roberto Jefferson: Tenho.

(02:06 – 05:32)

Juíza: Então, eu vou fazer um resumo breve, o Sr. disse que tem sim o inteiro conhecimento. Tá, mas assim também, para que fique claro para os demais presentes, vou fazer uma leitura resumida. O Ministério Público Federal ofereceu Denúncia em face de Roberto Jefferson Monteiro Francisco pela prática dos seguintes fatos delituosos: primeiro fato consta nos autos ter sido preso em flagrante no dia 23/10/2022, por volta de 19 horas e 15 minutos em sua residência, porque, supostamente de forma dolosa teria tentado matar 4 Policiais Federais com emprego de explosivo e por meio que resultou perigo comum mediante recurso, que teria dificultado a defesa das vítimas e as vítimas na condição de autoridades e agentes descritos no artigo 144, da Constituição Federais (Policiais Federais). Também mediante o



emprego de arma de fogo de uso restrito, segundo a Denúncia, esses resultados de morte são não se consumaram por circunstâncias alheias a sua vontade. Então, esses fatos foram enquadrados no artigo 121, parágrafo segundo, com as qualificadoras dos incisos III, IV, VII e VIII, na forma tentada. E segundo o Ministério Público Federal, na forma de concurso material por 4 vezes. A Denúncia diz que nessa data dos fatos a equipe de Policiais formados pelo Delegado Marcelo, Escrivão Daniel, os Agentes Eron e Karina, deslocou-se até o seu endereço residencial, em cumprimento a uma decisão judicial proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, no âmbito da PET 9844 DF, a equipe se deparou com um portão eletrônico na via pública e murada. A Denúncia junta fotos, são fotos que nós já exibimos aqui anteriormente no laudo de exame de local. Diante do portão trancado, a equipe tentou contato com interfone. Havia esse portão que impediu o acesso e, diante do insucesso da comunicao, o agente Eron caminhou até a entrada da residência. Após tocar a campainha, teria sido atendido pela esposa de Roberto Jefferson, que proferiu as palavras, ‘vai embora’, gritou para que fosse embora. O Sr. teria aparecido na varanda, que era protegida por uma parede lateral e muro até a altura do seu abdmen, uma posio de cerca de 3 m acima dos Policiais. Aí, nesse momento, o Sr. teria dito aos Policiais, ‘vocês não vão me levar, eu não vou com vocês’. E houve um breve diálogo, n? Com os agentes. A Denúncia afirma que o Sr. passou a exhibir um armamento, principiando uma granada e que essa granada foi segundos depois lançada perto da parte da frente da viatura, onde estariam os Policiais Marcelo, Daniel e Karina, que correram para se abrigar. A Denúncia diz que Marcelo e Daniel se abrigaram na parte lateral traseira da viatura, enquanto Karina buscou-se escudar atrás do muro do imóvel, perto da esquina da rua”.

(05:32-07:36)

“Depois do lançamento da granada, o Sr. teria puxado uma carabina calibre 556, que estava, a princípio, escondida e começou a atirar em direo aos Policiais, efetuando inicialmente 30 disparos. Os Policiais chegaram a ouvir a Policial Karina gritando, Policial ferida. Houve uma nova sessão de tiros, também de carabina, com cerca de outros 30 disparos. A Denúncia narra que o Policial Marcelo foi também ferido, percebeu uma quantidade de



sangue escorrendo de sua cabeça. A Denúncia descreve alguns dos ferimentos, que estão também registrados aqui nos laudos periciais. A Denúncia conclui que a Policial Karina foi atingida por disparo de arma de fogo e narra também os ferimentos do Delegado Marcelo. O Ministério Público narra que uma situao de perigo comum adveio da utilizao de 3 granadas adulteradas e da realizao dos 60 disparos de carabina, que por estarem numa área de via pública, chegaram a atingir imóvel vizinho. O Ministério Público Federal também narra aqui esse ataque de inopino, de forma a surpreender os Policiais, o que teria dificultado a defesa dos ofendidos e como foram crimes praticados contra Policiais Federais, justifica também a última qualificadora, juntamente com o emprego de arma de fogo de uso restrito, que  a carabina”.

(07:37-11:10)

“Ao iniciar, no segundo fato, segundo o Ministério Público Federal, narra-se um suposto delito de resistência, segundo o qual o Sr. teria se oposto  execuo de ato legal mediante violência justamente contra os Policiais, que vieram cumprir essa diligência. Que, segundo a Denúncia, não chegou a ser  concluıda pelos próprios Policiais, que foram ao local inicialmente cumprir essa diligência. A Denúncia narra que, em razão dessa resistência, foi necessária a atuao de outros Policiais Federais integrantes do Grupo de Intervo da Superintendência da Polcia Federal, o que levou a uma negociao de cerca de 7 horas até que o Sr. se entregasse e fosse efetivamente preso. Então, esse seria a caracterizao do segundo fato. E o terceiro e quarto fatos dizem respeito as armas, a apreensão de armas de fogo. Então, o terceiro fato  narrado como o de possuir uma arma de fogo de uso restrito e munioes, tanto de uso restrito quanto de uso permitido, aı, supostamente em desacordo com determinao regulamentar, constituindo crimes previstos no Estatuto do Desarmamento. Dentre algumas das supostas irregularidades aqui apontadas na Denúncia, diz-se que o Sr. tinha Posse de algumas das armas, mas com endereço que não corresponde ao da guarda desse acervo de armas e munioes, que estaria declarado ao Comando do Exército. Também o Ministério Público Federal narra que a aquisio da carabina ocorreu na data de 4/07/2022, na ocasião em que o Sr. já se encontrava preso em prisão domiciliar, em razão



do PET 9844. E por fim, o quarto fato tambem tratado como o crime previsto no Estatuto do Desarmamento, diz respeito a suposta posse de 3 artefatos explosivos, as granadas, ne? Sem autorizaao e, segundo o Ministrio P blico Federal, e adulterada. Ao final, o Ministrio P blico Federal pede na ocasio da Denncia, o recebimento da Denncia, a Audiencia de Instruao e, futuramente, Deciso de Pronncia, condenaao pelo Tribunal do Juri e tambem a reparaao minima de danos, em razao dos danos causados a viatura. Antes de prosseguir, Sr. Roberto, minha ultima advertencia ao Sr. e estar ciente, mas tambem e uma obrigao minha legal de reforçar que o Sr. tem o direito de permanecer em silencio, caso queira. O onus de comprovar todos esses fatos e da acusaao e caso o Sr. opte por permanecer em silencio, esse silencio nao podera ser [...]”.

VÍDEO 13 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 02:23)

“**Juíza:** [...] usado contra o Sr. de nenhuma forma nesse Processo, diante disso, desses esclarecimentos, eu pergunto se o Sr. deseja falar sobre os fatos?”

Roberto Jefferson: Claro, posso falar.

Juíza: Entao, Sr. Roberto, nos estamos aqui na primeira fase do rito do Procedimento do Tribunal do Juri, a principio. Entao, essa e uma fase em que se busca saber se existem elementos minimos para levar esse caso ou nao, para apreciaao dos jurados. Entao, eu nao serei exaustiva nas minhas perguntas, mas o Sr. tera direito de acrescentar o que o Sr. desejar e as partes tambem terao oportunidade de fazer perguntas, depois da minha inquiriao. Eu vou comecar pelo primeiro fato, ne? Sao supostamente as 4 tentativas de homicidio. Eu vou comecar um pouquinho antes. O Sr. se lembra da data dos fatos?”

Roberto Jefferson: 23 de novembro, ano passado.



Juíza: O Sr. se lembra como que se deu essa chegada dos Policiais? Como foi essa abordagem na casa do Sr.? Pode relatar?

Roberto Jefferson: Lembro, estava sentado no meu quarto falando ao celular e orando muito, porque é em frente a cadeira onde eu fico, eu vi quando eles chegaram.

Juíza: Viu pelo monitoramento eletrônico da casa e tudo mais?

Roberto Jefferson: Isso!

Juíza: Se lembra quantos eram os Policiais? Já conseguia visualizar todos eles no vídeo?

Roberto Jefferson: Quatro.

Juíza: E eles chegaram a tocar interfone? Campainha? como é que foi o primeiro contato ou diálogo que o Sr. teve com eles?

Roberto Jefferson: Verbal.

Juíza: O Sr. se lembra se eles chegaram a explicar qual que era a diligência que eles foram cumprir?

Roberto Jefferson: Me prender e fazer busca e fazer busca e apreensão lá em casa.

Juíza: E diante dessa explicação, de qual era a ordem, naquele momento se iriam ali cumprir? qual foi a resposta do Sr. ou a sua reação?

Roberto Jefferson: Eu não vou.

Juíza: Somente disse isso “não tem como”?

Roberto Jefferson: Não vou, chega” (grifos).



(02:23 – 05:13)

Juíza: A Denúncia narra o lançamento de granada, troca de tiros, o Sr. confirma? O que que o Sr. pode dizer sobre isso?

Roberto Jefferson: Estão falando em granada, é bomba de luz, não é granada. Quando eu saí, Dra., posso ficar de pé?

Juíza: Sim!

Roberto Jefferson: Meu quarto, a janela do leste ao sol nascente.

Juíza: Deixa-me só ver se consigo ajustar a câmera, consegue João? O Senhor pode se levantar, a gente só vai ajustar a câmera.

Roberto Jefferson: É o sol nascente a leste, eu saí e vim para o muro aqui, eu peguei a carabina do lado da cama e a bolsa, os 3 artefatos, chegou isso aqui. Pendurei e disse: **‘O que que vocês querem? Não vou’. ‘Então, é uma ordem do Ministro Alexandre de Moraes’. ‘Eu falei, o Alexandre de Moraes tem me perseguido constantemente, eu não vou, eu não vou com vocês. Saiam, porque, eu não irei com vocês’. O Delegado Marcelo disse ‘não, você tem que vir, nós vamos entrar’.** Um Policial pulou o portão, que já estava lá há algum tempo, há 2 anos. Pulou o portão, eu olhei para ele, vi que ele sumiu. Eu achei que ele tinha saído por trás. E eu peguei a mão esquerda na bolsa, a bomba de luz, tirei o pino e, disse: ‘Vocês vão ficar aí na frente do carro os três? Vou jogar em cima de vocês’.

Juíza: O senhor exibiu para eles?

Roberto Jefferson: **Mostrei, claro, mostrei e eles correram. Correu primeiro o Dr. Marcelo, depois correu um segundo Policial, que eu não lembro o nome e a mocinha foi a última a correr. Eles ficaram assim na esquina do carro. Na ponta da lanterna traseira direita e a moça foi para a ladeira em frente à casa da Paula, na ladeira. Em frente à casa da Paula**” (grifos).



(05:14 – 8:20)

“**Juíza:** Entre isso, o Sr. avisar que iria jogar – o Sr. disse que foi avisado – o Sr. lançar a granada, foi quanto tempo? Deu tempo de eles correrem?”

Roberto Jefferson: Deu tempo deles se abrigarem. Eles se abrigaram e eu só lancei depois.

Juíza: Depois, em relação ao que a Denúncia descreve em sequência, há uma série de tiros, a granada não foi suficiente? O que que aconteceu?

Roberto Jefferson: Joguei primeiro a granada, depois eu disparei em cima do carro, no para-brisa, na capota do carro, no giro flex. Eu dei uns 50 tiros, mais ou menos.

Dr. João Pedro: Excelência, será que seria possível mostrar a foto da viatura para ele, para mostrar a Vossa Excelência?

Juíza: O Sr. consegue indicar o Evento?

Dr. João Pedro: É da perícia de local, aquela primeira que a gente tem mostrado.

Roberto Jefferson: Não precisa, estava o carro aqui, eu atirei de cima, quando eu cheguei, eles estavam à distância, eu acima deles, uns 3 m e meio e eles ali, onde está aquela Sra. na esquina.

Juíza: Ele vai exibir a imagem.

Roberto Jefferson: Ah, sim, quando eu cheguei, eles estavam na frente do carro aqui. É, essa distância, o carro estava assim, isso ali ó, eles estavam os 3 na frente do carro.

Juíza: Senhor Roberto na ocasião dos fatos, enfim, o Sr. sabia se esse veículo, se essa viatura era blindada antes de atirar?

Roberto Jefferson: Eu tinha certeza.



Juíza: O Sr. chegou a visualizar se os Policiais estavam de colete, algum tipo de proteção?

Roberto Jefferson: Inclusive, por isso eu tive cuidado. Eles não tinham o colete, estavam só de manga de camisa.

Juíza: Pelo que o Sr. visualizou um Policial desapareceu no seu campo de visão...

Roberto Jefferson: Para a esquerda, ele saltou o portão. Saiu, eu não vi mais.

Juíza: E 3 se abrigaram ali, próximo a viatura?

Roberto Jefferson: 2 ficaram, assim, agachados atrás do pneu traseiro direito e a mocinha desceu a ladeira, de onde mora a Paula.

Juíza: O Sr. disse que os tiros [...]” (grifos).

“VÍDEO 14 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 02:48)

Juíza: [...] mirou todos os tiros na viatura, na parte de cima?

Roberto Jefferson: Todos os tiros na viatura.

Juíza: O senhor ficou sabendo que 2 Policiais chegaram a ser feridos, o que que houve com esses disparos?

Roberto Jefferson: Infelizmente, fragmentos de armas machucam, ali é tudo concreto, alguma munição fragmentou e machucou.

Juíza: Em relação à carabina, né? Ela é uma 556, da distância do Sr., é bem precisa.



Roberto Jefferson: Muito precisa, ainda tem uma mira, uma red dot ultra regulada.

Juíza: Senhor Roberto, é possível que manter essa precisão, por exemplo, diante de alvos que que não sabem, são pessoas que podem se movimentar ou podem, enfim, estar indo em direção ao abrigo, mas podem fazer algum tipo de movimento. O senhor mantém essa afirmativa, de que tinha essa precisão?

Roberto Jefferson: Ah sim, dá sim, sem erro, eu atiro há 40 anos.

Juíza: Eu vi pelo relato dos Policiais, somente acho que primeiro da Karina e do Marcelo, relatos de tiros passando, assim, a uma distância muito próxima da cabeça. O Sr. confirma isso?

Roberto Jefferson: Eu não confirmo, não. A Sra., olha, no muro atrás da casa, onde eles ficaram. Vamos dizer que eu tenha dado 60 tiros, não dei. Eu cheguei a uns 50, 45, 50 tiros. Tinha aquela parede de muro da casa da Paula, se os Policiais estavam aqui, eu teria atirado neles, em direção a eles, todo aquele muro da casa da Paula teria furo de bala. E não há um fragmento de bala, um buraco de bala na casa da Paula provocado por explosão de tiro, nenhum” (grifos).

(02:49 – 05:25)

“Juíza: Senhor Roberto existe no Processo informação de fragmentos em imóveis vizinhos. O Sr. tomou conhecimento disso?

Roberto Jefferson: Não é tiro. Eu vi a foto. Aquilo não é tiro de 556, se fosse, passava.

Juíza: O que que seria?

Roberto Jefferson: Aquilo pode ser até um problema que já estivesse na casa da Paula. A quem eu via sair todo dia. Eu acho que 6:15 da manhã para levar o filho no Colégio, porque, eu saio de casa, de dentro do meu



quarto l para a varanda, sento ali a leste e eu oro de manhã todo dia, ali a leste, a sol nascente e vejo a Paula sair com o seu filho pra levá-lo pro Colégio, quando é normalmente 6:15 da manhã.

Juíza: A casa dela, o Sr. sabe se no dia ali dos fatos se tinham pessoas l, crianças?

Roberto Jefferson: Não apareceu ninguém, ninguém a vista.

Juíza: Em relação às granadas, que o Sr. corrigiu, n? Disse que não é exatamente uma granada. Você pode me explicar que tipo de adulteração foi feita?

Roberto Jefferson: Nenhuma, apenas uma tinha prego, as outras duas não tinham prego.

Juíza: A que tinha prego, o Sr. sabe qual foi a primeira que o Sr. lançou?

Roberto Jefferson: Foi na frente do carro, entre o carro e o portão, eu joguei a granada, foi a primeira.

Juíza: E o Sr. sabe a que distância que ela caiu em relação aos Polciais?

Roberto Jefferson: Os Polciais já estavam muito mais distantes. E tanto é que não chegou nem a ferir o portão, não chegou nem a ferir o carro. Essa bomba de luz não chegou a ferir o portão e nem chegou a ferir o carro” (grifos).

(05:26 – 08:40)

“**Juíza:** Senhor Roberto, um dos pontos aqui destacados pela Denúncia, que segundo o Ministério Pública, caracteriza recurso que dificulta ou impossibilita a defesa das vítimas, seria tanto a surpresa no ataque, quanto no fato de que o Sr. se encontrava num pavimento superior, com uma posição de superioridade, o Sr. confirma?”



Roberto Jefferson: Claro, confirmo, estava na minha casa. S3 que eu n3o estava atr3s do muro, eu estava atr3s da cerca.

Ju3za: Voc3 sabe dizer que vis3o que os Policiais tinham do Sr.?

Roberto Jefferson: Total, total, vis3o total, vis3o.

Ju3za: Que o muro n3o bloqueava...

Roberto Jefferson: S3 lateralmente, a Sra. s3 n3o me v3 lateralmente.

Procuradora: O laudo mostra essa posi3o dele. 3 o laudo do local, n3? Onde est3 a posi3o dele para ele...

Dr. Jo3o Pedro: Evento 31 da A3o Penal, 10 e 11.

Procuradora: Mas, enfim, o Sr. estava onde a3?

Roberto Jefferson: Eu estava ali na frente, nessa grade. E eles estavam aqui, aqui. Todos os 3 embolados, quando um Policial furou por aqui e correu l3 pra dentro. Os 3 policiais estavam aqui, Dra. Eu estava aqui 3, tanto lateralmente, como dianteiramente. Quando ele realmente veio para c3, realmente, a3 ele j3 n3o me via mais, ali ele estava num 3ngulo de muro, mas eu j3 tinha efetuado os disparos” (grifos).

(08:41 – 09:46)

“**Ju3za:** Senhor Roberto, eu vou prosseguir com as perguntas, ainda no primeiro fato, o Sr. mencionou que atira h3 mais de 40 anos, o Sr. quer falar sobre isso, falar sobre sua experi3ncia?”

Roberto Jefferson: Uma grande experi3ncia, uma grande experi3ncia como atirador de carabina, de rev3lver. Eu era um homem que dava 500 tiros por semana.

Ju3za: E onde que o Sr. praticava?



Roberto Jefferson: Clube de tiro, em Brasília, no clube de tiro, em Petrópolis.

Juíza: Mais próximo da data dos fatos, Sr. Roberto, o Sr. estava cumprindo prisão domiciliar. O Sr. continuou tendo algum tipo de treinamento nesse período?

Roberto Jefferson: Sim.

Juíza: Na sua prpria residência?

Roberto Jefferson: L no fundo eu botei uma parede, enchi de saco de amianto [...]”.

VÍDEO 15 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 03:34)

“Roberto Jefferson: Cheio de areia, eu atirava todo dia.

Juíza: Geralmente quais armas? Quais tipos de munio?

Roberto Jefferson: Normalmente, eu atirava com pistola 9 mm, 45 e desse próprio fuzil, quando ele chegou.

Juíza: Senhor Roberto, eu vou passar para o segundo crime que é descrito na Denúncia, que é a suposta resistência: a execuo da ordem de prisão e busca e apreensão. Para entender um pouquinho esse contexto, o Sr. já disse que essa ordem veio do Ministro Alexandre de Moraes e que o Sr., no seu entender, tinha motivos para entender que não deveria ser cumprido. O Sr. pode relatar um pouco sobre isso?

Roberto Jefferson: O Ministro acabou com meu Partido, destruiu toda obra que eu fiz, ele suspendeu todos os recursos do Partido, interveio no Partido duas vezes, me tirou da Presidência, tirou o Marcos Vinícius da Presidência



e passou a negar todas as ordens que o Partido pedia, isso anos, isso foi assim trs anos seguidos. A minha casa foi invadida pela Polcia Federal para cumprir ordens quatro vezes, com essa era a quarta vez. Era uma humilhao, sabe Dra.? Entraram, invadiram meu quarto, as roupas ntimas da minha esposa ao ponto dela chorar de cabeça baixa. E eu prometi a mim mesmo a não permitir mais que aquilo ocorresse daquela maneira.

Juza: Pelo que o Sr. narrou, a princpio, os Policiais tentaram cumprir a diligncia, a princpio, eles estavam no dever da funo deles, o Sr. tem essa cincia?

Roberto Jefferson: E eu no meu dever de defender meu domiclio, o direito sagrado de defender meu domiclio.

Juza: E não teria outra forma de primeiramente conversar com os Policiais no seu entender?

Roberto Jefferson: Doutora, se a Sra. me perguntar hoje se eu repetiria isso, em hip3tese alguma, porque afastou da minha casa, do meu lar, da mulher que amo, das coisas que amo. Foi aquele momento de explosão, hoje eu não faria” (grifos).

(03:35 – 05:49)

Juza: Senhor Roberto, o Sr. se lembra qual o horrio que os Policiais chegaram, inicialmente?

Roberto Jefferson: Na hora do almoço, meio-dia.

Juza: E quanto tempo para o Sr. sair preso dali?

Roberto Jefferson: Acho que sai 6 horas da noite, Dra.

Juza: Nesse tempo, ap3s ser cessado a questão dos disparos, pode me retratar o que aconteceu nesse tempo de negociao?



Roberto Jefferson: A menina foi ferida no final! Quando eu parei de atirar e que começaram os gritos de ‘policial ferido’, porque, o Delegado eu vi na minha frente, atirando em mim, tanto que eu estava em pé e bateu um tiro, um pouco abaixo, o Delegado, Dr. Marcelo. Aí, de repente, começou aquela gritaria ‘policial ferido’, eles cessaram de atirar, eu cessei de atirar, parei. Entrei, sentei dentro de casa e aí começamos as negociações.

Juíza: Os últimos fatos que são narrados pelo Ministério Público Federal, todos eles são crimes do Estatuto do Desarmamento. Além da carabina, que estava na sua posse nessa data dos fatos, o Sr. tinha outras armas?

Roberto Jefferson: No dia só mais uma pistola 9 mm.

Juíza: O Sr. diz com o Sr. ou na residência?

Roberto Jefferson: Na residência”.

(05:50 – 07:48)

“**Juíza:** É, e o que foi apreendido no dia...

Roberto Jefferson: A munição trouxe de Brasília, estava trazendo para transferir o endereço do registro do Ducati.

Juíza: O Sr. Tinha essas autorizações de posse e porte?

Roberto Jefferson: Todas as minhas armas são legais, Dra.

Juíza: Eram registradas no seu próprio nome, Sr. Roberto?

Roberto Jefferson: Ducati!

Juíza: O Sr. adquiriu alguma dessas armas no período em que o Sr. estava em prisão domiciliar?

Roberto Jefferson: Eu tinha adquirido antes. Era o tempo de chegar, era o tempo de legalizar.

Juíza: Regularizar a documentação somente?

Roberto Jefferson: E porque eu fui preso em 23 e a arma estava vindo, estava sendo importada e foi registrada e veio para o Rio de Janeiro.

Juíza: Senhor Roberto, por fim, encaminhando para o final, o último delito do Estatuto do Desarmamento diz respeito às granadas de luz e som. A princípio, de uso restrito das Forças de Segurança e não letais. Mas, segundo a Denúncia e também laudo pericial, teriam sido modificadas para aumentar o seu poder lesivo. O Sr. disse que uma só dessas granadas foi modificada. O Sr. sabe explicar qual é o alcance de uma granada?

Roberto Jefferson: Pequena, essa bomba de efeito e luz é de pequeno alcance, é mais efeito moral” (grifos).

VÍDEO 16 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 02:02)

“**Juíza:** E aqui diz que o Sr. não tem a autorização. De onde foi que o Sr. comprou? como o Sr. adquiriu?”

Roberto Jefferson: Quando eu fui cassado, na época do Mensalão, em 2003, quando eu viajava havia uma hostilidade pessoal ali no Brasil todo, aonde eu iria, no Paraná, Rio Grande do Sul, o próprio Rio de Janeiro, no aeroporto. E aí eu usava essas bombas de luz como defesa. Se eu precisasse usar em uma situação mais crítica, que me pusesse em risco, a minha esposa, eu poderia usar.

Juíza: E no caso dessa adulteração com prego, o Sr. tem ideia de que alcance que elas têm?



Roberto Jefferson: Pequena,  mais para pegar na perna, machucar a perna. Ontem, eu estava assistindo o depoimento da Paula, ela disse que carros da PM iriam comumente na minha casa, ao nosso condomínio.  porque havia uma ameaça grave. Havia carros que subiam filmando a nossa rua. Havia pessoas na cidade, perguntando hábitos meus e da minha esposa. E eu coloquei uma granada de luz preparada para jogar, se houvesse necessidade de defesa da minha casa.

Juíza: , Sr. Roberto, como adiantei, minhas perguntas não seriam exaustivas, eu vou passar a palavra ao Ministério Público Federal” (grifos).

(02:02 – 05:58)

“Procuradora: Boa tarde, Sr. Roberto Jefferson.

Roberto Jefferson: Boa tarde, Dra.

Procuradora: Em relação às granadas, onde foi que o Sr. jogou as três, então?

Roberto Jefferson: Estou aqui, aqui  o carro. A primeira na frente do carro e as outras 2 aqui, os Policiais, l.

Procuradora: Só que um dos laudos, Sr. Roberto, menciona...

Roberto Jefferson: Então, t aqui o muro, está ali o carro. Uma foi na frente, entre o portão e essa mais lesiva, essa bomba de luz aqui entre o portão e o carro. E as outras 2 aqui na lateral esquerda do carro, eu aqui na lateral esquerda do carro.

Procuradora: Então, , digamos, o carro aqui na frente do Sr., o Sr. jogou a primeira...

Roberto Jefferson: Em baixo.

Procuradora: O Sr. jogou a primeira granada  esquerda do carro?

Roberto Jefferson: Na frente é...

Procurador Fernando: E as outras 2, à direita?

Roberto Jefferson: Não, Dr., aqui do lado” (grifos).

COLOCARAM A IMAGEM PARA O RECORRENTE EXPLICAR MELHOR SUA VERSÃO

Procuradora: Imagem 3 do Evento do laudo de local de crime, né?

Roberto Jefferson: Está aqui, ó, a primeira aqui. E aqui estão os 2 m.

Procurador: Senhor Roberto, o Sr. pode ficar de lado assim como se estivesse dando uma aula no quadro, porque se não fica na frente.

Roberto Jefferson: Aqui tem uns 2 m. Aí, o primeiro aí.

Procuradora: Certo e as outras duas?

Roberto Jefferson: Aqui.

Procuradora: O Sr. disse que das 3, só uma foi adulterada para colocar prego. Agora, o laudo seu Roberto menciona pedaços de prego na frente da casa da Ana Paula. E uma das Policiais, a Karina, disse que o Sr. jogou uma das granadas ali também.

Roberto Jefferson: Não joguei!

Procuradora: E o que seriam esses pedaços de prego?

Roberto Jefferson: A Sra. vai ver, tinha obras, eu não posso dizer. A Sra. vai ver que as bombas quando elas explodem, elas se esparram aqui ó. Tem nos autos uma foto das três bombas esparramadas aqui. Não tem bomba aqui, eu não joguei bomba.



Procuradora: Agora, Sr. Roberto, o Sr. mencionou que jogou uma granada no Policial Eron tambem. Eu vou buscar aqui o termo do seu depoimento aqui, que jogou 3 granadas, uma na frente da viatura da Policia Federal, uma atras da viatura. Quando os Policiais sairam e uma dentro da casa para expulsar, para assustar o Policial, que estava dentro da residencia. Ou seja, o Sr. jogou uma ali depois do muro, do portao?” (grifos).

(05:59 – 07:58)

“Roberto Jefferson: Quando ele pula de volta aqui, eu joguei a segunda, ele sai, eu vi ele vindo por aqui, tem ate filmado, ele pula, quando ele corre aqui, eu joga mais uma aqui, que e a ultima, a terceira.

Procuradora: E ela nao poderia ter atingido o Policial Eron, entao?

Roberto Jefferson: Nao atingiria [porque nao] foi jogado no meio do povo. A Sra. ve nesses provimentos de rua, a Policia joga no meio do povo.

Procuradora: Quem atirou primeiro?

Roberto Jefferson: Eu.

Procuradora: Entao, nao foram os Policiais, ne?

Roberto Jefferson: Nao!

Procuradora: Os Policiais, nos depoimentos deles mencionaram que eles foram surpreendidos pelos tiros. Minha pergunta e: o Sr. jogou primeiro uma granada e depois o Sr. atirou?

Roberto Jefferson: Atirei!

Procuradora: Quantos tiros o Sr. deu nesse primeiro momento?

Roberto Jefferson: Uns 50.



Procuradora: Entao, o Sr. deu os 50 um atras do outro?

Roberto Jefferson: Direto.

Procuradora: Depois jogou as granadas, foi essa ordem?

Roberto Jefferson: .

Procurador: O carregador comporta 50? Qual a quantidade?

Roberto Jefferson: 30!

Procurador: 30, parou e mais 20, ne?

Roberto Jefferson: .

Procuradora: Teve que fazer a troca, ne?

Roberto Jefferson: , acabou o primeiro, eu tirei, depois botei o segundo, nao dei todos os tiros, porque, eles nao ofereceram mais o perigo de querer entrar la em casa, de pular o portao que arrombar o portao, nao abrir o portao” (grifos).

(07:59-11:04)

“Procuradora: Agora, qual foi o tempo entre a primeira granada e os tiros? Do Sr. ai para eles? Ou eles foram surpreendidos com esses tiros?

Roberto Jefferson: Eu joguei a granada e eles devem ter visto o fuzil.

Procuradora: Eles falam que nao viram, que o fuzil nao estava visto.

Roberto Jefferson: Eles estao no direito deles de falar. Porque, eles me viam. A Sra. ve a foto, onde eu estava, eles me viam. **Eles correram, quando eles se abrigaram, eu levantei a arma e atirei no carro.**



Procuradora: Deu tempo dos 3 se abrigarem?

Roberto Jefferson: Os trs se abrigaram, a ltima a correr foi a menina, e eu at ri, ela igual a minha neta, cabelinho preso.

Procuradora: A Karina menciona que não conseguiu se abrigar, Sr. Roberto Jefferson.

Roberto Jefferson: Ela se abrigou.

Procuradora: Ela se abrigou onde então?

Roberto Jefferson: Na ladeira, no muro, ao lado da casa da Paula, na esquina.

Procuradora: Mas ela foi atingida na cintura.

Roberto Jefferson: Como? Eu não sei...

Procuradora: Então, não estava abrigada? O que o Sr. fala sobre isso?

Roberto Jefferson: Doutora, repare uma coisa, o Policial em põe, a trs metros abaixo de mim, como eu atirando de cima posso acertar a boca do cano da arma dele que esta para baixo? Esta ali o Policial, estou a 3 m acima dele, aponto. Como eu de cima, 3 m, posso acertar a ponta do cono da arma dele? São se a bala fez isso [demonstração com a mao]. Não tem cabimento!

Procuradora: O que aconteceu, então?

Procurador: Mas, essa e uma trajetoria possivel ne, a bala bater no chao e subir, a velocidade de um projetil de fuzil e tao grande que ela e capaz de ricochetear no asfalto e subir, isso ai não tem a menor duvida. Pode ser uma das hipoteses.



Roberto Jefferson: O Sr. usa como hip3tese, porque, eu n3o atirei nela, na cintura dela, na arma dela, em hip3tese alguma. Penso, inclusive, que essa arma que t3 com esse defeito, com essa moça, n3o 3 dela, 3 do Daniel, porque o Daniel [...]” (grifos).

V3DEO 17 (ROBERTO JEFFERSON)

(00:00 – 02:42)

“Roberto Jefferson: [...] cai tamb3m, na hora que ele corre, ele cai.

Procuradora: Ele cai por qu3?

Roberto Jefferson: Cai! Perde o equil3brio e cai, e a arma dele detona.

Procurador: Detona o que? Dispara ou fica lesionado?

Procuradora: Mas, quanto a isso, Sr. Roberto, o seu Assistente T3cnico, que confirmou que a Karina foi atingida por um proj3til do fuzil 5,56, isso a3 j3 n3o tem nem questionamento, n3? Ent3o, isso a3 de teoria a gente n3o precisa nem questionar aqui.

Roberto Jefferson: Eu n3o conversei com ele sobre isso.

Procuradora: Mas, a minha pergunta 3 o seguinte, pode colocar o laudo do local do crime a3 aquele mesmo, folhas 54. Mas, 3 a folha do pr3prio laudo, entendeu?

Procuradora: Essa aqui 3, imagem 10. Ent3o, o posicionamento do Sr., segundo a per3cia, foi a3 atr3s desse muro, o Sr. confirma isso?

Roberto Jefferson: Aqui 3, meu corpo totalmente vis3vel.

Procuradora: Mas, eles n3o estavam do lado esquerdo, n3, Sr. Roberto?

Roberto Jefferson: Estavam na frente, Dra.

Procuradora: Tinha um muro a3 na sua frente, Sr. Roberto.



Roberto Jefferson: Doutora, olha aqui! Eles aqui, este carro não está encostado no muro, eles estão os 3 aqui. Eu estou aqui.

Procuradora: Eles mencionaram que estavam perto do portão eletrônico, que fica a embaixo desse muro, a grande 3 m e 50.

Roberto Jefferson: Sim, portão eletrônico.

Procuradora: Não. A portaria, a portaria eletrnica.

Procurador: Ele está aparecendo na Câmera do interfone, que fica no portão.

Procuradora: Exatamente, eles estavam ali, posicionados embaixo do muro.

Roberto Jefferson: Eles estavam aqui, Dra.

Procuradora: , não  isso que eles mencionam. Mas, se o Sr. afirma isso, tudo bem.

Roberto Jefferson: Tinha fotos deles aqui, está filmado. Aqui , olha onde eu estou, olha a perícia, eles me veem. E eu vi que eles não estavam assim. Preparados, o colete, o armamento para tiro longo, estava assim. Eles estavam aqui” (grifos).

(02:42 – 04:40)

“**Procurador:** Senhor Roberto, o Sr. percebe,  óbvio que o Sr. conhece muito bem a sua casa, mas aqui o muro faz uma ... não  o muro, se o Sr. tivesse mais com essa parte ao lado,  esquerda de quem atira, n? Mais para fora ali da grade...

Roberto Jefferson: Eu se atirasse aqui, não conseguiria atirar.



Procurador: Mas se o senhor estivesse mais para essa parte de c, não haveria dvidas que o corpo do Sr. estaria totalmente visível, mas o Sr. estando a, quanto mais próximo do muro, menor a visão de quem está em baixo para quem está em cima, então, é por isso que os Polciais alegam que viram o senhor do abdmen para cima.

Roberto Jefferson: Isso não é verdade.

Procurador: Então, tudo bem.

Roberto Jefferson: Eu via, eles têm o direito de falar o que querem, eles estão me acusando. Mas o senhor repare, eles estão aqui. Aqui, aqui, aqui, aqui.

Procurador: Pois é, quem t aí onde o Sr. botou o dedo, agora já não consegue ver direito, entendeu?

Roberto Jefferson: Mas não era mais aqui, o interfone  aqui. Está me vendo. Está me vendo. É que eles quiseram forçar a barra.

Procurador: Senhor Roberto, deixa eu só voltar um pouquinho nessa história para esclarecer um ponto,  o seguinte: o Sr. deve ter ouvido a nos depoimentos dos Polciais, eles dizem o seguinte, que primeiro tocaram a campainha e ninguém respondeu, isso, não é verdade? O Sr. disse que os viu primeiro.

Roberto Jefferson: Vi primeiro.

Procurador: Então, o Polcial está mentindo? Porque, ele diz aqui que tocou a campainha, ninguém respondia e da o motivo...

Roberto Jefferson: Não tocaram, Dr.

Procurador: E da seria o motivo do Polcial ter pulado.

Roberto Jefferson: Não, ele parou e já foi pulando o portão.



Procurador: Sem tocar a campainha?

Roberto Jefferson: Sem tocar a campainha”.

(04:41 – 06:59)

“Procurador: E o Sr. já estava a mostra ali? Já estava presente?

Roberto Jefferson: Não, aí eu saí.

Doutor João Pedro: Doutor, são um esclarecimento que às vezes pode auxiliar, o Policial Eron esclareceu aqui e também em sede policial que ele pulou o muro, que ele sabia que a casa era monitorada. Se o Sr for ver isso nos autos, o Sr. vai constatar.

Procurador: Ele falou que era para destravar o portão para a viatura ingressar.

Doutor João Pedro: Ele não falou isso.

Procurador: O Sr. tem todo direito de contar sua versão, são estou tentando dar a versão do policial. Ele diz que são pulou porque o Sr. não respondia, o Sr. ou ninguém na casa respondia a campainha. O Sr. está dizendo o contrário, já chegou pulando, é isso?

Roberto Jefferson: Já.

Procurador: E o Sr. viu isso evidentemente, o Sr. t dizendo e porque o senhor viu?

Roberto Jefferson: Vi na câmera.

Procurador: O Sr. o viu pulando pela Câmera?

Roberto Jefferson: .



Procurador: Mas, a câmera pega a rua do Sr. também ou só pega do interfone para fora?

Roberto Jefferson: Pega o interfone e ele pulando. Apareceu nitidamente ali.

Procurador: Mas, tem mais de uma câmera lá?

Roberto Jefferson: Não.

Procurador: É só do interfone?

Roberto Jefferson: [assentiu com a cabeça].

Procuradora: O Sr. falou em seu depoimento que recebeu um tiro do policial mais velho e magro, que pulou o portão da sua casa...

Roberto Jefferson: Pois é, ele está errado!

Procuradora: Que recebeu tiros dele e que mirou nele com o *red dot* do seu fuzil. Isso aconteceu? O senhor recebeu algum tiro desse policial?

Roberto Jefferson: Não, não.

Procuradora: Que Policial era esse?

Roberto Jefferson: Quem me atirou foi o Daniel.

Procuradora: O Daniel pulou o portão da sua casa?

Roberto Jefferson: Não!

Procuradora: Então, o Sr. aqui retifica o seu depoimento?

Roberto Jefferson: Aí não, eu não digo que ele atirou em mim, o Eron.



Procuradora: O Sr. falou o seguinte ‘que recebeu o tiro do Policial mais velho e magro, que pulou o portão da sua casa, que recebeu tiros dele’.

Doutor João Pedro: Isso é só um depoimento prestado em sede policial.

Roberto Jefferson: Em sede policial, eu já falei, eu não confirmo. O Dr. Bernardo várias vezes mudou frases minhas.

Procuradora: Então, o Sr. retifica essa parte, ne?

Roberto Jefferson: Retifico! E eu inclusive parei para dizer que não está claro. Ele queria trocar, estava com muita raiva de mim. Diferente do que está havendo aqui agora em cima do fato” (grifos).

(07:00-08:38)

Procuradora: Certo? O depoimento fala que o senhor recebeu visita de várias pessoas, ne? O padre Kelmon, um pastor. Eles entraram por onde?

Roberto Jefferson: Pela casa do Cristiano.

Procuradora: Quem   Cristiano? É o vizinho?

Roberto Jefferson:   vizinho, irmão da Paula.

Procuradora: T, a casa dele fica do lado da Ana Paula?

Roberto Jefferson: Do lado da casa da minha sogra.

Procurador: Como que é essa entrada? A casa tem uma entrada de pedestre por uma rua e uma de carro pela outra? É isso?

Roberto Jefferson: É. A casa dele é a que circula.

Procuradora: Por que eles não foram pelo caminho habitual? Existe algum tipo de isolamento ali?



Roberto Jefferson: Eu não sei o porque que eles não foram.

Procuradora: Existe algum tipo de isolamento ali daquela rua principal da sua casa feito pela Policial?

Roberto Jefferson: Não posso dizer.

Procurador: Deixa eu perguntar uma coisa pro Sr., Sr. Roberto, e, o Sr. falou que sabia, tinha certeza que a viatura era blindada. Por que o Sr. sabia disso?

Roberto Jefferson: Toda Polcia tem viatura blindada. Eu também ando num carro blindado.

Procuradora: Seu carro e todo blindado?

Roberto Jefferson: [assentiu com a cabeça]

Procurador: Essas viaturas da Polcia Federal blindadas, elas tinham sido adquiridas em 2021, um fato muito recente junto com as viaturas da Polcia Rodoviária Federal. Uma das reclamações dos policiais era que essa blindagem era parcial, saiu inclusive na imprensa. O Sr. sabia disso?

Roberto Jefferson: Não sabia.

Procuradora: Os Policiais disseram aqui que o Sr. ouviu ne, o Sr. ouviu os Policiais falarem 'Policial ferido'.

Roberto Jefferson: Ouvi!

Procuradora: E mesmo assim o Sr. continuou a atirar ou não?

Roberto Jefferson: Não (grifos).

(08:39-10:12)



“Procuradora: Como é que aconteceu isso da ?

Roberto Jefferson: Foi no final.

Procurador: O Sr. falou da questão da granada de luz e som, que uma delas tinha pregos em volta, quem preparou isso, foi o Sr.?

Roberto Jefferson: Foi.

Procurador: E qual era a intenc o do Sr. em preparar isso?

Roberto Jefferson: Essas ameaças que eu estava tendo.

Procurador: Mas uma granada de luz sem nenhuma adulterao já não seria suficiente para espantar as pessoas, o Sr. tinha que acrescentar? Isso é quase uma tática de guerrilha, acrescentar esse tipo...

Roberto Jefferson: Eu não sei a intenc o, não sei a intenc o.

Procurador: A intenc o do Sr. era se defender, não tinha nada específico?

Roberto Jefferson: É, tanto que a arma que eu coloquei do lado da minha cabeceira não era uma arma comum.

Procurador: E com relao ao portão, Sr. Roberto Jefferson, o Sr. tinha autorizao para colocar o portão?

Roberto Jefferson: Tinha!

Procurador: Aquilo dali   uma via pública.

Roberto Jefferson: Não, ali é um condomínio familiar.

Procurador: Mas um condomínio constituído? Está no RGI, tem tudo certinho?



Roberto Jefferson: . em Levy não o legalizado assim.

Procurador: Tinha que ter convenço, reunião de moradores.

Roberto Jefferson: Mas eu conversei com a Paula, com o Cristiano.

Procuradora: Mas conversar não o reunião, n ?

Roberto Jefferson: Foi reunião, eles assentiram, eles jogam bola, at o filho da Paula joga bola na rua” (grifos).

V DEO 18 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 02:30)

“Procurador: Isso era aprovado pela Prefeitura, tinha toda a documentao direitinho ou foi são um acordo entre os vizinhos?

Roberto Jefferson: Foi acordado entre nos, ali o área rural, não o logradouro público.

Advogado João Pedro: Excel ncia, isso não o objeto de acusao dos autos, n ?

Procurador: O Sr. pode juntar, inclusive, documento público.

Advogado João Pedro: Não, o Sr. está perguntando para ele se tinha legalizao da Prefeitura, ele não está sendo acusado disso. Com devido respeito, Dr., ele está sendo acusado de tentativa de homic dio, isso não tem nada a ver com os autos.

Procuradora: Em relao a sua inteno em relao a esses fatos, sua inteno era matar os Policiais ou resistir a ordem policial?

Roberto Jefferson: Resistir a ordem policial.



Procuradora: Agora, nesse intento de resistir, por que que o Sr. não atirou são nos pneus da viatura?

Roberto Jefferson: Atirei!

Procuradora: Por que o Sr. não te atirou apenas nos pneus da viatura? Ou no chão ou pra cima?

Roberto Jefferson: Eu atirei na viatura, porque eles não estavam, ela foi inviabilizada.

Procuradora: O Sr. não podia inviabilizar a viatura são atirando nos pneus? O Sr. não podia afastar os Policiais de uma forma menos agressiva? Atirando no chão. Esse foi um dos questionamentos aqui de uma das Policiais, da Karina 'por que se a intenção era resistir, porque ele não atirou pra cima? Pro chão? Nos pneus? Por que o Sr. atirou no teto da viatura?'

Roberto Jefferson: Atirei nos pneus, atirei no teto da viatura, nos vidros da viatura, atirei no capão da viatura.

Procuradora: E o Sr. não viu nesses seus tiros, o Sr. não percebeu que esses tiros poderiam fazer a transfixao da viatura e atingir os Policiais que estavam ali, atrás dela?

Roberto Jefferson: Não, tanto não percebi que os tiros não transfixaram para atingi-los.

Procuradora: Mas transfixaram efetivamente, segundo o laudo, Sr. Roberto, transfixaram a viatura, atingiram os bancos, passaram pela porta traseira...

Roberto Jefferson: Mas eles já não estavam mais dentro do carro.

Procuradora: Sim, mas passaram pela porta traseira da direita.



Roberto Jefferson: Eu não sabia que eles não tinham posto blindagem na porta traseira” (grifos).

VÍDEO 19 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(02:05 – 05:27)

Advogado João Pedro: Roberto, boa tarde! Vamos rememorar os fatos. Em relação às decisões judiciais proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos da PET n.º. 9844. Especificamente, eu pergunto se você tinha conhecimento que o Ministro tinha se declarado incompetente para te julgar?

Roberto Jefferson: Claro que sim.

Advogado João Pedro: Sabe esclarecer a quanto tempo ele se declarou incompetente?

Roberto Jefferson: Há muitos dias, não sei.

Advogado João Pedro: Não sabe dizer, mas há muito tempo. Qual foi sua reação ao saber dessa demora, ao seu ver talvez proposital, de baixar o Processo pela incompetência?

Roberto Jefferson: De me silenciar e destruir o PTB, de impedir que seu líder pudesse circular e falar.

Advogado João Pedro: Certo, é agora especificamente sobre a situação das armas, você tinha conhecimento que as armas eram regulares?

Roberto Jefferson: Sim, todas são regulares. Inclusive, eu atirava no CTC de São Paulo, na Companhia de Cartuchos. Companhia no CTT do CCC, no Centro de Treinamento Tático da Companhia de Cartuchos da CBC. Eu treinava em São Paulo, com a carabina 556.



Advogado João Pedro: Tinha, então, no seu sentir algum impedimento para o Sr. adquirir armas de fogo?

Roberto Jefferson: Tem nada escrito para mim, para eu não adquirir arma de fogo.

Advogado João Pedro: Em relao aos fatos propriamente ditos dessa Ao Penal, o Sr. pode esclarecer ao Juízo qual era a força de energia do armamento que o Sr. se encontrava e a capacidade de impacto?

Roberto Jefferson: 1.600 joules.

Advogado João Pedro: Pela distância que o Sr. se encontrava ali dos Policiais Federais, pareceu ser a inteno do Sr. ceifar a vida dos Policiais Federais?

Roberto Jefferson: Claro que não, em momento nenhum.

Advogado João Pedro: O Sr. pode esclarecer para o Juízo também as medidas polıticas que o Sr. desempenhou em prol da Polıcia Federal?

Roberto Jefferson: Sempre, sempre fui um Deputado ligado  Polıcia.

Advogado João Pedro: Isso não parece ser um comportamento, então, de um polıtico que atuava contrário aos Policiais. Certo?

Roberto Jefferson: Sim.

Advogado João Pedro: E o que que o Sr. desempenhou também a nıvel da Polıcia Penal. O Sr. pode esclarecer?

Roberto Jefferson: Polıcia Penal, Polıcia Rodoviária Federal, a prıpria Polıcia Federal, todas sempre contaram com o meu apoio em todas as suas demandas, Excelência.



Advogado João Pedro: Roberto, então, a gente pode concluir que a sua atitude não foi uma atitude vinculada aos Policiais, o Sr. objetivou atacar a viatura policial.  isso?

Roberto Jefferson: Sim, impedir de eles entrar de novo na minha casa, para me humilhar na frente da minha mulher e humilhar a mulher que eu amo de novo na minha frente” (grifos).

(05:28 – 06:42)

Advogado João Pedro: O que que aquela viatura representava para o Sr. naquele momento?

Roberto Jefferson: Uma prepotência, uma arrogância, um agravamento da minha situao moral, política, legal.

Advogado João Pedro: Me esclarece por que isso não ficou claro, essa mira desse armamento a *red dot*, ela ampliava a capacidade de tiro do Sr.?

Roberto Jefferson: *Red dot*  um pontinho vermelho. Você faz assim, o *red dot* d enquadramento e velocidade de onde está a luz vermelha, está a ponta do cano. Eu aponte o *red dot*, na ponta do cano.

Advogado João Pedro: Me esclarece também uma questão que não ficou muito clara no seu Interrogatório, aquele primeiro ato, quando o Sr. avisa, portando um artefato de som e luz que o Sr. falou aqui. O Sr. avisou aos Policiais antes que iria jogar? ou o Sr. já chegou jogando?

Roberto Jefferson: Eu avisei a eles, saiam que vocês vão se machucar. Está todo mundo embolado a, corram. Comecem a correr” (grifos).

(06:42 – 08:24)

Advogado João Pedro: E o Sr. jogou no mesmo sentido dos Policiais? ou no sentido oposto?



Roberto Jefferson: No sentido oposto.

Advogado João Pedro: Entendi. E em relação a arma de fogo, eles já tinham corrido quando o Sr. começou a disparar?

Roberto Jefferson: Sim, já estava todo mundo longe.

Advogado João Pedro: E não tinha nenhum ângulo de visão de nenhum Policial Federal quando o Sr. efetuou os disparos na frente do Sr., estavam todos longe?

Roberto Jefferson: Todos longe, eles me viam também.

Advogado João Pedro: Me esclarece aqui o seguinte, Sr. Roberto. Em relação à capacidade de efetuar disparos de arma de fogo, o Sr. hoje esclareceu que era um exímio atirador, mas esclarece...

Roberto Jefferson: Não sou um exímio, sou um atirador comum.

Advogado João Pedro: Mas tinha um aproveitamento considerado?

Roberto Jefferson: [assentiu com a cabeça]

Advogado João Pedro: O Sr. já foi campeão de tiro?

Roberto Jefferson: Já, em provas de Petrópolis. Já.

Advogado João Pedro: O Sr. já chegou a fazer algum curso com os CIUS [não sei como se escreve]?

Roberto Jefferson: CIUS, SWAT, vários.

Advogado João Pedro: Qual foi o aproveitamento do Sr.?

Roberto Jefferson: Sempre muito bom.



Advogado João Pedro: Alguma coisa que eu não perguntei e o Sr. queira esclarecer ao Juízo?

Roberto Jefferson: São volto a dizer meu profundo arrependimento de ter feito isso, porque eu perdi a cabeça. Foi um gesto impulsivo, não devia ter feito isso, são segundos dos quais a gente se arrepende.

Advogado João Pedro: Eu não tenho mais perguntas, Excelência, minha colega, eu acho que tem algumas.

Advogada Juliana David: Sim, Excelência, todos me ouvem?" (grifos).

VÍDEO 20 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 02:23)

Juiza: Sim, com a palavra, Dra.

Advogada Juliana David: Perfeitamente. Roberto, boa tarde! Eu vou fazer aqui algumas perguntas são para finalizar em relação ao deslinde fático aqui do que está sendo descrito na Denúncia. O Sr. saiu diretamente do quarto já com um fuzil e as granadas? Não granadas, bomba de luz?

Roberto Jefferson: Já.

Advogada Juliana David: Quando o Sr. saiu, viu os 3 Policiais na grade do portão de entrada da rua?

Roberto Jefferson: Já, sa em cima deles. 4 segundos, 2 segundos, 3 segundos. 4 segundos, vamos dizer que eu gastasse.

Advogada Juliana David: A arma que o senhor utilizou era uma *Smith Wesson MP 15*, rifle semiautomático?

Roberto Jefferson: Sim.



Advogada Juliana David:   uma arma 556, assim de um calibre considerável. É uma arma com precisão para atirar, digamos, 100 m de distância com precisão se necessário fosse?

Roberto Jefferson: Com a maior facilidade.

Advogada Juliana David: O Sr. tem décadas de tiro, o Sr. saiu do seu quarto, encontrou os ali da sacada, estava numa posio privilegiada e os viu ali embaixo no portão vazado, conseguiria acert-los dali da sacada com MP 15 se quisesse? Quando eles estavam na frente da viatura?

Roberto Jefferson: Claro que sim.

Advogada Juliana David: A grade ali daquela sacada, até já mostramos algumas imagens aqui, mas só para confirmar, ela era vazada? Era perfeitamente visível que estava do outro lado da grade vazada?

Roberto Jefferson: Sim, visível, passível.

Advogada Juliana David: Dali de cima, então, você já mora alguns anos, seria visível que estava com a carabina ali na bandoleira, que é uma arma mais ou menos grande, vendo dali da rua, dali de baixo?

Roberto Jefferson: Claro que todo mundo viu.

Advogada Juliana David: Perfeitamente. Na sequência, depois de falar que não iria deixar cumprir a ordem de prisão e etc., e tal, avisou que jogaria a bomba de luz?

Roberto Jefferson: Avisei, mostrei a eles" (grifos).

(02:24 – 03:46)

“**Advogada Juliana David:** Mostrou a eles de forma bem evidente. Quantos tiros, Sr. Roberto,  possível dar com uma *MP 15 da Smith Wesson* em sequência? Quantos tiros? Um por segundo? 2 por segundo?



Roberto Jefferson: É em fração de segundos.

Advogada Juliana David: Então, é possível dar vários tiros por segundo?

Roberto Jefferson: É vários tiros por segundo. Um segundo, pelo menos 3 disparos.

Advogada Juliana David: Em um segundo, pelo menos 3 disparos. Como o Sr. conhece a rua, a PF Karina já mencionou aqui, tanto em Juízo quanto em sede policial, já falamos isso longamente, ela teria corrido da posição que ela estava até a esquina, que é lá embaixo, na outra ponta da rua e entrado para a rua que fazia esquina com a da entrada do condomínio. Esse trajeto demoraria quanto tempo?

Roberto Jefferson: 10 Segundos.

Advogada Juliana David: Esse trajeto dela demorou quanto tempo dela correr? Uns 10 segundos?

Roberto Jefferson: Isso. Trinta metros, ela correu...

Juíza: As partes não se manifestem, por gentileza!

Roberto Jefferson: Ela correu vamos dizer 30, 25 segundos” (grifos).

(03:47 – 05:24)

Advogada Juliana David: Perfeitamente. Nesse período que ela correu na posição que ela estava até a esquina da rua, onde ela afirma que obteve abrigo, quantos tiros você estima que conseguiria ter disparado na direção dela se tivesse o intuito de matá-la?

Roberto Jefferson: Ah teria dado vários, Ela foi de costas. Se eu quisesse matar, teria atirado nas costas dela várias vezes.



Advogada Juliana David: Então, até para confirmar aqui como a arma dela estava no coldre, ela estava de costas, desarmada, desabrigada?

Roberto Jefferson: Isso.

Advogada Juliana David: Perfeitamente, E o Sr. não disparou diversos tiros na direção dela mesmo durante esse grande intervalo?

Roberto Jefferson: Não, ela correu com a mão no coldre, ela correu segurando a pistola.

Advogada Juliana David: Ali daquela distância que o Sr. estava em relação à viatura, seria possível, se assim o Sr. quisesse, ter jogado as 2 bombas de luz restantes diretamente do lado em que os Policiais estavam abrigados?

Roberto Jefferson: Não entendi!

Advogada Juliana David: O Sr. estava ali na sacada, a 3 metros de altura. Tínhamos a viatura no chão, de um lado estariam os Policiais abrigados atrás ali, naquela esquina da parte traseira da viatura, do outro lado, é onde o Sr. afirma né que já até ficou [...]” (grifos).

VÍDEO 21 (ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO)

(00:00 – 01:20)

“**Dra. Juliana:** Demonstrado aqui, que teria jogado as bombas de luz. Daquela distância, daquela altura, se o Sr. desejasse, teria conseguido jogar as bombas de luz do lado da viatura em que os Policiais estavam abrigados?

Roberto Jefferson: Se eu quisesse atingi-los, claro que sim.

Dra. Juliana: E por que você lançou as bombas de luz do lado oposto ao que os Policiais estavam abrigados?



Roberto Jefferson: Para não ferir-los, porque mesmo sendo bomba de luz, voce tem a trava, voce tem o pino e aquilo pegando, pode machucar.

Dra. Juliana O Sr. falou aqui, inclusive, aqui em seu Interrogatório que considerava extremamente ilegal a ordem de prisão e que não queria que fosse humilhado novamente com busca e apreensão...

Roberto Jefferson: Eu ja estava preso, estava preso.

Dra. Juliana: Fuzilar a viatura, o Sr. entende que seria um ato simbólico, de resistência a uma decisão que voce considerava ilegal?

Roberto Jefferson: Sim, considerei um ato simbólico” (grifos).

(01:21 – 02:52)

“Dra. Juliana: Enfim, em relao às armas e munioes, só para confirmar, voce teria o intuito de legaliz-las, mas após ter sido preso desde aquele início pela ordem de prisão do Ministro Alexandre de Moraes, isso dificultou o trâmite de legalizao?

Roberto Jefferson: Não entendi, não entendi, Juliana.

Dra. Juliana: Vamos lá, não ouviu? Não deu para ouvir?

Roberto Jefferson: Não entendi.

Dra. Juliana: Voce ouviu o som, consegue perguntar da?

Dr. João Pedro: Repete a pergunta, mas faz de forma mais objetiva para ele.

Dra. Juliana: T, sobre as armas e munioes que a gente está falando aqui. Só para confirmar o que já foi dito, voce teria o intuito de legaliz-los, mas foi preso, então, não teve como, voce confirma isso?



Roberto Jefferson: Claro que sim. Claro que eu confirmo.

Dra. Juliana: Perfeitamente. Tem mais alguma pergunta a ser feita, João?

Dr. João Pedro: Não tenho mais perguntas, não. Da minha parte, não. Satisfeito, Excelência!

Juza: Senhor Roberto, algo mais que o Sr. queira acrescentar para sua Defesa?

Roberto Jefferson: São pedir desculpa aos Policiais” (grifos).

116. A acusao que pesa sobre o ora Recorrente  deveras temerária!

117. Ora,  evidente que tal fato jamais ocorreu como narrado!

118. Não há um fragmento de prova sequer capaz de conduzir o elevado descortino de Vossas Excelências a considerar a existência dos fatos narrados na Denúncia.

119. Portanto, a história, a toda evidência,  mentirosa.

120. Inexiste nos autos originários qualquer elemento de prova, ainda que indiciário, que confirme, ou aponte, a participao dolosa (na modalidade de dolo eventual) do ora Recorrente no crime de tentativa de homicídio na forma qualificada, conforme ventilado no aditamento  Denúncia.

121. Isso porque, a perícia de local atesta nas fotos 7,8 e 9 que a viatura policial foi alvo de disparos de arma de fogo pelo ora Recorrente.



122. Por seu turno, a foto 10 comprova que não houve perfurao de tiros de fuzil e/ou carabina, no local em que os Policiais Federais se encontravam.

123. Já as fotos 11 e 17, por sua vez, comprovam o local privilegiado que se encontrava o ora Recorrente em comparao aos Policiais Federais.

124. A foto 19 indica disparo de arma de fogo efetuado na residência do Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco, ora Recorrente.

125. As fotos 21 e 22 demonstram os tiros efetuados na viatura da Polcia Federal.

126. Conforme análise,  possível constatar que os disparos foram efetuados na extremidade esquerda do quintal da residência do Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco, ora Recorrente.

127. A imagem 10 da simulao computacional demonstra o posicionamento do ora Recorrente.

128. No que tange às supostas lesões corporais sofridas pelo Delegado de Polcia Federal Marcelo e a Policial Federal Karina temos o seguinte quadro:

129. O Laudo de Exame de Corpo Delito de Lesão Corporal realizado na Policial Federal Karina apresentou a seguinte descrio (Cf. Evento 45, INQ1, Página 53-55 dos autos do Inquérito Policial n. 5081864-34.2022.4.02.5101):



Preâmbulo:

Pelo Diretor **LEONARDO DIAS RIBEIRO** - Matrícula **872.287-8** do **IML - Afrânio Peixoto** foi(ram) designado(s) o(s) perito(s) legista(s) abaixo para proceder(em) ao exame de **Lesão Corporal** a fim de ser atendida a requisio supra, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, e que encontrar(em), descobrir(em) e observar(em), e, bem assim, para responder aos seguintes quesitos:

Histórico:

Refere lesão corporal produzida por estilhaços, durante o exercício de suas atividades profissionais pela Polcia Federal, fato ocorrido na tarde de 23/10/2022, com posterior atendimento hospitalar prestado no Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceio.

Descrio:

Ao exame direto em 23/10/2022, às 22 h e 00 min, apura-se: duas feridas de bordas irregulares, aproximadas por pontos de sutura, algo tumefeitas, sobre o supercílio esquerdo, e face anterolateral, tero superior da coxa direita, essa última apresentando orla de equimose violácea, medindo 45 mm de diâmetro; escoriaes irregulares, bordas vermelhas, crostas serosas, sobre o joelho esquerdo, formando placa que mede 70 x 30 mm, outra placa semelhante, sobre o cotovelo direito (35 x 10 mm); das informaes hospitalares: radiografia digital da pelve, evidenciando, em partes moles, na face lateral direita do quadril, artefatos radiopacos, compatíveis com poeira balística e fragmento de metal deformado, não possuindo o perito, meios técnicos para afirmar a origem de tais artefatos.





LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL

Laudo:IML-RJ-CMD-039042/2022 Data da Requisição:23/10/2022 00:00:00
Procedimento:000-00000/2022 Recebimento da Requisição:23/10/2022 21:58:42
Requisição:04017470 Encerramento do Laudo:23/10/2022 22:25:43
Prontuário:540-30181/2022 Processo:
Órgão Requisitante:POLÍCIA FEDERAL

Conclusão:
Exame pericial positivo para lesão corporal.

Das respostas aos quesitos:

- 1) Há vestígio de lesão à integridade corporal ou à saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegados ao perito?
Sim.
- 2) Qual foi o instrumento ou meio que produziu a lesão?
Ação perfurocontundente e ação contundente.
- 3) Foi produzida por emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?
Prejudicado pelo desconhecimento da dinâmica do evento.
- 4) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?
Não.
- 5) Resultou em perigo de vida?
Não.
- 6) Resultou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (resposta especificada)?
Não.
- 7) Resultou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável ou deformidade permanente (resposta especificada)?
Não.
- 8) Resultou de antecipação de parto ou aborto (resposta especificada)?
Não.
- 9) Outras considerações objetivas relacionadas aos vestígios produzidos pela lesão corporal, a critério do Senhor Perito Legista.
Não.

130. O Laudo de Exame de Corpo Delito de Lesão Corporal realizado no Delegado de Polícia Federal Marcelo apresentou a seguinte descrição (Cf. Evento 45, INQ1, Página 56-58 dos autos do Inquérito Policial n.º. 5081864- 34.2022.4.02.5101):



Examinado:

Nome: **MARCELO ANDRE CORTES VILLELA** - Sexo: **Masculino** - Data de

Nascimento:

Documento: - - -

Endereço: - - -

Filiao:

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Preâmbulo:

Pelo Diretor **LEONARDO DIAS RIBEIRO** - Matrícula **872.287-8** do **IML - Afrânio Peixoto** foi(ram) designado(s) o(s) perito(s) legista(s) abaixo para proceder(em) ao exame de **Lesão Corporal** a fim de ser atendida a requiso supra, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, e que encontrar(em), descobrir(em) e observar(em), e, bem assim, para responder aos seguintes quesitos:

Histórico:

Refere lesão corporal produzida por estilhaços, durante o exercício de suas atividades profissionais pela Polcia Federal, fato ocorrido na tarde de 23/10/2022, com posterior atendimento hospitalar prestado no Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceio.

Descrio:

Ao exame direto em 23/10/2022, às 22 h e 00 min, apura-se: duas tumefaoes ovulares, região frontoparietal, medindo média de 10 mm de diâmetro, sobre as mesmas, duas feridas irregulares, crostas hemáticas, medindo média de 02 mm, orla de hiperemia; do atendimento hospitalar, radiografia digital do crânio, evidenciando dois pequenos artefatos radiopacos, de localizao semelhante as feridas descritas, sugestivos de serem estilhaços de metal, não possuindo o perito, meios técnicos para afirmar a origem de tais artefatos.

Conclusão:

Exame pericial positivo para lesão corporal.

Das respostas aos quesitos:





LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL

Laudo:IML-RJ-CMD-039041/2022 Data da Requisição:23/10/2022 00:00:00
Procedimento:000-00000/2022 Recebimento da Requisição:23/10/2022 21:55:42
Requisição:4017470 Encerramento do Laudo:23/10/2022 22:10:23
Prontuário:540-30180/2022 Processo:
Órgão Requisitante:POLÍCIA FEDERAL

- 1) Há vestígio de lesão à integridade corporal ou à saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegados ao perito?
Sim.
- 2) Qual foi o instrumento ou meio que produziu a lesão?
Ação perfurocontundente.
- 3) Foi produzida por emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?
Prejudicado pelo desconhecimento da dinâmica do evento.
- 4) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?
Não.
- 5) Resultou em perigo de vida?
Não.
- 6) Resultou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (resposta especificada)?
Não.
- 7) Resultou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável ou deformidade permanente (resposta especificada)?
Não.
- 8) Resultou de antecipação de parto ou aborto (resposta especificada)?
Não aplicável.
- 9) Outras considerações objetivas relacionadas aos vestígios produzidos pela lesão corporal, a critério do Senhor Perito Legista.
Não.

131. Ora, Excelências, conforme se pode constatar dos anexos Laudos, a conclusão pericial restou positiva para lesão corporal leve, não possuindo o perito meios técnicos para afirmar a origem dos artefatos, que geraram a lesão corporal leve.

132. Do ponto de vista subjetivo, tampouco é explicitado o dolo do ora Recorrente. Senão, vejamos:



133. Em detida análise de todo o arcabouço processual, nota-se que os fatos se deram de maneira diversa do narrado no aditamento da exordial acusatória, não havendo que se falar em tentativa de homicídio (mediante dolo eventual), como quer fazer crer o *Parquet* Federal, e sim, em lesão corporal culposa (leve) em relao ao Delegado de Polcia Federal Marcelo e a Policial Federal Karina, bem como dano ao patrimnio público, no que tange  viatura policial alvejada e, resistência ao cumprimento do Mandado de Prisão Preventiva expedido pelo Ministro Alexandre de Moraes, posto que o ora Recorrente, em momento algum, tentou dolosamente ceifar a vida das vítimas, tampouco assumiu tal risco, muito pelo contrário, o fato aconteceu por acidente.

134. Em igual sentido, caminharam os depoimentos prestados pelo Assistente Técnico e as testemunhas arroladas por esta Defesa Técnica, vejamos:

“Defesa Dr. João Pedro Barreto (04:16): Eu tenho uma dúvida, Dr. Jefferson, eu acho que  bom abrir a perícia de local, se puder compartilhar... Eu acho que  o Evento 31 do Inquerito. Evento 31, Laudo 11. A foto 10, ... t no Laudo 10, no Evento anterior a esse. Pode descer, por favor...Aí, essa! Você consegue aproximar ela pra mim? Aproximar um pouquinho mais. Doutor Jefferson, essa foto 10 o Sr. chegou a examinar essas perfuraes indicadas por aquele círculo vermelho?”

Perito (05:35): Sim.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (05:37): O Sr. sabe dizer quais foram essas perfuraes?

Perito (05:40): As perfuraes da parede ali de alvenaria.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (05:47): E aquilo pode ser causado por qual tipo de armamento na opinião do Sr.?

Perito (05:48): Perfeitamente compatível com disparos de 9 milímetros.



Defesa Dr. João Pedro Barreto (05:55): E ali pelo que parece logo abaixo tem a viatura policial.

Perito (06:04): Sim, sim. O ponto que a perícia registra a posio do veiculo.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (06:04): Naquele muro verde, o Sr. encontrou alguma perfurao condizente com o armamento do acusado?

Perito (06:11): Não. Nenhuma perfurao, nem do acusado e não há nenhum vestigio no laudo de local que caracterize qualquer perfurao no perimetro.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (06:28): E logo abaixo... pode descer por favor. Nessa foto 11, ali indica a localidade que o acusado se encontrava,  isso?

Perito (06:39): Sim, sim, sim. Atrás daquele muro, o acusado se encontrava atrás daquele muro que foi perfurado.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (06:48): A gente pode dizer, então, que ele tinha um local privilegiado em relao aos Policiais Federais?

Perito (06:50): Sim, sim, sim. Ele ali estava totalmente abrigado, n? Tanto que aquele muro recebeu trs impactos naquela posio e um pela posio frontal, n? E nenhum desses impactos conseguiu alvej-lo. E essa posio aqui dessa foto, ela mostra bem a posio que os Policiais estavam abrigados junto a essa parede, e atiraram exatamente nessa posio, n? Mas com certeza o atirador que estava na casa ele tinha total domínio da cena ali e obviamente poderia abordar, alvejar, qualquer um com facilidade. E como eu disse, n há na perícia de local qualquer caracterizao de disparo, de impacto de projétil de arma de fogo 556 que não os decorrentes daqueles que penetraram no teto do veiculo e transfixaram, n, como eu falei que alguns transfixaram.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (07:49): T. , tenho a imagem 3 da perícia de local, que  uma simulao computacional do 3D da trajetória dos



disparos realizados em direao a viatura. O Sr. sabe precisar a distância aproximada que estava o acusado dos Policiais Federais no momento dos disparos?

Perito (08:12): Algo ali perto de de 5, 6 metros, n, Doutor?

Defesa Dr. João Pedro Barreto (08:23): O senhor tem  a imagem 03?

Perito (08:28): Qual a página, Doutor? Porque,  mais fácil eu localizar aqui. Porque, ele fala foto, figura, então, faz muita diferença aqui pra mim.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (08:40):  essa aqui.

Perito (08:44): Sim imagem 03, página 50. Sim, algo como eu disse. Essa distância   algo perto de 5, 6 metros.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (09:01): E com esse armamento que o acusado se encontrava, o senhor...

Juíza (09:04): Vai são compartilhar a imagem.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (09:07): T. Melhor. Página 50, n?

Perito (09:14): Isso página 50 do laudo pericial.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (09:24): Imagem 04. Essa distância, na opinião técnica do Sr., por óbvio, com o armamento que o acusado tinha com a expertise dele, se ele tivesse a intenção de matar os Policiais, ele poderia ter matado com facilidade? O que o Sr. acha?

Perito (09:41): Principalmente, se eles tivessem alinhados ali naquela posição, como eu falei junto ao muro verde, aquele muro da esquerda ali. Porque, aquelas imagens de impacto l no muro, junto ao atirador, l em cima, elas decorreram exatamente daquela solução. Ou seja, de alguma forma se abrigaram ali naquele canto e dali tentaram alvejar o atirador com seus disparos de l. Com certeza, em toda essa área, ali, com o tipo de



armamento e com o tipo de muniao muito provavelmente ele teria sucesso em atingi-los.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (10:14): O senhor narrou aqui no começo do seu depoimento sobre as supostas lesões praticadas em relaao ao Delegado Marcelo e a Policial Federal Karina, o Sr. chegou a analisar o Exame de Corpo Delito dos dois?

Perito (10:28): Sim, sim.

Defesa Dr. João Pedro Barreto (10:38):  o Evento 45 do Inquérito. Se puder compartilhar a tela também. Página 53 a 55.

Perito (10:44): Então, o Laudo de Exame de Corpo Delito  folha 80 da Policial Karina, o histórico n, que ela narra para o examinador,  que ela recebeu lesão corporal, por estilhaços, essa  a narrativa dela. Ela não entendeu o que aconteceu com ela, e ela percebe que ela tinha ferimentos, e ela, no entendimento dela, aquilo foi um estilhaço. Provavelmente não compreendeu, viu sangramento e falou: *‘p, estourou granada, provavelmente, algum fragmento me atingiu’*. Essa  a leitura que se faz do histórico que consta nesse exame. Ok? Ela vai exibir lesões junto ao segmento craniano, provavelmente fragmentos ou de vidro, ou fragmentos de estilhaço de explosão de granada, e vai apresentar a lesão no terço superior da coxa, na região do quadril, aquela lesão produzida pelo impacto da jaqueta do projétil de arma de fogo que impactou o cano da arma. Ok? O cano da arma dela, que não estava empunhado, essa arma estava no coldre, estava na cintura dela. Ou seja, ela estava em algum lugar abrigada e não combatendo, porque se ela estivesse combatendo, ela estaria com a arma na mão. Ela não estava combatendo, estava no coldre. Ou seja, isso demonstra que ela estava abrigada, e exatamente na...” (grifos).

VÍDEO 07 (Perito)

(00:00 – 02:06)

“Perito Jefferson: Muito provavelmente esse projétil que transfixou a porta do veículo a atingiu do lado de lá, na porta traseira direita do veículo.



Dr. João Pedro: O Sr. se recorda se o perito de local ao realizar o exame no IML, ele constatou algum perigo de vida aos dois?

Perito Jefferson: Não, tanto o Policial Marcelo, que teve lesões no couro cabeludo, na região da cabeça, quanto ela, são lesões de natureza leve do ponto de vista médico legal, que  minha especialidade, são duas lesões de natureza leve. Com certeza a lesão dele, sofreu, inclusive, um destacamento ósseo, os vestigios que foram expelidos ali  destacamento ósseo, então, provavelmente alguma coisa de baixo impacto, ou seja, não foi disparo de fuzil que atingiu a cabeça dele de forma alguma. Foi o estilhaço de alguma coisa que atingiu a cabeça dele, ou seja, alguma coisa completamente não direcionada a ele e que provavelmente resvalou e acertou talvez as duas pequenas lesões na cabeça dele. E nela a mesma coisa. A lesão de supercílio dela, em que pese ter levado ponto,  uma lesão de natureza pequena e que não atingiu o osso no caso dela. A lesão da pelve  um pouco mais profunda, porque, depois foi retirada, mas também uma lesão de tecidos moles e não representou qualquer risco ou perigo de vida para ela. A comprovar pelo volume de sangramento na prpria calça que está aí nos autos e no próprio vestígio 46 na rampa, que ali ela parou e ali tem a narrativa que ela ameaçou a desmaiar, esse desmaio dela  completamente de natureza emocional; t ferido, não sabe qual  a gravidade, t vendo sangue na calça, isso acontece com qualquer um n, você está alvejado, vai ter ali um reflexo emocional, mas com certeza o sangramento dela foi pequeno e não houve repercussão para a saúde dela” (grifos).

VÍDEO 11 (Daniel Silveira)

(00:00-02:21)

“**Advogado João Pedro:** [...] e onde a viatura estava. A gente vai mostrar para você Daniel uma imagem da perícia de local. Aí eu vou fazer umas perguntas para você. Você consegue ver essa imagem que tem o número 1,2 e 3?

Daniel da Silveira: Consigo!



Advogado João Pedro: Onde esta o mouse ali, o número 1  onde se encontrava a viatura policial. Ali, um pouquinho mais na frente, você tem um portão branco, n? Que  para a entrada do condomínio ali da residência do Roberto. Ali no ponto 2 na sua tela  onde o Roberto se encontrava. Tenho para mim que você já esteve l alguma vez. A minha pergunta efetivamente, Daniel, você como lógico, não como ex-deputado, mas como também Policial Militar, essa distância ali do número 2 até o número 1, aparenta ser uma distância longa?

Daniel da Silveira: Não, na verdade,  uma distância curta, relativamente.

Advogado João Pedro: T, isso  Ok. Interessante. E a segunda pergunta, Daniel , uma pessoa com essa capacidade de atirador, campeão brasileiro, tem todas essas questões. Ele teria, se quisesse, condies de ceifar a vida dos Policiais Federais?

Daniel da Silveira: Daquela distância ali, dente de pistola na verdade, sim.

Advogado João Pedro: Quem dirá com o armamento que ele se encontrava, n Daniel?

Daniel da Silveira: Eu não sei até o ponto aqui que eu vou colaborar com a minha manifestação, até que ponto que eu posso estender o raciocínio, mas só para elucidar, eu sou Policial Militar cursado pelo Estado do Rio de Janeiro. A posição ali, ela  mais alta, então, ele já tem uma vantagem, ele tem cobertura, ao passo que a que dos Policiais abaixo não tem cobertura. A distância ali, mais ou menos 5 m de pistola  tiro muito preciso, fuzil mais preciso ainda. Qualquer um que tenha adestramento naquele ponto ali, pode matar até 10 pessoas ali antes que eles fujam, muito simples na verdade” (grifos).

(06:41 – 8:30)



“**Advogado João Pedro:** Então, são para finalizar, Daniel, na sua opinião, o Roberto almejou atirar na viatura policial e não causar perigo de vida aos Policiais que ali estavam?

Daniel da Silveira: Não! assim, se fosse aqui para apostar todas as minhas fichas, eu apostaria que não, porque, dali se ele quisesse, ele tem adestramento técnico suficiente para acertar qualquer alvo, mesmo em movimento, Roberto  adestrado. Ele, inclusive, construiu um estande de tiro, claro, legalizado em sua casa, porque, ele tem o tiro como hobby, como um esporte e o tiro ele não  dom, ele  treinamento ttico, quanto mais você treina, mais preciso , então, com certeza ele não tinha dolo nenhum ali” (grifos).

VÍDEO 13 (Franklin)

(02:06 – 05:02)

“**Advogado João Pedro:** Obrigado, Excelência! Boa tarde, Franklin. Tudo bem? Quanto tempo o Sr. conhece o acusado?

Franklin: Há uns 30 anos mais ou menos.

Advogado João Pedro: Entendi. E o Sr. conhece do estande de tiro  isso, de Petrópolis?

Franklin: Não ouvi nada, não escutei nada.

Advogado João Pedro: O senhor está me ouvido?

Franklin: Agora estou.

Advogado João Pedro: T, o senhor disse que conhece o acusado há 30 anos e conhece  ... desse estande de tiro, que fica onde em Petrópolis?

Franklin: Isso, Clube de tiro, antiga caça e pesca de Petrópolis.



Advogado João Pedro: Entendi. E o Roberto frequentou esse estande por quanto tempo, Sr. Franklin?

Franklin: Bom, desde que eu conheço, ele já frequentava l. Quando eu vim do Rio de Janeiro para c, ele já era sócio do Clube e já atirava l.

Advogado João Pedro: Entendi. Senhor Franklin e como que era o Roberto como atirador? Ele era um bom atirador? Ele era um péssimo atirador, tinha uma mira ruim? Como que ele era?

Franklin: Excelente atirador. Já fiz parte de equipe com ele e ele  muito bom, melhor do que eu.

Advogado João Pedro: Sabe dizer se ele já foi campeão de tiro ou campeão estadual? Alguma coisa assim na vida dele?

Franklin: Não estou lembrado disso, mas nas provas internas e talvez estaduais, ele sempre teve um posicionamento de primeiro ou segundo lugar, sempre. Sempre atirou muito bem.

Advogado João Pedro: Nessas aulas aí que vocês tinham nesses eventos, nesses esportes que vocês praticavam, qual o tipo de armamento que vocês atiravam? Qual era arma que vocês usavam?

Franklin: Nós usávamos um revólver ou uma pistola ou rifle, dependia da modalidade de tiro e ele participava de todas as modalidades.

Advogado João Pedro: O Sr. já atirou com carabina na vida?

Franklin: Sempre atirei de carabina.

Advogado João Pedro: Sabe dizer a força de um tiro de carabina?

Franklin: Depende do calibre. Isso depende muito do calibre. Você tem carabinas mais fortes e carabinas mais fracas. Isso depende muito do calibre.



Advogado João Pedro: E um calibre 556?

Franklin:  um calibre forte.

Advogado João Pedro: Senhor Franklin, nesses esportes de vocês, o tiro era de longa, curta ou mdia distância nos alvos?

Franklin: Depende da modalidade. Com a carabina 100 m, uma faixa de 100 m e tinha alvo de 100, 50,75, 25. Isso depende da modalidade.

Advogado João Pedro: Excelência, eu queria mostrar para testemunha, por gentileza, a mesma imagem. Senhor Franklin, o Sr. está vendo essa imagem aí na tela?

Franklin: Positivo, estou!

Advogado João Pedro: O Sr. v esses números 1,2 e 3 na imagem do Sr., consegue ver?

Franklin: Estou vendo.

Advogado João Pedro: Esse número 1 a, Sr. Franklin,  onde a viatura da Polcia Federal foi prender, em outubro, o Sr. Roberto por uma ordem do Supremo, fazendo uma busca e apreensão. O Sr. já foi alguma vez na casa do acusado? O Sr. já esteve l alguma vez?

Franklin: Já fui.

Advogado João Pedro: Ali no número 02, o Sr. reconhece essa parte da casa?

Franklin: Reconheço, a varanda da casa dele.

Advogado João Pedro: Ele estava ali. A minha pergunta  a seguinte: a viatura estava ali no número 1 e o acusado no número 2. Essa  uma



distância que, aparentemente, é uma distância longa pro Sr., uma distância curta? O que o Sr. considera?

Franklin: Curta. Uma distância curta, aí deve ter, acredito eu, uns 25 metros, por aí, não passa disso não.

Advogado João Pedro: E o Sr. sabendo dessa expertise do acusado pelo esporte praticado, o Sr. acha que ali do número 2 até o número 1, com armamento que ele estava de calibre 556, se ele tivesse a intenção de matar algum Policial, ele mataria? Teria dificuldade de matar ou não?

Franklin: Ele mataria antes mesmo que eles tentassem botar a mão da arma. Ele atira muito bem e é rápido. Muito rápido. Isso seria, se ele tivesse a intenção de matar, estariam todos mortos. Isso eu tenho total convicção.

Advogado João Pedro: E o Sr. diz pela capacidade que o acusado tinha de efetuar disparo, né?

Franklin: Exatamente, pelo treino dele e ele ser muito rápido no tiro, era uma das características dele, a rapidez e a precisão” (grifos).

Termo de Depoimento prestado pela Sra. Ana Lúcia Jefferson:

“**Doutor João Pedro:** Senhora Ana, e o que que o Roberto falava pra Sra. ali no momento da abordagem? Ele falava: ‘vou me render’, ‘não vou me render’, ‘vou aceitar’, ‘não vou aceitar’. Ele avisava que iria aceitar ser preso? O que que ele dizia?

Ana: Não.

Doutor João Pedro: Não aceitava, entendi. Em relação aos Policiais em si, ele avisou antes aos Policiais, antes de começar a atirar nessa viatura ou começou a atirar sem mais, sem menos?

Ana: Então, ele avisou sim, ele conversou com os Policiais antes.



Doutor João Pedro: E voce indagou alguma coisa para ele nesse calor do momento? ‘Roberto, não faz isso’, O que que voce falava?

Ana: Eu fiquei nervosa, porque eu vi que os Policiais começaram a atirar e onde o Roberto estava, eles podiam matar o Roberto, muito nervosa.

Doutor João Pedro: A Sra. sabe ali se tinha alguma marca de tiro onde os Policiais estavam? Se voces localizaram alguma coisa?

Ana: No muro.

Doutor João Pedro: Mas onde os Policiais ali estavam, tinha alguma marca de tiro do Roberto em direção aos Policiais, a Sra. viu?

Ana: Não. Procurei, não tinha.

Doutor João Pedro: Consegue botar aquela primeira imagem de novo do portão?

Ana: Jamais o Roberto atiraria em alguém, jamais, eu conheço ele. Assim,, até porque eu sou esposa, pode até achar assim ‘ah, ela  esposa’, mas não, ele não atiraria. Um ser humano maravilhoso” (grifos).

135. **Ademais, percebe-se que os Laudos de Exame de Corpo Delito dos Policiais Federais Marcelo e Karina, estão em total consonância com o Interrogatório Judicial prestado pelo ora Recorrente, que da mesma forma relata que jamais teve a intenção de ferir as vítimas, quanto mais ceifar suas vidas,** conforme exposto anteriormente.

136. **Ressalta-se que as lesões corporais sofridas pelas vítimas foram de natureza leve, não causando perigo de vida, conforme se verifica dos Laudos descritos anteriormente.**



137. Ou seja, ap3s análise dos elementos de prova at3 aqui produzidos, não há qualquer ind3cio de dolo eventual de prática de homic3dio qualificado na sua forma tentada.

138. Não havendo d3vidas de que o ora Recorrente não tinha intenção de causar qualquer mal às v3timas.

139. Nesse sentido, mister trazer ao conhecimento de Vossas Excel3ncias que o dolo 3 definido como sendo a vontade de concretizar as caracter3sticas objetivas do tipo. Constitui elemento subjetivo impl3cito do tipo (ver por todos: STF, Inq. n3. 380, rel. Ministro Marco Aur3lio, DJe 18.12.1992, p. 24.373; STJ, RHC n3. 1.914, DJe 26.04.1993, p. 7222; STJ, Recurso Ordinário de *Habeas Corpus* n3. 1.248, 6^a Turma do Superior Tribunal de Justiça, j. 28.09.1992, DJe 26.04.1993, p. 7.222). Não 3 a simples representação do resultado, o que constitui um acontecimento psicol3gico. Exige representação e vontade, sendo que esta pressup3e aquela, pois, o querer não se movimenta sem a representação do que se deseja. Assim, não basta a representação do resultado, exigindo-se vontade de realizar a conduta e de produzir o resultado (ou assumir o risco de produzi-lo). Possui, pois, dois elementos: (i) cognitivo: conhecimento dos elementos objetivos do tipo; (ii) volitivo: vontade de comportamento (Carlos Creus. *Derecho Penal, Parte Geral*, Buenos Aires, Editorial Astrea, 1996, p. 240).

140. Para a doutrina tradicional, o dolo 3 normativo, i.e., cont3m a consci3ncia da antijuridicidade (Magalhães Noronha. *Direito Penal*, São Paulo, Editora Saraiva, 1997, n. 79). Entretanto, por adotarmos uma teoria finalista da ação, o dolo 3 natural: corresponde  simples vontade de concretizar os elementos objetivos do tipo, não portando a consci3ncia da ilicitude (Damásio E. de Jesus. *Direito Penal*, São Paulo, Editora Saraiva, 1997, 20^a ed.).

141. O dolo possui os seguintes elementos: (i) consci3ncia da conduta e do resultado; (ii) consci3ncia da relação causal objetiva entre a



conduta e o resultado; e (iii) vontade de realizar a conduta e produzir o resultado (ou assumir o risco de produzi-lo).

142. Classifica-se em direto e indireto (determinado e indeterminado).

143. No dolo direto, o sujeito visa a certo e determinado resultado (Código Penal, artigo 18, inciso I, 1ª parte). Por exemplo: o agente desfere golpes de faca na vítima com intenção de matá-la. O dolo se projeta de forma direta ao resultado morte. Há dolo indireto quando a vontade do sujeito não se dirige a certo e determinado resultado.

144. O dolo indireto apresenta duas formas: a) dolo alternativo; e b) dolo eventual.

145. Há dolo alternativo quando a vontade do sujeito se dirige a um ou outro resultado. Ex.: o sujeito desfere golpes de faca na vítima com intenção alternativa: ferir ou matar.

146. **Ocorre o dolo eventual, também chamado condicionado, quando o sujeito assume o risco de produzir o evento, i.e., prevê, admite-se e aceita o risco de produzi-lo (Código Penal, artigo 18, inciso I, parte final).** Nesse sentido, é o magistério de Juarez Tavares (p. 167, 312-313): “Ele não o quer, pois, se assim fosse haveria dolo direto. Antevê o resultado e age. A vontade não se dirige diretamente ao fim (o agente não quer o evento), mas sim, à conduta, prevendo que esta pode produzir aquele (vontade relacionada indiretamente ao evento). Percebe que é possível causá-lo e, não obstante, realiza o comportamento. Entre desistir da conduta e poder causar o resultado, este se lhe mostra indiferente”.

147. Como disse o Ministro Vicente Cernicchiaro, “o agente tem previsão do resultado; todavia, sem o desejar, a ele é indiferente, arrostando a sua ocorrência” (Recurso Ordinário de *Habeas Corpus* n.º. 6.368, 6ª Turma do



Superior Tribunal de Justiça, j. 12.08.1997, v. un., DJe 22.09.1997, p. 46.559). No mesmo sentido: JTJ, 167;313; TJSP, RT, 454:362 e 513:393; TACrimSP, JTACRimSP, 81:258 e RT, 582:346.

148. Sobre o tema, existem varias teorias:
149. Teoria da representao: para a existencia do dolo eventual basta a representao do resultado.
150. Teoria do sentimento (de Mayer): ha dolo eventual quando o sujeito tem sentimento de indiferença para com o bem juridico.
151. Teoria da probabilidade ou da verossimilhança (de Sauer): não e suficiente a previsao da possibilidade da ocorrencia do evento. E preciso que seja provavel, admita-o ou nao o autor da conduta (Guilherme Sauer, *Derecho Penal, Parte Geral*, trad. Juan del Rosal e Jose Cerezo, Barcelona, Bosch, Casa Editorial, 1995, p. 268).
152. Teoria do consentimento, tambem denominada da vontade, da aprovao ou aceitao (de Frank): para ela, formulada pela doutrina alema; não basta a representao do evento e a considerao da possibilidade de sua causao, sendo necessario que o sujeito consinta em sua produo. Para essa doutrina, sao exigidos dois requisitos: 1) *intelectivo*: que o sujeito preveja a possibilidade de produo do resultado em face dos meios utilizados e do fim almejado, não se exigindo consciencia da probabilidade; 2) *volitivo*: que consinta em sua concretizao, reconhecendo e conformando-se com essa possibilidade (Paulo Jose da Costa Junior, *Curso de Direito Penal, Parte Geral*, Sao Paulo, Editora Saraiva, 1991, I. 83; Diego Manuel Luzon Pena, *Curso de Derecho Penal, Parte Geral*, Madrid, Editorial Universitas, 1996, I. 419).
153. Desdobra-se em duas teorias: (i) *Teoria hipotetica do consentimento*: atualmente, quase abandonada, funda-se na previsao da possibilidade do evento, de acordo com a formula 1 de Frank (“a previsao do



resultado como possível somente constitui dolo quando, antevisto o evento como certo pelo sujeito, não o deteve”). A previsão da possibilidade do resultado deixa de atuar como freio inibitório da conduta; (ii) *Teoria positiva do consentimento*: com base na fórmula 2 de Frank, entende que no dolo eventual o sujeito não leva em conta a possibilidade do evento previsto, agindo e assumindo o risco de sua produção (“seja assim ou de outra maneira, suceda isto ou aquilo, em qualquer caso, agirei”).

154. Atualmente, a *Teoria do consentimento*  prevalente na doutrina e nas legislações estrangeiras (Francisco Muoz Conde e Mercedes Garcia Arn, *Derecho Penal, Parte Geral*, Valencia, Tirant lo Blanch Ed., 1996, p. 289; Muoz Conde, *Teoria Geral do Delito*, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, Editor, 1988, p. 60; Diego Manuel Luzn Peça; Emílio Octavio de Toledo y Ubieto e Susana Huerta Tocildo, *Derecho Penal, Parte Geral, Teoria jurídica del delito*, Madrid, Rafael Castellanos Editor, 1986, p. 129; Cândido Conde-Pumpido Ferreiro, *Contestaciones de Derecho Penal al Programa de Jidicatura*, Madrid, Editorial Colex, 1996, p. 151).

155. Nosso Código Penal, por sua vez, adotou a *Teoria positiva do consentimento* (Juarez Tavares, “*Espécies de dolo e outros elementos subjetivos do tipo*”, Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Penais da Faculdade de Direito Cândido Mendes, 1972, 6:29; Luiz Régis Prado e Czar Roberto Bittencourt, *Elementos de Direito Penal, Parte Geral*, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1995, p. 87).

156. **No dolo eventual, o agente tolera a produção do resultado, o evento lhe é indiferente, tanto faz que ocorra ou não, acomoda-se. Ele assume o risco de produzi-lo.** Na culpa consciente ou com previsão, ao contrário, o sujeito não quer o resultado, não assume o risco de produzi-lo e nem ele lhe  tolerável ou indiferente. O evento lhe é representado (previsto), porém, confia sinceramente em sua não ocorrência (Salvatore Prodoscimi, *Dollus eventuallis*, Milão, Giuffr, 1993, p. 9).

157. **No caso dos autos originários, o ora Recorrente teria agido, no máximo, com culpa consciente, tendo em vista que não queria o resultado, não assumiu o risco de produzi-lo e nem ele lhe foi tolerável ou indiferente. O evento lhe era representado (previsto), contudo, confiou sinceramente em sua não ocorrência.**

158. Corroborando com o aqui alegado, caminhou a R. Sentença de Impronúncia proferida pelo D. Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande no bojo da Ação Penal de Competência do Júri nº. 5007920-40.2022.8.21.0023/RS, assentando que “(...) *Como se vê, há suficientes indícios da autoria atribuída ao réu Anderson nos fatos que resultaram nos disparos de arma de fogo efetuados contra os policiais civis, consoante a prova testemunhal, laudo pericial e também da própria confissão do denunciado – que admitiu ter efetuado os disparos quando ouviu pessoas adentrando à residência. Mas, apesar disso, **inexistem elementos suficientemente aptos à configuração do animus necandi, ainda que na modalidade de dolo eventual, a ponto de autorizar a submissão do feito ao plenário popular, pelo que passo a expor. Na data dos fatos, os policiais civis, devidamente vestidos com trajes e coletes da Polícia Civil, bem como utilizando viaturas ostensivas da Polícia, deslocaram-se ao imóvel de Anderson para cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão e de Prisão. Segundo os depoimentos dos agentes públicos e do próprio relato do acusado, esse já estava acostumado com cumprimentos de diligências em sua casa, inclusive, conhecia os policiais civis e sempre franqueou a entrada dos agentes públicos para cumprimento de cautelares. Assim, os seis policiais civis se deslocaram ao imóvel de Anderson para cumprimento das diligências e seguiram conforme as orientações de segurança policial: logo em que chegaram na casa, anunciaram em alto e bom tom que eram policiais civis e que estavam na residência para cumprimento de ordens judiciais. No entanto, mesmo ante os avisos, as roupas identificadas e as viaturas ostensivas, os agentes públicos foram recebidos a tiros por Anderson. (...) Isto é, os elementos carreados demonstram que o réu, para fins de se opor à execução de ato legal, mediante disparos de arma de fogo,***



tentou impedir que policiais civis adentrassem no im3vel. 3 evidente, portanto, que o agente n3o efetuou os disparos com o dolo de matar os policiais, mas t3o somente de impedir a execu3o do cumprimento da ordem legal, nos exatos termos do delito tipificado no artigo 329, caput, do C3digo Penal. *N3o se olvida, evidentemente, a lament3vel gravidade do resultado ocorrido no caso em concreto, em que a policial Laline restou gravemente ferida ante a resist3ncia do acusado. Tal, entretimentos, n3o pode justificar o indevido alargamento/desvirtuamento da figura do dolo eventual; assim, em prest3gio 3 lei processual, que estabelece o procedimento bif3sico do Tribunal do J3ri, a decis3o do juiz togado deve servir como filtro ao excesso acusat3rio, de modo a impedir a submiss3o a julgamento popular dos casos em que inexistam elementos a sustentar a pr3tica do crime doloso contra a vida.* *N3o h3, 3 vista disso, e pelas raz3es expostas, como submeter ao plen3rio popular a hip3tese ora analisada, tendo em vista a manifesta insufici3ncia de elementos a indicarem que o r3u, ao efetuar disparos de arma de fogo contra os agentes p3blicos, tenha agido com o dolo de mat3-los e n3o de apenas resistir 3 abordagem, como prev3 o artigo 329, caput, do Estatuto Repressivo” (Cf. Evento 406, COMP2, P3gina 1-24 dos autos origin3rios; e Evento 406, COMP3, P3gina 1-10 dos autos origin3rios).*

159. Mais recentemente, **a C. 6^a Turma do E. Superior Tribunal de Justiça afastou a incid3ncia do *in dubio pro societate* na Pron3ncia e cassou a Decis3o que submeteu acusado de crime ao Tribunal do J3ri, estabelecendo importantes premissas a partir da an3lise do *standard probat3rio***, nos seguintes moldes:

“RECURSO ESPECIAL. HOMIC3DIO SIMPLES. **DECIS3O DE PRON3NCIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. N3O APLICAO. STANDARD PROBAT3RIO. ELEVADA PROBABILIDADE. N3O ATINGIMENTO. AUS3NCIA DE IND3CIOS SUFICIENTES DE AUTORIA OU PARTICIPAO. DESPRON3NCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

1. A Constitui3o Federal determinou ao Tribunal do J3ri a compet3ncia para julgar os crimes dolosos contra a vida e os delitos a eles conexos, conferindo-lhe a soberania de seus vereditos.



Entretanto, a fim de reduzir o erro judiciário (art. 5º, LXXV, CF), seja para absolver, seja para condenar, exige-se uma prévia instrução, sob o crivo do contraditório e com a garantia da ampla defesa, perante o juiz togado, que encerra a primeira etapa do procedimento previsto no Código de Processo Penal, com a finalidade de submeter a julgamento no Tribunal do Júri somente os casos em que se verifiquem a comprovação da materialidade e a existência de indícios suficientes de autoria, nos termos do art. 413, caput e § 1º, do CPP.

2. Assim, tem essa fase inicial do procedimento bifásico do Tribunal do Júri o objetivo de avaliar a suficiência ou não de razões para levar o acusado ao seu juízo natural. O juízo da acusação (*judicium accusationis*) funciona como um importante filtro pelo qual devem passar somente as acusações fundadas, viáveis, plausíveis e idôneas a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (*judicium causae*). A pronúncia consubstancia, dessa forma, um juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual o Juiz precisa estar "convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação" (art. 413, caput, do CPP).

3. A leitura do referido dispositivo legal permite extrair dois standards probatórios distintos: um para a materialidade, outro para a autoria e a participação. Ao usar a expressão "convencido da materialidade", o legislador impôs, nesse ponto, a certeza de que o fato existiu; já em relação à autoria e à participação, esse convencimento diz respeito apenas à presença de indícios suficientes, não à sua demonstração plena, exame que competirá somente aos jurados.

4. A desnecessidade de prova cabal da autoria para a pronúncia levou parte da doutrina - acolhida durante tempo considerável pela jurisprudência - a defender a existência do *in dubio pro societate*, princípio que alegadamente se aplicaria a essa fase processual.

Todavia, o fato de não se exigir um juízo de certeza quanto à autoria nessa fase não significa legitimar a aplicação da máxima *in dubio pro societate* - que não tem amparo no ordenamento jurídico brasileiro - e admitir que toda e qualquer dúvida autorize uma pronúncia. Aliás, o próprio nome do suposto princípio parte de premissa equivocada, uma vez que nenhuma sociedade democrática se favorece pela possível condenação duvidosa e injusta de inocentes.



5. O *in dubio pro societate*, "na verdade, não constitui princípio algum, tratando-se de critério que se mostra compatível com regimes de perfil autocrtico que absurdamente preconizam, como acima referido, o primado da ideia de que todos são culpados até prova em contrário (!?!?), em absoluta desconformidade com a presunção de inocência [...]" (Voto do Ministro Celso de Mello no ARE n. 1.067.392/AC, Rel. Ministro Gilmar Mendes, 2^a T., DJe 2/7/2020). Não pode o juiz, na pronúncia, "lavar as mãos" - tal qual Pncio Pilatos - e invocar o "*in dubio pro societate*" como escusa para eximir-se de sua responsabilidade de filtrar adequadamente a causa, submetendo ao Tribunal popular acusações não fundadas em indícios sólidos e robustos de autoria delitiva.

6. Não há falar que a negativa de aplicação do *in dubio pro societate* na pronúncia implicaria violação da soberania dos vereditos ou usurpação da competência dos jurados, a qual só se inaugura na segunda etapa do procedimento bifásico. Trata-se, apenas, de analisar os requisitos para a submissão do acusado ao tribunal popular sob o prisma dos standards probatórios, os quais representam, em breve síntese, "regras que determinam o grau de confirmação que uma hipótese deve ter, a partir das provas, para poder ser considerada provada para os fins de se adotar uma determinada decisão" (FERRER BELTRÁN, Jordi. Prueba sin convicción: estándares de prueba y debido proceso. Madrid: Marcial Pons, 2021, p. 24) ou, nas palavras de Gustavo Badaró, "critérios que estabelecem o grau de confirmação probatória necessário para que o julgador considere um enunciado fático como provado, sendo aceito como verdadeiro" (BADARÓ, Gustavo H. Epistemologia judiciária e prova penal. 2 ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 241).

7. Segundo Ferrer-Beltrán, "o grau de exigência probatória dos distintos standards de prova para distintas fases do procedimento deve seguir uma tendência ascendente" (op. cit., p. 102), isto , progressiva, pois, como explica Caio Massena, "não seria razoável, a título de exemplo, para o recebimento da denúncia - antes, portanto, da prpria instrução probatória, realizada em contraditório - exigir um standard de prova tão alto quanto aquele exigido para a condenação" (MASSENA, Caio Badaró. Prisão preventiva e standards de prova: propostas para o processo penal brasileiro. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 7, n. 3, p. 1.631-1.668, set./dez. 2021).



8. Essa tendência geral ascendente e progressiva decorre, também, de uma importante funo política dos standards probatórios, qual seja, a de distribuir os riscos de erro entre as partes (acusaco e defesa), erros estes que podem ser tanto falsos positivos (considerar provada uma hipótese falsa, por exemplo: condenao de um inocente) quanto falsos negativos (considerar não provada uma hipótese verdadeira, por exemplo: absolvio de um culpado) (FERRER-BELTRÁN, op. cit., p. 115-137). Deveras, quanto mais embrionária a etapa da persecuo penal e menos invasiva, restritiva e severa a medida ou decisão a ser adotada, mais tolerável  o risco de um eventual falso positivo (atingir um inocente) e, portanto,  mais atribuível  defesa suportar o risco desse erro;

por outro lado, quanto mais se avança na persecuo penal e mais invasiva, restritiva e severa se torna a medida ou decisão a ser adotada, menos tolerável  o risco de atingir um inocente e, portanto,  mais atribuível  acusao suportar o risco desse erro.

9.  preciso, assim, levar em conta a gravidade do erro que pode decorrer de cada tipo de decisão; ser alvo da abertura de uma investigao  menos grave para o indivíduo do que ter uma denúncia recebida contra si, o que, por sua vez,  menos grave do que ser pronunciado e, por fim, do que ser condenado. Como a pronúncia se situa na penúltima etapa (antes apenas da condenao) e se trata de medida consideravelmente danosa para o acusado - que será submetido a julgamento imotivado por jurados leigos -, o standard deve ser razoavelmente elevado e o risco de erro deve ser suportado mais pela acusao do que pela defesa, ainda que não se exija um juízo de total certeza para submeter o réu ao Tribunal do Júri.

10. Deve-se distinguir a dúvida que recai sobre a autoria - a qual, se existentes indícios suficientes contra o acusado, s será dirimida ao final pelos jurados, porque  deles a competência para o derradeiro juízo de fato da causa - da dúvida quanto  prpria presença dos indícios suficientes de autoria (metadvida, dúvida de segundo grau ou de segunda ordem), que deve ser resolvida em favor do réu pelo magistrado na fase de pronúncia. Vale dizer, também na pronúncia - ainda que com contornos em certa medida distintos - tem aplicao o in dubio pro reo, consectário do princípio da presuno de inocência, pedra angular do devido processo legal.

11. Assim, o standard probatório para a decisão de pronúncia, quanto  autoria e a participao, situa-se entre o da simples preponderância de



provas incriminat3rias sobre as absolut3rias (mera probabilidade ou hip3tese acusat3ria mais prov3vel que a defensiva) - t3pico do recebimento da den3ncia - e o da certeza al3m de qualquer d3vida razo3vel (BARD ou outro standard que se tenha por equivalente) - necess3rio somente para a condena3o. Exige-se para a pron3ncia, portanto, elevada probabilidade de que o r3u seja autor ou participe do delito a ele imputado.

12. A ado3o desse standard desponta como solu3o poss3vel para conciliar os interesses em disputa dentro das balizas do ordenamento. Resguarda-se, assim, a fun3o primordial de controle pr3vio da pron3ncia sem invadir a compet3ncia dos jurados e sem permitir que o r3u seja condenado pelo simples fato de a hip3tese acusat3ria ser mais prov3vel do que a sua negativa.

13. Na hip3tese dos autos, segundo o policial Eduardo, no dia dos fatos, ele ouviu disparos de arma de fogo e, em seguida, uma moradora do bairro, onde ele tamb3m residia, bateu 3 sua porta e informou que os atiradores estavam em um ve3culo Siena de cor preta.

O policial, ent3o, saiu com um colega de farda para acompanhar e abordar o ve3culo, o que foi feito. Na ocasi3o, estavam no carro o recorrente (condutor) e os corr3us (passageiros). Em revista, foram encontradas armas de fogo com os corr3us e, na delegacia, eles confessaram o crime e confirmaram a vers3o do recorrente de que ele havia sido apenas solicitado como motorista para lev3-los at3 o local, esperar em uma farm3cia por alguns minutos e traz3-los de volta, e n3o tinha rela3o com os fatos. Uma testemunha sigilosa e o irm3o do recorrente foram ouvidos e afirmaram que ele trabalhava h3 cerca de cinco anos com transporte de passageiros.

14. N3o h3 nenhum ind3cio robusto de que o recorrente haja participado conscientemente do crime, porque: a) nenhum objeto il3cito foi apreendido com ele; b) nenhum elemento indicativo de que ele conhecesse ou tivesse rela3o com os corr3us nem com a v3tima foi apresentado; c) n3o consta que ele haja tentado empreender fuga dos policiais na condu3o do ve3culo quando determinada a sua abordagem d) os corr3us negaram conhecer o acusado e afirmaram que ele era apenas motorista; e) as testemunhas de defesa confirmaram que o acusado trabalhava com transporte de passageiros. Ademais, a confirmar a fragilidade dos ind3cios existentes contra ele, o recorrente - ao contr3rio dos corr3us - foi solto na audi3ncia de cust3dia e o Minist3rio P3blico inicialmente nem sequer ofereceu den3ncia



em seu desfavor porque entendeu que ainda não tinha elementos suficientes para tanto. São depois da instrução e da pronúncia dos corrus  que, mesmo sem nenhuma prova nova, decidiu denunciá-lo quando instado pelo Magistrado a se manifestar sobre a situação do acusado.

15. Uma vez que não foi apontada a presença de indícios suficientes de participação do recorrente no delito que pudessem demonstrar, com elevada probabilidade, o seu envolvimento no crime, a despronúncia  medida de rigor.

16. **Recurso especial provido para despronunciar o acusado**” (grifos).

(REsp n. 2.091.647/DF, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 26/9/2023, DJe de 3/10/2023)

160. Isto , Excelências,  exatamente o caso dos autos originários, tendo em vista que o ora Recorrente ao efetuar os disparos de arma de fogo contra a viatura policial, não agiu com dolo de matar os Policiais Federais, tampouco assumiu esse risco, apenas resistindo  abordagem, como prevê o artigo 329, *caput*, do Código Penal.

161. Em que pese todo o aqui narrado, o D. Juízo *a quo* ao pronunciar o ora Recorrente destacou que:

“No caso dos autos, apesar dos argumentos da Defesa, tenho que não  possível reconhecer com grau de certeza a existência da culpa consciente em detrimento do dolo eventual para fins de exclusão da ocorrência de crime doloso contra a vida. Por um lado, pesa em favor da Defesa a alegada habilidade do réu ROBERTO JEFFERSON como atirador e sua familiaridade com o armamento utilizado, conforme fora relatado por testemunhas e pelo próprio réu em Interrogatório. Sob essas premissas, o réu não teria agido com o intuito de atingir os Policiais Federais ou assumido o risco de matá-los. Entretanto, cabe destacar a existência de elementos exteriores que são compatíveis com a tese acusatória de dolo eventual, tais como: i) o elevado número de disparos efetuados pelo réu ROBERTO JEFFERSON (cerca de sessenta disparos); ii) a letalidade do armamento utilizado (Carabina Smith & Wesson, calibre



5.56x45mm3) e sua superioridade em relaao ao armamento utilizado pelos policiais federais (pistolas calibre 9mm). Considero como circunstância neutra o fato de que o réu não tinha qualquer relaao prévia entre as partes (seja relaao de parentesco, afinidade, ou inimizade). Por sua vez, deixo de valorar a palavra das vítimas e suas impressões em relaao ao dolo do agente, ainda que indissociáveis dos fatos, para que não seja aprofundada a análise de mérito no atual momento processual. Em síntese, tal como reconhecido por este Juízo desde o recebimento da Denúncia, será considerado que houve por parte do réu ao menos a assunao do risco de resultado(s) morte, caracterizando-se assim a modalidade dolosa para fins de delimitaao da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri. Tal cenário não se modificou após a instruao nesta primeira fase, **sendo certo que a divergência de versões entre a declaraao das vítimas e a palavra do réu e de testemunhas deverá ser esclarecida em Plenário. Afinal, qualquer dúvida acerca do dolo do agente somente poderá ser solucionada após o encaminhamento ao plenário do Tribunal do Júri, possibilitando-se o julgamento por quem, por força da Constituiao, constitui o juiz natural da causa**” (grifos).

162. Ora, Desembargadores Federais, a R. Sentença ora recorrida se encontra em sentido diametralmente oposto ao entendimento consolidado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, trazido anteriormente ao conhecimento de Vossas Excelências, ao passo que os requisitos necessários  submissão de um acusado ao Tribunal do Júri devem ser analisados sob a perspectiva dos *standards* probatórios (grau de confirmaao que um fato precisa ter, a partir das provas, para justificar uma Decisão). Nesse cenário, os *standards* probatórios devem ser progressivos, exigindo-se maior grau de confirmaao sobre os fatos  medida que a Decisão a ser tomada pelo julgador tenha consequências mais graves para o acusado: “ preciso levar em conta a gravidade do erro que pode decorrer de cada tipo de Decisão”, conforme reconhecido pelo Ministro Rogério Schietti Cruz, apontando que a abertura de uma investigaao, por exemplo,  menos grave para o indivíduo do que o recebimento da Denúncia. Já a Pronúncia – penúltima etapa antes de eventual condenaao – , segundo o Ministro Schietti, uma “medida consideravelmente



danosa para o acusado”, pois, ele será julgado por jurados leigos que não precisam fundamentar suas Decisoes. Por isso, na Pronúncia, “o *standard* deve ser razoavelmente elevado, e o risco de erro deve ser suportado mais pela acusação do que pela Defesa, ainda que não se exija um juízo de total certeza para submeter o réu ao Tribunal do Júri”. Nesse contexto, a R. Sentença recorrida merece ser reformada. Porque, do contrário, entendimento diverso incorreria em flagrante divergência jurisprudencial, eis que caminharia de forma diversa dos sedimentados entendimentos dos nossos Tribunais Superiores, conforme restou demonstrado.

163. Com base nos trechos transcritos anteriormente dos julgados,  manifesta a identidade ftica entre o tema abordado e nos casos paradigmas.

164. Como visto anteriormente, conforme o próprio Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco narrou em seu Interrogatório Policial e confirmado em Juízo, não teve intenção de atirar em nenhum dos Policiais Federais, não atuou com dolo de matar ou atirar, que apenas atirou na viatura policial, viu a equipe da Polcia Federal de pistola e sem colete; que disse que a Polcia Federal, nestas condições, não teria a menor condição de retirar o ora Recorrente da residência; que pegou uma granada e disse que não iria se render, que era para ir embora; **QUE NÃO ATIROU EM NENHUM POLICIAL FEDERAL PARA MACHUCAR, QUE ATIROU TUDO NO CARRO; QUE DEU APROXIMADAMENTE 50 (CINQUENTA) TIROS DE 5,56MM, FUZIL, DE MARCA SMITH WESSON, NO CARRO;** que disse “corre que vou jogar em vocês”; que jogou trs granadas, uma na frente da viatura da Polcia Federal, uma atrás da viatura, quando os Policiais saíram e uma dentro da casa, para assustar o policial que estava dentro da residência; que ouviu os Policiais dizendo que havia “Policial ferido” após os tiros e jogar as granadas, mas que deve ter sido o estilhaço das granadas; **QUE NÃO ATIROU PARA MATAR EM NENHUM POLICIAL FEDERAL; QUE SE QUISESSE, MATAVA OS POLICIAIS, POIS, ESTAVA EM POSIÇÃO SUPERIOR E COM FUZIL COM MIRA; QUE TEVE OS POLICIAIS NA MIRA DO REDDOT;** que o ora Recorrente disse que



não seria preso e não iria com a Polia Federal; que as granadas eram de efeito moral; **QUE GOSTARIA DE DEIXAR REGISTRADO O PEDIDO DE DESCULPAS PELOS FERIDOS ACIDENTALMENTE, POIS, NÃO ATIROU EM NINGUÉM COM DOLO.**

165. A peria de local atesta nas fotos 7, 8 e 9 que a viatura policial foi alvo de disparos de arma de fogo pelo ora Recorrente. Vejamos:



LAUDO N° 3186/2022- SETEC/SR/PF/RJ



LAUDO Nº 3186/2022- SETEC/SR/PF/RJ



Foto 09: Viatura, vestígio conforme Tabela 03

166. Por seu turno, a foto 10 comprova que não houve perfuração de tiros de fuzil e/ou carabina, aonde os Policiais Federais se encontravam. Vejamos:



Foto 10: Vista do Sublocal 1 em direção à área externa da residência de Roberto Jefferson, Sublocal 2, marcas de impacto de projéteis

167. As fotos 11 e 17, por sua vez, comprovam o local privilegiado que se encontrava o ora Recorrente com relação aos Policiais Federais. Vejamos:

LAUDO Nº 3186/2022- SETEC/SR/PF/RJ

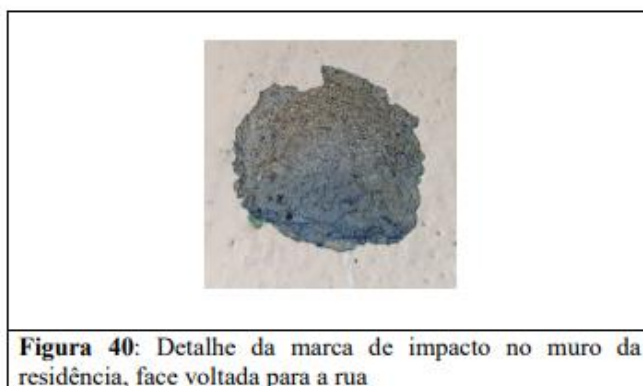
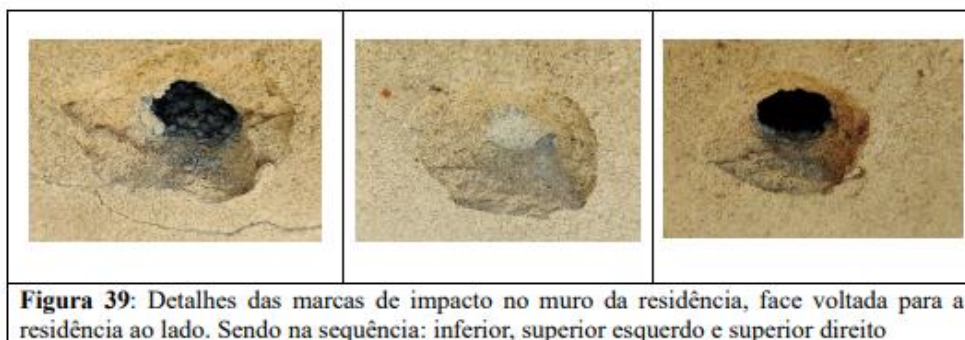
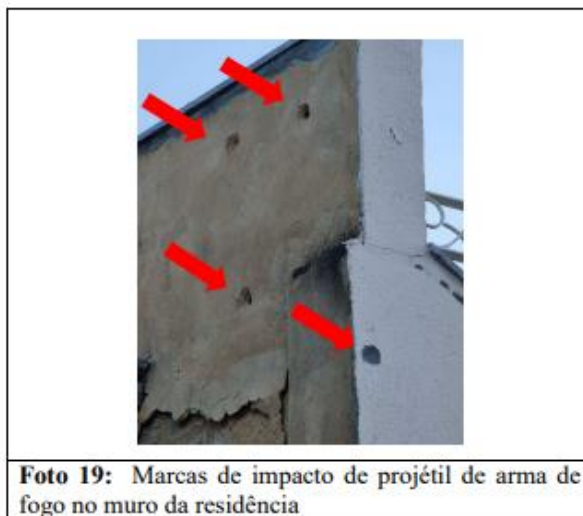


Foto 11: Vista do Sublocal 1 em direção à área externa da residência de Roberto Jefferson, Sublocal 2, marcas de impacto de projéteis



Foto 17: Foto do sublocal 2, com uma elipse demarcando o local onde se encontrava parte dos vestígios, o restante se encontrava no telhado indicado com uma seta

168. A foto 19 indica disparo de arma de fogo efetuado na residência do Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco:



169. As fotos 21 e 22 demonstram os tiros efetuados na viatura da Pol3cia Federal:



Foto 21: Viatura no local, vista frontal



Foto 22: Viatura, vista superior.

170. Conforme análise, é possível constatar que os disparos foram efetuados na extremidade esquerda do quintal da residência do Sr. Roberto Jefferson Monteiro Francisco. Vejamos:



Imagem 3: Simulação computacional 3D da trajetória dos disparos realizados em direção à viatura, vista lateral

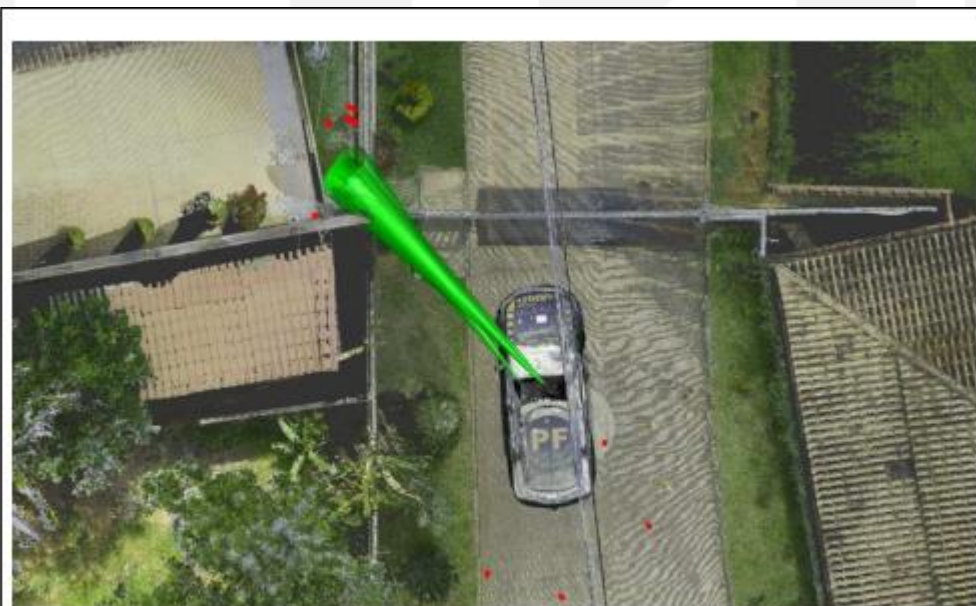


Imagem 4: Simulação computacional 3D da trajetória dos disparos realizados em direção à viatura vista superior.

171. A imagem 10 da simulação computacional demonstra o posicionamento do ora Recorrente:



Imagem 10: Simulação computacional 3D do posicionamento do atirador

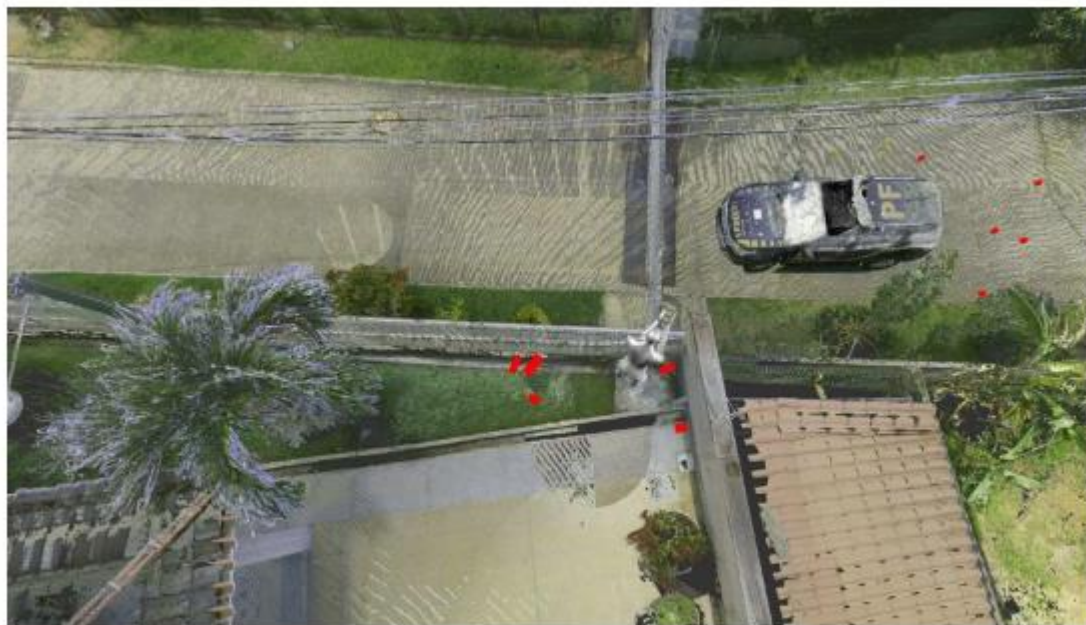


Imagem 12: Simulação computacional 3D do posicionamento do atirador, vista superior



172. Diante do exposto, confia o ora Recorrente que Vossas Excelências reformaro a R. Sentença ora recorrida, restando comprovada a inexistência de dolo direto ou eventual, não havendo possibilidade de pronunciar o ora Recorrente (na forma do artigo 414, do Código de Processo Penal), devendo a conduta ser desclassificada para lesão corporal leve e/ou para o crime de dano ao patrimnio público (na forma qualificada), determinando-se, por consequência, o afastamento da competência do Tribunal do Júri.

III. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

173. Ante o exposto, requer seja conhecido e provido o presente Recurso, reformando-se a R. Sentença ora recorrida, restando comprovada a inexistência de dolo direto ou eventual, não havendo possibilidade de pronunciar o ora Recorrente (na forma do artigo 414, do Código de Processo Penal), devendo a conduta ser desclassificada para lesão corporal leve e/ou para o crime de dano ao patrimnio público (na forma qualificada), determinando-se, por consequência, o afastamento da competência do Tribunal do Júri.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2023.

JOÃO PEDRO BARRETO
OAB/RJ não 210.903

JULIANA FRANÇA DAVID
OAB/RJ não 216.323